Órgão Central
do Partido Comunista
Português

Avante!

Proletários
de todos os países
UNI-VOS!

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 59 – Série VII – N.º 803
18 de Maio de 1989
Preço: 50$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

NESTE NÚMERO

PROGRAMA ELEITORAL DO PCP PARA O PARLAMENTO EUROPEU

A propaganda já começou, mas além disso, só nesta semana e entre outras iniciativas...

... foi apresentado o Programa Eleitoral do PCP para o Parlamento Europeu...

... em Setúbal debateu-se a CEE e a mulher portuguesa...

... em Santarém a política florestal...

... em Guimarães os direitos dos trabalhadores...

... em Viana do Castelo as propostas da CDU...

... em Elvas...

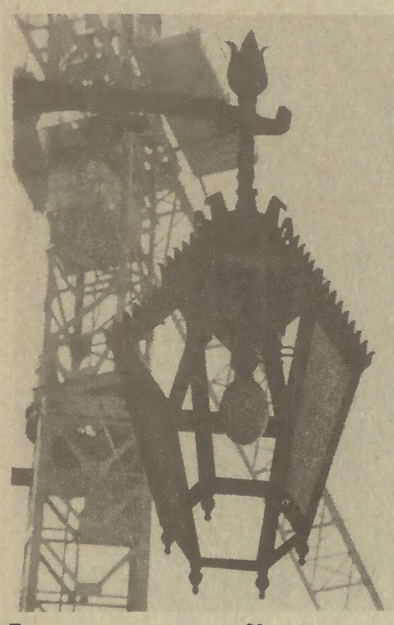
... em Badajoz o desenvolvimento das zonas fronteiriças...

... e em Vila Franca houve comício

Págs. 5, 6, 7, 8, 9 e 10/**Semana**

O VOTO DE 18 DE JUNHO

Editorial



A recuperação do Chiado e a Baixa Pombalina

Artigo de Rui Godinho

Págs. 1 e 2/**Em Foco**

Mikhail Gorbachov recebido em Pequim pelo presidente Yang Shangkun: um passo histórico

URSS-CHINA: O REENCONTRO

Pág. 16/**Semana**

Duas semanas após as grandes manifestações do 1.º de Maio, o 6.º Congresso da CGTP abriu na quarta-feira em Lisboa

6.º Congresso da CGTP

Págs. 1 e 2/**Semana**

Editorial

Avante!

Ano 59 – Série VII
N.º 803
18 de Maio de 1989
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

O voto de 18 de Junho

Grande parte das quarenta páginas que constituem o presente número do «Avante!» são dedicadas à pré-campanha da CDU para as eleições para o Parlamento Europeu que se realizarão de hoje a um mês, no dia 18 de Junho.O seu conteúdo permite divesas considerações.

***

Começando pelo aparentemente mais singelo, destaquemos o que se publica no caderno «Agenda». Á semelhança do que tem vindo a suceder nas anteriores semanas, as páginas dedicadas à actividade política enchem-se com o anúncio de iniciativas da CDU que cobrem todo o País.

Aspecto banal, dir-se-á. Nada mais natural que uma expressão da tradicional e reconhecida capacidade de iniciativa e de organização dos comunistas. Admitamos. Mas tal banalidade não pode fazer esquecer o profundo significado de tal realidade a ter adquirido.

Interessa na verdade ter em conta que essa tradicional e reconhecida capacidade de iniciativa e de organização dos comunistas não é uma pura decorrência de um qualquer fenómeno natural e inelutável, o resultado de uma lei da natureza. Não estamos face a um automatismo, a uma rotina, a um hábito. Muito pelo contrário, estamos perante um acto de vontade consciente e renovado.

Existem nas sociedades contemporâneas condições objectivas que conduzem à intervenção militante dos trabalhadores organizados politicamente. Mas a teoria ensina e a experiência histórica confirma não serem elas suficientes para constituir um colectivo animado da capacidade de intervenção que caracteriza o PCP. Para que ela surja requer-se a intervenção do que é do foro específico de cada homem, de cada mulher, das suas opções políticas, das suas ideias, das suas aspirações, dos seus ideais.

Não é de facto banal a constante e renovada capacidade de iniciativa e organização dos comunistas portugueses. É, na sua aparente naturalidade, uma vitória constante. E uma vitória nunca é banal.

***

Por outro lado, analisando o noticiário que dá conta da realização do que a «Agenda» de há uma semana anunciara, um outro aspecto ressalta: as numerosas iniciativas constituídas por encontros visando o apurar colectivo de opiniões e de análises diversificadas a partir muitas vezes de pontos de vista diferentes.

Em Coimbra debate-se «O sistema desportivo face à CEE»; em Guimarães debatem-se «Os direitos dos trabalhadores portugueses e a CEE»; em Setúbal debate-se «O que traz o Mercado Único às mulheres portuguesas»; em Abrantes debate-se «A política florestal e o eucalipto». O esforço passa mesmo os limites fronteiriços, os comunistas portugueses e os comunistas da Andaluzia trocam experiências em encontros realizados em Elvas e Badajoz.

Se a *quantidade* de iniciativas é relevante e significativa, a *qualidade* não o será menos. Também aqui não estamos perante uma normal decorrência de trabalho político em período pré-eleitoral e se dúvidas houvera bastaria verificar o contraste com a actividade de outros partidos. A postura dos candidatos CDU ao Parlamento Europeu é, na verdade, bem diferente da oratória comicieira, do alinhar de *slogans*. Não há uma linha de comunicação que funcione num só sentido, procura-se pelo contrário dinamizar e estimular por todas as formas uma participação activa do cidadão na abordagem de problemas que lhe dizem respeito.

É um traço dos comunistas que interessa sublinhar, tanto quanto aprofundar e desenvolver.

***

Mas este número do «Avante!» insere ainda o «Programa Eleitoral do PCP para o Parlamento Europeu».

Sobre ele poder-se-á referir o esforço de concisão, o rigor no enumerar de situações e medidas, o tom de positiva e confiante vontade de intervenção — e muito mais. Mas ao longo das 16 páginas da separata perpassam dois eixos fundamentais: a afirmação de que qualquer perspectiva séria de encarar a integração de Portugal na CEE implica uma visão nacional do desenvolvimento do País e a de que esse desenvolvimento, seja qual for a óptica por que se encare, não só não é incompatível como antes exige uma radical e simultânea melhoria do bem estar social dos trabalhadores e do povo em geral.

«*O país necessita* — escreve-se no ponto 3. — *de um projecto de desenvolvimento que, devidamente alicerçado na participação activa e na mobilização das forças sociais e económicas, das autarquias, dos agentes culturais, se oriente para a modernização da economia e o progresso do país, o liberte de quaisquer peias que tendam a amarrá-lo a modelos de periferia e de subalternidade e que tenha como primeiro objectivo a melhoria das condições de vida do povo português.*»

«*A preparação do país para enfrentar o que muitos chamam o "desafio de 1992"* — diz-se mais adiante — *não se resume pois à questão dos fundos comunitários. Passa antes de tudo pela correcta definição de uma política nacional tendo por base os interesses portugueses e do papel de Portugal no processo global de integração.*»

E ainda:

«*Elevadas taxas de crescimento não podem ser obtidas à custa da diminuição dos salários reais, do aumento do trabalho precário, da diminuição da participação dos "rendimentos do trabalho" no Rendimento Nacional. Pelo contrário, o necessário aumento da produção industrial e agrícola deve ser acompanhado pela melhoria material e cultural dos trabalhadores. A preparação para o embate de 1992 não passa por uma regressão social, tal como se desenha nas medidas do Governo e nas suas posições ambíguas no que respeita à "dimensão social" do desenvolvimento.*»

É importante que esta conjugação seja assinalada. Porque estas linhas programáticas de que as anteriores citações são expressão constituem a concretização de duas vertentes constantes e inseparáveis da orientação política do PCP: o seu carácter de partido nacional e patriótico e as suas características e firmes posições de classe.

***

Em suma, o presente número do «Avante!» reflecte esta realidade: estamos em pleno na preparação das eleições para o Parlamento Europeu e para elas contamos com sólidas análises, correctas orientações e robustos meios.

É muito — mas não é tudo. Urge ganhar o eleitorado para a importância do acto eleitoral que se avizinha.

O volume da gritaria propagandística sobre a Comunidade Económica Europeia que o Governo e as forças de direita têm lançado sobre o País só tem paralelo na sua completa ausência de informação rigorosa sobre o que efectivamente se passa e está em jogo. A deliberada vacuidade da propaganda oficial acentua o carácter difuso e distante de problemas com uma forte vertente especializada. Para grande parte dos eleitores a efectiva capacidade interventora do seu voto no próximo dia 18 de Junho pode assim ser subestimada.

As próximas eleições constituem não apenas a escolha dos deputados portugueses para o Parlamento Europeu, mas simultaneamente uma afirmação sobre a política que Portugal tem seguido em relação ao problema e aquela que se entende e deseja que seja posta em prática.

Quatro anos decorridos sobre a integração, interessa saber se os portugueses pretendem que os fundos comunitários sejam utilizados para o desenvolvimento como propõe a CDU ou esbanjados em negociatas vergonhosas como o Governo Cavaco Silva promoveu com o Fundo Social Europeu.

Quatro anos decorridos sobre a integração, interessa saber se os portugueses pretendem que a indústria nacional ganhe condições de competitividade estável no mercado internacional como propõe a CDU ou caminhe para encerramentos e falências «impostos pela modernização» como defende o Governo Cavaco Silva.

Quatro anos decorridos sobre a integração interessa saber se os portugueses pretendem uma agricultura moderna e desenvolvida ou que, às portas do século XXI, o Governo Cavaco Silva reconstitua o latifúndio e as velhas relações de produção nos campos.

Quatro anos decorridos sobre a integração, interessa saber se os portugueses pretendem que haja um enérgico apoio à pesca portuguesa como propõe a CDU ou se continue a vender barcos aos armadores espanhóis para virem pescar nas nossas águas — como tem fomentado o Governo Cavaco Silva.

Quatro anos decorridos sobre a integração, interessa saber se os portugueses pretendem que Portugal disponha de sólidas estruturas económicas geridas por critérios de interesse nacio-

nal — isto é, o Sector Empresarial do Estado — que permitam intervir no confronto com os fortes grupos internacionais como propõe a CDU ou aceitam a entrega dessas empresas exactamente aos interesses face aos quais elas podem constituir factores de defesa — como tem feito e pretende continuar a fazer o Governo Cavaco Silva.

O voto do dia 18 de Junho é também uma forma de indicar uma política. O povo português conhece já a da direita face à integração europeia. Conhece — e sofre as consequências. Mas há alternativas, há outra política — que é melhor para Portugal!

*
**

E há ainda o facto de um acto eleitoral ser sempre uma manifestação de soberana vontade popular quanto ao andamento da política em geral. Poder-se-á votar numas eleições autárquicas ou numa eleição presidencial — mas os seus resultados influenciam naturalmente todo o curso da acção governativa e a evolução da situação política.

Através do seu voto no próximo dia 18 de Junho os portugueses irão não só intervir na eleição dos deputados portugueses ao Parlameto Europeu, irão não só intervir na definição e aplicação da política portuguesa face à integração europeia; irão também intervir na própria situação internacional. Com ele é possível dar nova expressão ao descontentamento face à acção do Governo Cavaco Silva e que se tem traduzido em vastas acções de protesto e de luta de numerosos sectores profissionais e camadas sociais.

O protesto contra a corrupção pode ter expressão no voto do dia 18. O protesto contra a política de Saúde pode ter expressão no voto do dia 18. O protesto contra os aumentos de miséria na Função Pública pode ter expressão no voto do dia 18. A luta contra a derrotada lei dos baldios pode ter expressão no voto do dia 18. A luta contra a restrição de acesso à Universidade pode ter expressão no voto do dia 18. O protesto contra o aumento do custo de vida pode ter expressão no voto do próximo dia 18. O protesto contra o compadrio, o clientelismo, os ataques aos direitos dos trabalhadores, podem ter expressão no voto do dia 18.

O voto CDU no próximo dia 18 é assim um voto para eleições de parlamentares portugueses que no Parlamento Europeu deram já provas de empenhamento activo na defesa dos interesses do País. É um voto na modificação da política portuguesa face à integração europeia no sentido do desenvolvimento do País e da criação de condições de bem-estar e progresso. E é também um voto na alternativa à desastrosa política do Governo Cavaco Silva.

*
**

É uma grande e importante batalha política a que agora se coloca aos comunistas e aos seus aliados na CDU: temos um mês de trabalho para assegurar uma grande votação por um Portugal de progresso e justiça numa Europa de paz e cooperação!

Resumo

10
Quarta-feira

A EDP corta durante algumas horas o fornecimento de energia a todas as instalações municipais de Braga por falta de pagamento ■ A Associação Pró-Sindical da PSP é recebida a seu pedido pela direcção do PCP ■ Termina em Lisboa a reunião do Grupo Comunista e Afins que decide reforçar a acção para garantir a participação dos trabalhadores na definição de políticas comunitárias ■ Na Assembleia da República PS e PSD defendem que o Serviço Nacional de Saúde passe de «gratuito» a «tendencialmente gratuito» ■ Em Itália dezasseis milhões de trabalhadores realizam uma greve de quatro horas contra a imposição de taxas moderadoras nos serviços de saúde.

11
Quinta-feira

Dados do Instituto Nacional de Estatística anunciam que o défice da Balança de Transacções Correntes em 1988 foi de 101 milhões de contos, face a um saldo positivo em 87 ■ Os professores cumprem o primeiro de um conjunto de dias de greve, com uma adesão considerada das maiores de sempre (oitenta por cento a nível nacional), em resposta ao novo sistema retributivo da classe ■ Carlos Lilaia, dirigente do PRD, demite-se da Comissão Técnica Eleitoral do seu partido por discordâncias em relação ao acordo com o PS em matéria eleitoral ■ PSD e PS «chumbam» na Assembleia da República a proposta do PCP de interrupção da Revisão Constitucional ■ No Panamá as eleições são anuladas e registam-se cenas de violência na capital do país, entre partidários da oposição e do governo. O Presidente norte-americano, George Bush, anuncia um reforço militar de dois mil soldados para o Panamá ordenando a retirada do país do embaixador dos EUA ■ Apesar de Estados Unidos e União Soviética não terem chegado a acordo nas negociações sobre mísseis na Europa, a URSS anuncia a retirada de 500 ogivas nucleares de território europeu.

12
Sexta-feira

PS e PSD defendem na Assembleia da República a restrição do tempo dê intervenção de cada partido sobre Revisão Constitucional, de forma a esta estar concluída até 30 de Maio ■ Luís Oliveira Dias é apresentado como o candidato CDU à presidência da Câmara do Porto ■ Um semanário da capital afirma que um ex-administrador da RTP entregara há 15 dias um extenso dossier sobre casos de corrupção na empresa, fazendo depois um pedido de demissão por razões que Cavaco Silva dissera desconhecer ■ Um outro semanário anuncia que a Polícia Judiciária prendeu esta semana duas dezenas de pessoas, entre as quais elementos da UNITA, por ligações a tráfico de diamantes e possível envolvimento no assassinato de um comandante da TAP ■ Conclui-se a retirada da Namíbia dos guerrilheiros da SWAPO.

13
Sábado

Um semanário lisboeta afirma que uma «fonte próxima de Mário Soares» manifestou a insatisfação do Presidente quanto ao acordo de revisão PS/PSD que, segundo as suas palavras, «está a ir longe de mais» ■ O bispo de Leiria anuncia perante milhares de pessoas que o Papa irá beatificar os pastorinhos que há 72 anos estiveram na primeira aparição da Nossa Senhora de Fátima ■ Iniciam-se em Badajoz, com a presença de candidatos ao Parlamento Europeu, as jornadas sobre as regiões

fronteiriças do Alentejo, Estremadura e Andaluzia, no quadro do Mercado único, em iniciativa do PCP e dos Partidos Comunistas daquelas duas regiões espanholas, membros da Esquerda Unida ■ A União Soviética, pela voz de Eduard Shevardnadze, Ministro dos Estrangeiros em visita à Alemanha Federal, afirma que poderá ser obrigada a suspender a destruição dos mísseis SS-23 caso a NATO decida modernizar o seu armamento nuclear táctico ■ O Presidente norte-americano, George Bush, afirma que gostaria de ver as tropas do Panamá «correrem» com o seu líder, General Noriega.

14
Domingo

Em Lisboa realiza-se o Encontro Nacional da Juventude CDU que aprova onze propostas de actuação da Coligação no Parlamento Europeu, referentes a problemas específicos da juventude portuguesa ■ No Porto o Palácio de Cristal num almoço-convívio para apresentação de alguns cabeças de lista da CDU em concelhos do distrito do Porto ■ Em Coimbra termina o Seminário «Portugal e a Segurança e a Cooperação Europeia», promovido pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação onde centena e meia de personalidades, nacionais e estrangeiras, discutiram a Paz e a Cooperação Europeias, no actual contexto mundial ■ A selecção portuguesa de futebol de juniores-B conquista na Dinamarca o título de campeã da Europa, ao derrotar na final a RDA por quatro bolas a uma.

15
Segunda-feira

Chegam a Portugal os Reis de Espanha, Juan Carlos e Sofia, para uma visita oficial de quatro dias. Mário Soares não pôde no entanto recebê-los por se encontrar doente ■ O Instituto Nacional de Estatística revela que a inflação nos primeiros quatro meses de 1989 foi 12,5 por cento mais alta que em igual período do ano passado ■ O Executivo da Comissão Política do Comité Central do PCP emite um comunicado onde afirma que «a forma como o ministro da Agricultura, Álvaro Barreto está a actuar nos campos da Reforma Agrária confirma o carácter prepotente, autoritário e violador da legalidade democrática que caracteriza a acção do Governo Cavaco/PSD» ■ Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, afirma que o Congresso da central sindical, que se inicia quarta-feira, não perspectiva «qualquer aproximação orgânica com a UGT», mas apenas um relacionamento pontual ■ De visita à China, Mikhail Gorbatchev, na qualidade de presidente da União Soviética, declara terminado o diferendo sino-soviético. A recepção oficial ao líder soviético foi transferida da Praça Tianamen para o aeroporto, devido a uma manifestação de trezentos mil estudantes ■ Na Argentina o candidato peronista, Carlos Menem, ganha as eleições presidenciais com mais de dois milhões de votos de vantagem sobre o seu mais directo opositor ■ Eugénio de Andrade ganha o prémio de poesia da Associação Portuguesa de Escritores de 1989 pelo seu livro «O outro nome da Terra».

16
Terça-feira

A proposta governamental de reforma do sistema remuneratório leva a Frente Comum de Sindicatos da Função Pública a anunciar a sua disponibilidade para uma convergência alargada com todos os sindicatos do sector, tendo em vista uma greve geral do sector na primeira quinzena de Junho ■ A Federação dos Sindicatos da Metalurgia e Metalomecânica e Minas de Portugal (FSMMMP) apresenta um estudo sobre a situação da indústria naval no País, assinalando que «o número de trabalhadores neste sector ficou reduzido a metade nos últimos 10 anos» ■ O PCP apresenta em Lisboa, no CT da Soeiro Pereira Gomes, o seu programa eleitoral para o Parlamento Europeu ■ Deng Xiaoping anuncia, no seu encontro com Mikhail Gorbatchov (que se encontra na R.P. da China em visita oficial) que o seu país e a URSS chegaram a acordo sobre a «total normalização» das relações ■ Os presidentes do Congo, Zaire, Zâmbia, Zimbabwé, Moçambique, Gabão e S. Tomé e Príncipe decidem, numa cimeira em Luanda, apoiar o plano de paz do governo angolano que visa pôr fim ao conflito interno que dura há 10 anos.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º – 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL.* Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA Tel. 90 00 44

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto – Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média de Abril: 24 275 exemplares

Semana

Avante!
Ano 59 – Série VII
N.º 803
18 de Maio de 1989
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

«Emprego, progresso, justiça social»

Iniciou-se ontem • Sessão pública sábado de manhã
o 6.º Congresso da CGTP

Com a participação de um milhar de delegados e muitos convidados, e depois de um mês de discussão nos sindicatos e locais de trabalho, iniciou-se ontem à tarde no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa, o 6.º Congresso da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional.

Ontem Manuel Carvalho da Silva apresentou, em nome do Conselho Nacional, o relatório de actividades da central no trénio 1986-89. Hoje e amanhã serão discutidas alterações aos estatutos da CGTP-IN e a plataforma de acção da Inter para o período até 1992; sexta-feira à tarde, depois da votação destes documentos, é eleito o Conselho Nacional da CGTP. Sábado são votadas resoluções e moções diversas, iniciando-se às onze horas uma sessão pública de encerramento, onde se fará a apresentação do CN eleito.

O 6.º Congresso da CGTP-IN decorre sob o lema «Emprego, progresso, justiça social» e, como já se tornou habitual, é aberto à participação de todos os sindicatos, independentemente de estarem ou não filiados na Intersindical. Além do número elevado de delegações estrangeiras, assistem também à reunião magna da central personalidades portuguesas e representantes de diversas organizações sociais, políticas e religiosas, sindicatos representativos e instituições nacionais.

Em discussão no Congresso estão o relatório de actividades apresentado pelo Conselho Nacional cessante, o projecto de plataforma para a acção sindical e alterações estatutárias. As propostas apresentadas aos delegados foram ultimadas na reunião do CN realizada na terça-feira, tomando em conta (no caso da plataforma) 972 propostas de alteração surgidas durante a discussão preparatória e que, segundo Carvalho da Silva afirmou numa entrevista à Lusa, incidiram sobre a apreciação da situação política e social, reivindicações e questões de organização, por esta ordem.

Novas respostas a novos problemas

O primeiro capítulo do projecto de plataforma para a acção sindical analisa a evolução da situação política, económico-social e sindical desde o 5.º Congresso, realizado em Maio de 1986, e as perspectivas para os próximos três anos.

Logo nas primeiras linhas do documento se afirma que «a realidade demonstrou a correcção» das orientações definidas naquela altura; agora, este tem de ser «um congresso de resposta na linha de classe da CGTP-IN a um quadro nacional e internacional que é hoje muito diferente» do de 1986.

No plano nacional as leis laborais entretanto aprovadas — nomeadamente a dos despedimentos — inserem-se «numa argumentação puramente economicista, que vê nas relações laborais um mero contrato, desprovido de qualquer relação e consequência social, mas que no seu âmago se anima do desejo de aumentar a exploração daqueles que trabalham».

Quanto ao quadro económico e social, constata-se que, «do ponto de vista estritamente económico, Portugal tem vivido, desde 1986, uma época de crescimento, beneficiando duma conjuntura externa extremamente favorável»; contudo, «não há um objectivo de efectivo desenvolvimento com progresso e justiça social».

Além do agravamento da precarização do emprego, surgem no mercado de trabalho — e têm tendência a alargar-se — vínculos laborais que se regem duma forma individual.

A greve geral de 28 de Março de 1988 teve na base uma «ampla acção de esclarecimento e de mobilização desenvolvida pela CGTP-IN desde o início de Janeiro» desse ano; por outro lado, esta acção contribuiu para «criar uma dinâmica de unidade e determinação na luta». «E foi precisamente esta luta do movimento sindical — salienta-se no projecto de plataforma — que foi determinante para a convergência que se verifica na posição hoje defendida em sectores diversos na sociedade portuguesa» e para o «sentimento de unidade que actualmente emana dos locais de trabalho».

A internacionalização crescente e as modificações das relações económicas e políticas, e a importância determinante do progresso tecnológico nas diversas sociedades «são aspectos fundamentais que caracterizam — segundo o projecto de plataforma de acção sindical para 1989-92 — a evolução internacional nesta segunda metade da década e que estão «na base do actual clima de desanuviamento e de entendimento».

A crise do capitalismo nos anos 60-70 «não era fundamentalmente um problema dos preços do petróleo, era uma crise dos processos produtivos, era uma crise do modo de produção, era uma crise estrutural».

O progresso tecnológico foi «a base objectiva que permitiu, nestes últimos anos, ao mundo capitalista, recuperar os elevados crescimentos de produtividade e alcançar um novo dinamismo»; no entanto, «continuam a manter-se no sistema capitalista factores de crise». A *perestroika* e as transformações nas sociedades socialistas também se inserem — afirma-se no documento em discussão — «nesta necessidade de modernizar as economias». Na base do processo de internacionalização das economias está «esta função primordial hoje ocupada pela inovação».

Estes factores — afirma-se no projecto de plataforma de acção — «estão na base da autêntica fobia que parece invadir todo o patronato capitalista ocidental na defesa da flexibilização». Quando não é possível facilitá-la na legislação, provocam-se novas realidades laborais: trabalho ao domicílio, aluguer de mão-de-obra, subcontratação, relações laborais individualizadas.

O surgimento nos últimos anos, nas relações interestatais, de uma nova mentalidade política «desenvolvida e difundida inicialmente pelos actuais governantes soviéticos», é «indissociável do contributo corajoso de inúmeros humanistas de várias tendências e épocas, da luta histórica pela paz travada pelo movimento operário e pacifista, da existência de países não-alinhados e, sobretudo, da existência de países socialistas com poder económico e militar dissuasor».

Desafios ao sindicalismo e à CGTP-IN

As modificações verificadas na organização dos processos produtivos suscitaram «uma alteração qualitativa nas relações de força entre os sindicatos e o capital, desfavorável para os primeiros» — afirma-se no parágrafo final do capítulo onde é caracterizada a situação política, económico-social e sindical.

Por um lado, refere-se, «existe uma dificuldade em captar os trabalhadores que laboram segundo novas relações», quer devido à grande insegurança e precariedade nos locais de trabalho, quer porque «em certas margens do mercado de trabalho as reivindicações e os desejos já extravasam os campos tradicionais da actuação sindical». Por outro lado, «enquanto o capital actua tendo por palco todo o mundo», «o movimento sindical internacional tem actuado no quadro duma significativa divisão».

A partir desta realidade e das perspectivas de evolução nos próximos três a quatro anos, colocam-se ao movimento sindical unitário em Portugal novos desafios.

«Privilegiando a luta de massas», a CGTP propõe-se lutar «em todas as frentes» por um projecto de desenvolvimento para Portugal, contemplando o aproveitamento de todas as potencialidades do país e pretendendo aumentar a justiça social.

As realidades e tendências internacionais colocam como «crescente preocupação» a internacionalização das estratégias sindicais, a procura de uma maior concertação de actuações, nomeadamente no quadro da CEE.

O projecto de plataforma de acção sindical para os próximos três anos considera que o processo de integração europeia e de implementação do mercado interno único colocam o movimento sindical perante «uma fase decisiva para Portugal».

Por isso, «este 6.º Congresso da CGTP-IN será um congresso da **viragem**, entendida aqui como uma adequação das formas de actuar e de se organizar da CGTP-IN para fazer face às novas realidades sindicais. E esta adequação terá de passar pela **unidade**, mas unidade no quadro da **diversidade** das relações laborais e dos interesses de quem trabalha. Consequentemente, cada vez mais esta unidade só poderá fazer-se em torno de **objectivos** concretos, quer seja no local de trabalho, quer seja nas diversas instituições onde os sindicatos têm assento» — afirma-se no projecto de plataforma de acção.

A CEE e o mercado interno são pormenorizadamente analisados no segundo capítulo do documento. O terceiro desenvolve o projecto que a CGTP-IN defende para o país: um Portugal democrático, desenvolvido, solidário e soberano. A acção reivindicativa pelo direito ao trabalho, pela redução do tempo de trabalho, pela melhoria dos rendimentos do trabalho, pela melhoria da segurança social, pela segurança e saúde no ambiente de trabalho e pelo bem-estar social ocupa quase 20 páginas do projecto.

A unidade de todos os trabalhadores, a acção sindical, a actividade internacional da CGTP-IN e as questões ligadas à organização da central e do movimento sindical unitário são desenvolvidos também no documento que, depois de discutido e aprovado no Congresso, constituirá a Plataforma para a acção sindical neste triénio.

Quanto às alterações dos estatutos, as propostas apresentadas para a discussão na fase preparatória do Congresso contemplam «evoluções na nossa prática» e «aperfeiçoamentos nas formulações». Propõe-se a criação de um Conselho Nacional dos Jovens, um Conselho Nacional dos Reformados, uma comissão nacional de mulheres e uma comissão nacional de quadros técnicos e científicos.

Posteriormente, já como resultado da discussão nas organizações sindicais e nos locais de trabalho, surgiram também propostas sobre a criação do cargo de coordenador e da mesa do plenário nacional de sindicatos.

O maior número de presenças estrangeiras

O 6.º Congresso da CGTP-IN é «de longe, aquele que mais representações estrangeiras teve até hoje», contando já, à hora do fecho da nossa edição, com a confirmação da presença no Pavilhão dos Desportos de quase uma centena de delegações internacionais. Estas integrarão 13 presidentes e vice-presidentes, 16 secretários-gerais e 11 secretários de relações internacionais.

Entre outras figuras do movimento sindical mundial que se deslocam a Lisboa, o departamento de informação da Inter destaca os secretários-gerais da Federação Sindical Mundial, da Confederção Mundial do trabalho e da OUSA (central regional representativa do movimento sindical africano); o secretário-geral da UNTA, Pascoal Luvualu, membro do Bureau Político do MPLA-PT; o secretário-geral do Partido Congolês do Trabalho, Jean Michel Bakamba; John Ya Otto, secretário-geral da NUNW (Namíbia); Simon Reys, secretário-geral da COB (Bolívia) e secretário-geral do PCB.

Da Federação dos Sindicatos da China vem o secretário das relações internacionais, Hang Jiade, que também é vice-presidente da OIT. Da Bélgica vem Henri Carpentier, secretário-nacional da FGTB e dirigente da Confederação Europeia de Sindicatos. O secretário-geral Antonio Gutierrez representa as Comisiones Obreras de Espanha. Do Executivo do ICTU (Congresso dos Sindicatos Irlandeses) está no Congresso da CGTP Jahn Carrol, que é também presidente da secção dos Assuntos Sociais do Comité Económico e Social da CEE.

Confirmaram que se fariam representar no Pavilhão Carlos Lopes – ainda de acordo com o levantamento feito pelo departamento de informação da CGTP-IN – organizações sindicais nacionais filiadas na FSM (42), na CMT, na CISL (12), na CES (13) e ainda 22 autónomas.

Das organizações internacionais não sindicais, tinham já confirmado o envio de representantes a Organização Internacional do Trabalho, o Centro Internacional dos Direitos Sindicais, o Comité Económico e Social da CEE e a Associação Internacional dos Juristas Democráticos.

Estão também no 6.º Congresso da CGTP-IN representantes dos conselhos das comunidades portuguesas em França e no Luxemburgo e de três comités de solidariedade com Portugal.

Manuel Tiago
ATÉ AMANHÃ CAMARADAS
edição especial ilustrada pelo pintor Rogério Ribeiro
edições Avante!
Colecção Resistência
À VENDA

aTalhe deFOICE

Ganhar

Após ter demonstrado que a luta de classes acabou, o secretário-geral do PSD, Dias Loureiro, produziu, como se esperaria, nova incandescência.

«O Governo», garantiu ele no fim-de-semana passado em Setúbal, «tem feito o que compete ao Governo, mas a oposição não tem feito o que compete à oposição.

Resultado: ganha o Governo».

É perturbante, esta equação futebolística do desequilíbrio de competências. A fazer fé no secretário-geral do PSD (cuja competência intelectual constitui, aliás, um dado adquirido), a democracia constitucional que rege o País terá dado lugar a um campeonato de futebol com duas equipas em campo – o Governo, que faz o que lhe compete, e a oposição, que não faz o que lhe compete. Resultado: «Ganha o Governo».

E quem perde?
Será a oposição, que «não faz o que lhe compete»?
Ou será o País, que ao dar a maioria absoluta ao PSD em 1987, não sabia que o Poder era um jogo e Portugal um estádio de futebol?
De qualquer modo o Governo «está a ganhar», segundo o secretário-geral do partido que lhe dá suporte. Daí que seja surpreendente a afirmação, proferida no mesmo dia por António Capucho, cabeça-de-lista do PSD às eleições para o Parlamento Europeu, admitindo que o Governo «não está no pico da popularidade», indicando o PS e o CDS como «adversários políticos» e considerando que o PCP «não joga no nosso campo».

Ressalvando a sintonia futebolística da linguagem (pelos vistos o discurso, no PSD, é cada vez mais um «redondo vocábulo»), não se percebe como um alto dirigente pêpêdê acha que o Governo está a ganhar e outro considera que não está no pico da popularidade.

Sendo assim, o Benfica estará neste momento a enfrentar uma grave crise de popularidade, pois ganhou o campeonato e ainda por cima antes de tempo.

Ou, não sendo assim, reina grande confusão na direcção do PSD. O que explicaria outras coisas, ainda dentro deste «campeonato».

Explicaria, por exemplo, por que se sucedem as demissões de membros do Governo ou de conselhos de administração por ele nomeados. É que isto de se «estar a ganhar» e a perder popularidade ao mesmo tempo é um enigma demasiado angustiante para muitas almas, sobretudo as que têm uma visão concreta dos fenómenos da existência e considerm que a vida não se resolve em terrenos movediços e debaixo de ventos paranormais. A mudança de ares é, aí, a grande solução.

Explica, de certeza, a antiga obsessão do Primeiro-Ministro em proibir toda a gente de falar. Se Cavaco Silva já achava que muitas cabeças **não pensam melhor** que uma só, agora tem a prova de que muitas bocas não falam melhor do que uma só. E às tantas ainda a deixam a falar... sozinha.

Mas apesar do crescente falatório dos seus correligionários, Cavaco Silva não desiste das orações definitivas, de liderança. No mesmo fim-de-semana em que os referidos dirigentes do PSD anunciaram mistérios em confluência futebolística, o Primeiro-Ministro decretou em Cabeceiras de Basto que «sem a revisão constitucional, cujo acordo está em marcha, Portugal não consegue ganhar a batalha da integração plena na CEE», pelo que não compreende «como é que há forças políticas e pessoas que continuam a pedir a suspensão dos trabalhos da revisão constitucional». E rematou: «Todos os portugueses têm o dever patriótico de se empenharem no processo da integração para que possamos modernizar e desenvolver o País».

É o que se chama uma visão cosmológica, isto de meter no mesmo saco a revisão constitucional, o patriotismo e a CEE, sobretudo pela soberania que preside ao argumento. Cavaco Silva já não fala como Primeiro-Ministro – ele **é o raciocínio** do País.

É por isso que o seu Governo está a ganhar à oposição. E a perder com o País.

■ **H.C.**

Trabalhadores

Sumário sindical

Contra a discriminação na Cometna

Pacote — A jornada do dia 9 em Lisboa mostrou que há condições para continuar a luta contra a aplicação do pacote laboral, afirma a CGTP em nota à Imprensa do dia 10. Recorda, por outro lado, a Central que «só os deputados votaram favoravelmente o pacote». Ao saudar os trabalhadores que participaram na jornada de 9 do corrente, a CGTP exorta-os a continuar a luta, pois o pacote foi rejeitado não só por eles, mas por «todas as forças democráticas, organizações sindicais e religiosas». Na nota do dia seguinte à jornada em frente à Assembleia da República, a CGTP reafirma que há «necessidade, razões e condições para prosseguir a luta contra a lei dos despedimentos» — a peça mais gravosa do pacote.

Malato Correia — O presidente do Conselho de Directores dos Hospitais Civis, Malato Correia, «numa atitude intimidatória, chamou a Polícia», afirma o Sindicato (STFPSA), para desfazer uma concentração de trabalhadores do apoio geral que, juntamente com outros, têm estado em greve pela aplicação do horário de 36 horas semanais. Os agentes limitaram-se a identificar os presentes na concentração efectuada em 9 do corrente entre as 14 e 30 e as 18 horas. No dia seguinte, um grupo de sindicalistas dos HCL aguardava na sede do conselho, às 9 da manhã, uma audiência com o presidente, dr. Malato Correia.

Transportes — As organizações representativas (ORTs) dos trabalhadores da RN, Carris, Metro e STCP (Colectivos do Porto), reunidas recentemente num plenário em Lisboa, manifestaram-se pela «reposição do poder de compra, quer nas empresas em que se está a aplicar o acto de gestão, quer naquelas onde ainda não se iniciaram as negociações dos AEs» — acordos empresariais. O plenário repudiou a revisão constitucional, nos termos que está a decorrer, e, entre outras decisões, as ORTs propõem-se «desenvolver todas as acções» para defender as empresas públicas, a estabilidade no emprego, os direitos e garantias que se mostram necessários ao «desenvolvimento e progresso do País, no quadro do Portugal democrático saído do 25 de Abril».

Manuel Durães — Para «obrigarem o patrão a pagar-lhes o salário de Abril» e participarem na jornada contra o pacote laboral, os 300 trabalhadores da Têxtil Francisco Manuel Durães paralisaram totalmente o trabalho no passado dia 9. Segundo a comissão executiva da União dos Sindicatos de Viana do Castelo, a empresa não está de forma nenhuma em dificuldades. Pelo contrário, «vende a produção a 100 por cento e a gerência ainda há pouco comprou, para uso próprio, viaturas que custaram largos milhares de contos».

Polícias — Ao condenar em 8 do corrente a «repressão e intimidação» que se exerce sobre «sindicalistas da PSP», a comissão executiva da CGTP-IN manifesta o seu «mais veemente repúdio e protesto» pelas limitações ao direito da reunião e associação. De acordo com a direcção da Central, a hierarquia da PSP «está a instaurar processos disciplinares aos elementos mais activos da associação sindical dos profissionais da PSP» e aplicou «a pena de 30 dias de suspensão ao seu coordenador nacional, sub-chefe José Carreira».

PALOP — Como a Fenprof divulgou recentemente, estiveram em Lisboa e encontraram-se com a comunicação social «representantes das organizações de professores de Moçambique, Guiné e São Tomé e Príncipe», que informaram publicamente da «situação educativa nesses países» africanos de língua oficial portuguesa e, designadamente, das «enormes dificuldades que neste momento se colocam à divulgação do Português» devido às «debilidades de cooperação existentes».

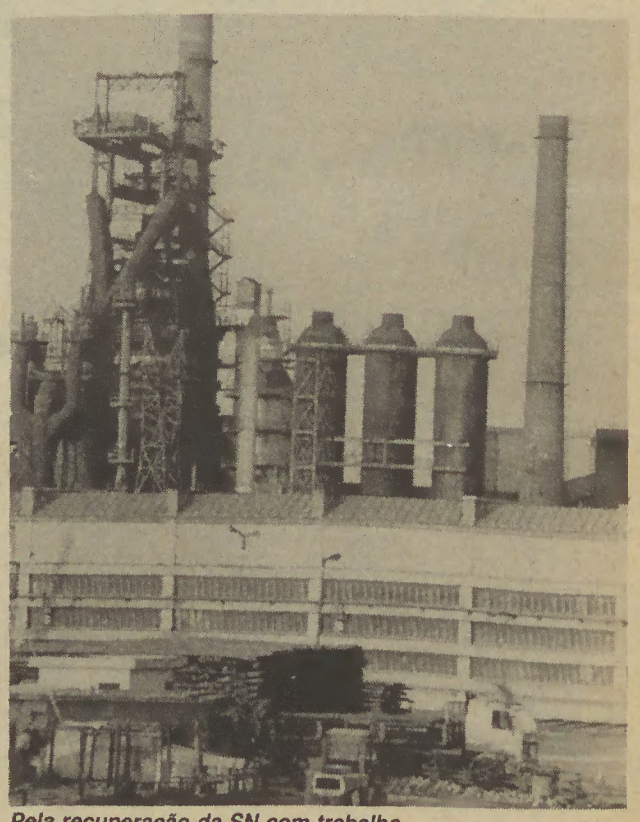
«Carrefour» — Os quarenta mil trabalhadores dos supermercados «Carrefour» — uma cadeia multinacional com sede na França — adoptaram diversas formas de luta entre 8 e 14 do corrente. A «Carrefour», que procura instalar-se em Portugal, tenta aumentar os períodos de trabalho, abrindo aos domingos e feriados, ao mesmo tempo que põe «entraves ao livre exercício da actividade sindical». A Fepces — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços — ao manifestar inteira solidariedade àqueles trabalhadores, sublinha o que se passa no nosso país e recorda que a «Carrefour», instalada em países como a Argentina, a Austrália, Brasil, Espanha, Formosa e EUA, não cumpre os contratos colectivos de trabalho, e inclusivamente exerce coacção «física e psicológica», pelo que o pessoal e os seus sindicatos incluem entre as reivindicações a «urbanidade no trato com os trabalhadores».

«Alicerce» — A Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármores, com sede em Lisboa, acaba de distribuir o seu boletim trimestral «Alicerce» (Abril/Junho) que, além do 6.º Congresso da CGTP, trata de matérias importantes para os trabalhadores, como sejam leis, contratação, normas de segurança, lei dos despedimentos, Parlamento Europeu (eleições de 18 de Junho) e sindicalização.

Cometna — O Governo, segundo a direcção do FSMMMP, deferiu no princípio deste mês um «despedimento colectivo — 25 trabalhadores – solicitado pelo IPE e pela administração da Cometna». Para a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, trata-se de «uma medida política e discriminadora», pois atinge trabalhadores «colocados na lista negra» resultando num atentado — «despedimento político» e «acto premeditado» — contra «direitos e garantias de activistas sindicais».

Siderurgia — Na primeira semana deste mês, trabalhadores da Siderurgia Nacional receberam cartas de rescisão dos contratos de trabalho. A FSMMMP tem levado a cabo várias iniciativas para contrariar os despedimentos e conseguir, por outro lado, que sejam pagos os complementos de reforma e de «baixa», que «estão a ser cortados aos trabalhadores».

CPCS — Em 10 do corrente, Manuel Carvalho da Silva, coordenador da comissão executiva da CGTP, presidiu pela primeira vez a uma sessão do Conselho Permanente de Concertação Social». Com «Política e Balanço Social» na ordem de trabalhos, a reunião efectuou-se na Av. Elias Garcia, 12, em Lisboa, na presença do ministro do Emprego, Silva Peneda, e dos outros parceiros sociais que fazem parte da Secção Especializada de Trabalho, Emprego e Assuntos Sociais.



Pela recuperação da SN com trabalho

Trabalhadores

Professores prometem endurecer a luta

Uma surpreendente adesão à greve de quinta-feira deixa antever o fortalecimento da luta, com a adesão dos docentes de Português na Europa

Depois da maior greve sempre no sector, quinta-feira passada, os professores a nível nacional e na Europa anunciaram novas greves para o período de 16 a 24 do corrente. Em causa está o chamado regime retribuitivo para a Função Pública, que a recém-criada subscretária de Estado para a Modernização Administrativa não quer alterar em relação aos docentes, insistindo em não manter «a paridade actualmente existente entre a carreira docente e as carreiras técnica e técnica superior».

O último encontro em data até à passada segunda-feira com aquele órgão do Governo não deu satisfação às reivindicações da FENPROF (Federação do sector), que decidiu, além de um **plenário marcado para ontem na Praça do Campo Pequeno**, avançar para uma série de acções que incluem a «concretização de um grande cordão humano em Lisboa, a realização de uma estafeta nacional de protesto, a greve e (ou) outras acções no período de avaliações e na época de exames».

O secretariado da FENPROF reunido em Lisboa, segunda-feira passada, admite ainda vir a adoptar outras formas de luta, «nomeadamente o recurso à greve em novos períodos».

O objectivo da luta é considerado pela direcção da FENPROF suficientemente mobilizador para proporcionar uma unidade alargada.

Os objectivos por que se bate a FENPROF merecerão, como afirma o secretariado nacional, **«o acordo de todos os professores e das suas organizações sindicais»**.

Previstas para Junho, além da greve deste mês, as acções de luta da FENPROF dependerão naturalmente da «dinâmica que vier a ser criada em cada escola e zona escolar».

Daí o apelo insistente dos sindicatos e da Federação para que as justas reivindicações dos docentes tenham a necessária adesão da opinião pública e que, sem margem para dúvidas, o Governo seja responsabilizado como deve ser pela situação que se vier a criar.

Recorde-se que, em declarações públicas acerca da adesão à greve de quinta-feira passada, os dirigentes nacionais da FENPROF referiram um nível da ordem dos 80 por cento em todo o País e citaram numerosas escolas da zona da Grande Lisboa onde a adesão foi total.

O mesmo sucedeu no Norte e no Algarve, onde os estabelecimentos de ensino estiveram praticamente paralisados em 11 do corrente.

Pré-aviso na Europa

Era entretanto tornado público para 16 e 17 do corrente um pré-aviso de greve dos docentes de Português no estrangeiro. A forma de luta insere-se **«na luta dos professores portugueses por um estatuto da carreira docente que dignifique a função do professor na sociedade e permita a efectiva melhoria do ensino»**.

A greve é marcada pelo SPE/Fenprof. O Sindicato dos Professores na Europa reivindicam há vários meses, sem obter satisfação:

- A publicação das tabelas salariais de 1989 que, por lei, deveriam ter sido publicadas a partir de Junho de 1988, com aplicação desde Janeiro findo;
- A estabilização da rede escolar para o ano lectivo de 1989/90;
- A divulgação das alterações ao projecto de estatuto e calendarização das suas negociações;
- A divulgação do projecto de formação-avaliação dos docentes, seus objectivos, critérios e moldes de execução em tempo útil para a sua discussão e negociação;

Depois de se mostrarem conscientes da dureza da luta e da sua necessidade, os professores na Europa, representados pelo secretário-geral do seu Sindicato, Alexandre Milheiro, que assina um comunicado conjunto com António Teodoro, secretário-geral da FENPROF, afirmam que «o estatuto dos professores tem que ser negociado em tempo útil que permita aos professores ter conhecimento e discutir as propostas em período lectivo».

Recorde-se que várias propostas e reivindicações foram apresentadas em Março deste ano pelo Sindicato.

O SPE «alerta as autoridades portuguesas — lê-se no comunicado — para a necessidade de rapidamente se divulgarem as propostas do Governo e se calendarizarem negociações». Caso contrário o SPE poderá desencadear **novas greves**, ou outras formas de luta, com «prejuízo evidente para o normal desenrolar das actividades do ensino do Português no estrangeiro e para a imagem do nosso país» na Europa.

Professores presentes na rua e na greve (arquivo)

Bairros pobres com rendas caras

Um impagável Instituto

Assistentes sociais recolhem magros escudos para amortizar hipotéticas dívidas de moradores em casas oferecidas pelo Estado

A CGTP recebeu quinta-feira passada uma delegação das cooperativas de inquilinos (Federação Nacional — Fencip) e deu pública informação sobre o **há tempos falado**, mas já muito esquecido caso dos aumentos incomportáveis nas rendas dos bairros sociais.

A delegação da Fencip, que se fez acompanhar por moradores desses bairros, transmitiu à CGTP, representada por Emídio Martins e pela dra. Rosa Brandão, «a situação dramática que se vive hoje em muitos bairros sociais por todo o País».

Segundo nota à Imprensa de 11 do corrente, a delegação da Fencip apresentou numerosos casos concretos de famílias que «pagavam 3000 mil escudos mensais e passariam a pagar 18 150 escudos e doutras que, pagando 650 escudos veriam a renda aumentada para 17 mil escudos.

Estas e outras anomalias devem-se à aplicação pelo Governo actual de uma portaria que estava suspensa desde 1983 e mediante a qual os moradores passaram a receber, em finais do ano passado, cartas com aumentos escandalosos das rendas, incluindo moradores em bairros habitados por ex-sinistrados das grandes cheias de 1967.

Segundo a nota da CGTP, as casas destes últimos bairros tinham sido dadas a título de compensação. Os moradores são agora **«verdadeiramente intimados» a comprarem as casas que lhes tinham sido fornecidas gratuitamente**.

Há para tal um Instituto

Repita-se que a portaria estava suspensa desde 1983 e foi o Governo Cavaco que a mandou activar, através do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado. São funcionários do Instituto — «altos responsáveis», refere a CGTP — que fazem essas intimações aos inquilinos para comprarem as casas.

Não se trata, pelos vistos, de saber se podem ou não pagá-las. O que se verifica é que mesmo assistentes sociais visitam, por conta do Instituto, periodicamente esses bairros com o objectivo — cita a nota da CGTP — de **«recolherem alguns escudos, que as pessoas amealham, a pretexto de amortização de hipotéticas dívidas desses moradores ao Instituto»**.

Comenta a CGTP:

«Os factos relatados impressionam pelo grau de arbitrariedade, prepotência e desumanidade com que actuam o Governo e organismos oficiais — conduta absolutamente incompatível com um Estado de direito democrático.

«A CGTP solidariza-se com a luta da Fencip e, para além de confirmar e reivindicar uma política de habitação que tenha por objectivo o cumprimento integral dos preceitos constitucional, recomenda a revogação da portaria 288/83, bem como a procura da solução para os problemas dos moradores dos bairros sociais, de acordo com a situação e as suas próprias propostas», conclui a CGTP.

Direitos em causa mais uma vez

Um ex-legionário será o único responsável?

O chefe Rijo é acusado em protesto remetido à Câmara Municipal de Lisboa

Num protesto remetido anteontem à Câmara Municipal de Lisboa, com cópia para os órgãos da comunicação social, CGTP, USL e Federação dos Sindicatos de Hotelaria, denuncia-se o «chefe Rijo, ex-legionário», actualmente encarregado das brigadas de limpeza da Câmara Municipal de Lisboa, de ter instruído os seus subordinados no sentido de «limparem», entre outros, os cartazes alusivos ao 6.º Congresso da CGTP, que amanhã se inicia em Lisboa.

O protesto, mais que justificado, pois não é de modo nenhum a primeira vez que isso sucede, foi apresentado à CML pelo Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul, com sede em Lisboa.

No telex emitido sobre o assunto, a direcção sindical afirma ainda que a «limpeza» não atinge apenas a CGTP. Ocupa-se também de outros cartazes e faixas de organizações progressistas.

Atitude fascista

Dado o passado da personagem e o seu zelo contra a liberdade de expressão – e muito comedida é esta hoje nas ruas – a direcção do sindicato, no curto telex que difundiu sobre o caso, «repudia essa atitude fascista e ilegal da Câmara Municipal de Lisboa».

Conclui o Sindicato da Hotelaria, na nota difundida pela FESHOT (Federação do sector) que, naturalmente, aquela atitude «visa coarctar o direito à livre expressão, consignado na Constituição da República».

Trabalhadores

Em 28.1 em Lisboa contra o pacote laboral

Aumentos salariais

Mais de 11 por cento na hospitalização privada

Aumentos salariais de 11,2 por cento, com retroactividade a 1 do corrente, a que se seguirá uma fase de negociação de carreiras profissionais, foram conseguidos ultimamente pela Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal (FESHOT) para «a generalidade dos 2000 trabalhadores abrangidos por esse processo de negociação» no sector da hospitalização privada.

Os aumentos agora conseguidos pela FESHOT em negociações directas constam da revisão do CCT (contrato colectivo de trabalho) para o sector. O texto da revisão será formalmente assinado dentro de dias, como assinalava o departamento de informação da FESHOT em 11 do corrente.

Além dos aumentos salariais, outras cláusulas de expressão pecuniária foram também actualizadas, acrescenta a Federação, salientando que os 11,2 por cento de aumentos se referem à média salarial.

São necessários mais enfermeiros

Comemorava-se, entretanto, em 12 do corrente, o Dia Internacional do Enfermeiro. A necessidade de mais profissionais do ramo foi reclamada pelos 400 enfermeiros reunidos em Lisboa para debater, nesse dia, várias questões relacionadas com o exercício da profissão, entre as quais se destaca a necessidade de «implementar a personalização dos cuidados de saúde».

Identificar «os principais obstáculos» à personalização e humanização dos cuidados de saúde foi um dos motivos principais da reunião promovida pelo SEP (Sindicato dos Enfermeiros Portugueses), no Teatro Villaret.

Entre esses obstáculos, como se depreende da nota do SEP emitida no dia 12, figuram carências várias em instalações e equipamentos. Faltam «espaços que permitem atendimento privado do utente» e para que os enfermeiros possam reflectir em conjunto sobre os problemas do serviço e dos doentes.

Das reclamações apoiadas pelo SEP, refiram-se ainda os incentivos, que faltam, à «investigação em enfermagem», para «fixar enfermeiros em áreas carenciadas e na periferia», assim como compensações em situação de risco no exercício da profissão.

Entre as conclusões do debate contam-se ainda a necessidade de alterar, como sublinha o SEP, a «alteração da política de gestão dos serviços de enfermagem e de pessoal», bem como a alteração da «actual política de formação» profissional.

Um comboio chamado cultura

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos (STE), artistas de todos os países das Comunidades europeias vão organizar entre 22 e 24 do corrente «um comboio chamado cultura», que se deslocará de Paris a Estrasburgo, numa iniciativa em que participam artistas portugueses, e deve funcionar como «forma de luta a favor das quotas de produção europeia de televisão».

A iniciativa, em que participa o STE, coincide com a discussão no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, acerca da não fixação de quotas de «difusão de produções europeias», as quais tinham sido propostas pelo PE, mas foram recusadas pelo Conselho de Ministros da CEE.

De acordo com o STE, haverá em Paris uma concentração e recepção na Gare de L'Est às oito da manhã do próximo dia 22, seguindo-se a partida uma hora depois. Às 12 horas do mesmo dia efectua-se uma paragem em Nancy, com uma recepção por artistas da Lorena. A chegada a Estrasburgo está prevista para as 14 horas, havendo meia hora depois uma **«assembleia no Teatro Nacional de Estrasburgo, com artistas de todos os países europeus».**

Anteontem, tinham aderido à iniciativa em Portugal os artistas Mário Jacques, Artur Ramos, João Botelho e António Pedro de Vasconcelos.

Durante a viagem actuam artistas que nela participam e o **comboio da cultura** disporá de carruagens dedicadas ao cinema, música e canções, literatura e teatro, artes plásticas e gráficas. Numa das carruagens haverá debates.

Consoante a divulgação da iniciativa feita no nosso país pelo STE, os objectivos daquela forma de luta são opor-se à supressão das quotas; «manifestar preocupação pela supremacia oferecida a subprodutos norte-americanos»; e «propor uma alternativa baseada na cooperação europeia e internacional, no respeito pelas identidades nacionais».

A organização da iniciativa «Um comboio chamado cultura» pertence ao movimento francês denominado «Etats Généraux de la Culture» (Estados Gerais da Cultura), com os quais artistas portugueses têm estado em contacto nos últimos anos, designadamente com o objectivo de defender as culturas nacionais «contra a colonização norte-americana».

Sindicato protesta contra hipermercado

A direcção do Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços (CES-Sul), com sede em Setúbal, protesta contra a instalação de um hipermercado na zona da Azeda, cuja proposta foi apresentada à Câmara da cidade pela transnacional Pão de Açúcar.

A viabilização do hiper teve em sessão camarária do passado dia 11 a oposição dos vereadores da CDU e do PRD. O CES-Sul afirma que a instalação do estabelecimento não tem viabilidade legal, pois a respectiva proposta só foi apresentada por aquela empresa, quando o deveria ser também pelos proprietários do terreno.

Entretanto, a Câmara de presidência socialista (PS), não dava resposta aos pedidos de reunião apresentados pelo CES-Sul, que reafirma a ilegalidade da operação, acrescentando que não foram apresentadas «certidões da situação cadastral do prédio e de desafectação do ónus de não edificação a favor do Estado, que impende sobre o terreno».

O CES-Sul, embora não esteja contra a instalação deste ou de qualquer outro hipermecado, protesta, no entanto, porque, apesar do Pão de Açúcar dizer que vai criar 250 postos de trabalho, na generalidade esse trabalho será precário.

Além disso, o hiper fomenta ainda mais «a concorrência desleal — sublinha o CES — com e para a generalidade do comércio tradicional».

Depois de referir que o hiper não cria emprego, mas desemprego, pois «leva à falência dezenas de empresas», o Sindicato afirmava anteontem que desconhece, visto a Câmara não o receber em audiência, se foram devidamente acautelados os interesses dos munícipes, «incluso aqueles que hoje têm emprego no comércio em Setúbal».

Na verdade e ainda de acordo com o CES-Sul, os pequenos patrões afectados pelo hiper, já prejudicados «tanto na compra como na oferta das mercadorias», não hesitarão em despedir para poderem enfrentar «as dificuldades da concorrência».

Todos os interessados, adianta o Sindicato ao referir-se aos trabalhadores, poderão contar com o CES-Sul que fará tudo o que estiver ao seu alcance para defender os postos de trabalho que a instalação do hipermercado possa afectar.

edições Avante!

CDL a distribuição

A HISTÓRIA DA
LUTA DO PARTIDO
E DOS TRABALHADORES
NO PORTUGAL
DEMOCRÁTICO

contada em artigos
reportagens e entrevistas
nas páginas do militante

à venda encadernações anuais de
O Militante

Parlamento Europeu

18 JUNHO
ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

Álvaro Cunhal em sessões em Lisboa e V. Franca de Xira

Tendo ao fundo a sua consigna eleitoral para as eleições ao Parlamento Europeu — **«Com a CDU é melhor para Portugal»** — decorreu no passado sábado no salão da Junta de Freguesia de Alcântara, em Lisboa, um comício desta coligação eleitral onde discursou, de improviso, o secretário-geral do PCP, **Álvaro Cunhal**, após uma intervenção de abertura a cargo de **Rui Godinho**, actual vereador na CML e candidato pela CDU à presidência da Câmara Municipal de Lisboa. A assistência encheu completamente o vasto salão da autarquia.

Após pormenorizar a ruinosa gestão de Abecasis na cidade de Lisboa e a falta de credibilidade do PS como alternativa, amarrado como está a um protocolo de capitulação com o actual executivo camarário, Rui Godinho demonstrou que a CDU é a única resposta aos graves problemas da capital, sendo a única força política que tem um projecto e uma equipa para o concretizar.
Entretanto **Álvaro Cunhal** apontou, na sua intervenção, as três linhas de força que, neste momento eleitoral, devem ser consideradas na batalha política a travar: a desastrosa política do Governo, a revisão da Constituição e a necessidade quer de impedir a grave descaracterização do texto constitucional (com culpa do PS), quer de se dinamizar a campanha da CDU para as eleições ao Parlamento Europeu, onde esta força, e nomeadamente os comunistas, estão em melhores condições para defender os interesses de Portugal e dos portugueses, dado não estarem comprometidos com quaisquer interesses estranhos, sejam privados nacionais, ou multinacionais.
Além disso referiu-se à iniciativa da suspensão imediata da Revisão, que a Assembleia da República não outorgou, mas que era uma tentativa para suspender um processo particularmente grave através do qual o Partido Socialista dá nova força ao governo de direita, num momento em que este atravessa uma crise profunda.
Assinale-se ainda, como nota à parte, que Álvaro Cunhal referiu também a ponderação feita pelos organismos executivos do Comité Central do Partido da possibilidade da apresentação de uma moção de censura ao Governo, contando que à entrada para o comício um jornalista lhe perguntara se o PCP apresentaria ou não a moção de censura, pedindo que respondesse por sim ou não, e repetiu ali a resposta que dera: «A resposta não é sim nem não. É apenas a advertência de que a moção de censura é um instrumento constitucional para pôr em causa o governo, e que o PCP com tal declaração assume publicamente o direito de eventualmente o utilizar».
Mas, como dissemos, Álvaro Cunhal apontou três questões de actualidade.
Quanto à política do Go verno, assenta na restaura ção dos latifúndios e dos monopólios e na destruição das conquistas de Abril, não resolvendo nenhum problema dos muitos que afligem o País e agravando-os todos.
Entretanto, recordou ainda o orador, este Governo procura desesperadamente, através da revisão constitucional, perpetuar-se para o futuro e abrir caminho à intensificação da ofensiva da direita. Neste caso o PS está não só a consenti-lo, como a permitir que este Governo sobreviva, quando está em queda livre.
Por isso nesta batalha, os portugueses que querem al terar esta ruinosa política de direita, têm de ver em quem podem confiar, quer na luta em defesa da Constituição e do Portugal de Abril nela definido, quer também nestas eleições para o Parlamento Europeu, que se realizarão dentro de pouco mais de um mês.

Vila Franca de Xira

Vila Franca de Xira viveu na passada sexta-feira mais uma jornada CDU com a participação do secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal. Além dum convívio com trabalhadores da Câmara, o dirigente comunista fez uma intervenção na iniciativa realizada à noite no cine-teatro local — uma sala cheia, com boa presença de mulheres.
Presentes na Mesa vários activistas e dirigentes da CDU, eleitos nas autarquias, nomeadamente o presidente do Município, Daniel Branco e o presidente da Assembleia de Freguesia, Alves Morgado, dirigentes do PCP e da JCP, José Augusto Neves, candidato à presidência da JF local e o jovem Jorge Zacarias, membro da lista CDU para Estrasburgo. Este último e Alves Machado falaram na sessão antes de Álvaro Cunhal.
O secretário-geral do PCP — (vivamente saudado — caracterizou a CDU como projecto unitário onde ninguém esconde a sua face: membros do PCP e da JCP, Verdes, Intervenção Democrática e os milhares de independentes de diversos quadrantes.
As batalhas eleitorais deste ano e particularmente a eleição de Junho constituíram o tema central da intervenção de Álvaro Cunhal, que chamou a atenção para o facto de vários sectores da população não estarem ainda ganhos para as eleições do próximo mês para o Parlamento Europeu.
Enquandrando as eleições deste ano no actual contexto político e social, o dirigente comunista destacou dois traços essenciais: por um lado a política do Governo PSD e por outro a grande movimentação social contra essa política. O contraste flagrante entre as promessas de Cavaco (inflação, trocas externas, etc.) e a realidade foi tema comentado por Álvaro Cunhal, que criticou a política de destruição do Portugal de Abril e o conjunto de consequências que essa ofensiva arrasta, as quais merecem hoje o repúdio generalizado dos portugueses, incluindo muitos dos que em Julho de 87 votaram Cavaco e PSD.
Alertando para a inércia do actual Governo quanto à necessidade de defender interna e externamente os interesses nacionais, o secretário-geral do PCP observou que a CEE não deseja o desenvolvimento em Portugal de projectos tão importantes como os da siderurgia, da construção naval, do açúcar, do leite e da manteiga. Disto há lá muito para exportar... Para o nosso país, as instâncias comunitárias apontam os caminhos da eucaliptização e do aproveitamento da mão-de-obra barata — lembrou.
Questões como a revisão constitucional e o acordo PS/PSD (que não serve a democracia e que merece hoje as críticas de dirigentes socialistas) e a arrogância e o nervosismo do Governo e do seu Primeiro-Ministro (caso da «mensagem» de Cavaco ao País contra as justas reivindicações dos agentes da PSP) foram comentadas por Álvaro Cunhal na parte final da intervenção de Vila Franca de Xira, lembrando a propósito do tom autoritário de Cavaco Silva na TV, que o povo português já perdeu há muito tempo o medo e que se houve luta e resistência nos tempos do Tarrafal e das cadeias da Pide, não é agora que um político de direita, em democracia, assusta quem está na luta por justos direitos.

Álvaro Cunhal sublinhou o trabalho empenhado dos três deputados do PCP em Estrasburgo, em defesa de Portugal e dos interesses nacionais, trabalho que tem de continuar na presente conjuntura e para o qual os comunistas e a CDU avançam propostas de acção válidas, afirmando-se presentemente como a força que está nas melhores condições para defender, nas instâncias da CEE, os legítimos interesses do nosso país e da nossa economia.

Confiança foi o «mote» final no improviso do dirigente comunista. Confiança cons truída com alegria, vivida pelos que têm perspectivas sólidas e justas numa luta e numa acção de envergadura. Confiança aliada à dedicação e à competência, associada à intervenção no quotidiano e à luta eleitoral, tanto para o PE em Junho como para as autar quias locais em Dezembro.

Encontro Nacional da Juventude CDU

As «miragens» da Europa prometida

Provavelmente acreditando numa miragem, os jovens aderem com alguma facilidade a esta questão da CEE. Na base disto está, no entanto, uma ideia interessante, progressista e positiva: superar o que está mal neste País, o que está mal na condição dos jovens portugueses. Esta uma afirmação de Barros Moura, candidato ao Parlamento Europeu pela CDU, num Encontro que no fim-de-semana passado teve lugar em Lisboa, sob o lema «A Juventude e a CEE», onde os jovens da CDU discutiram e aprovaram onze propostas concretas que a Coligação defenderá na sua candidatura para resolução dos problemas que a entrada em vigor do Mercado Único coloca aos jovens portugueses.

«Na CDU julgamos que não faz sentido descobrir malefícios onde eles não existem. Faz **todo** o sentido falar a verdade. Faz **todo** o sentido dizer que a Comunidade Económica Europeia, tal como funciona, tal como está constituída, tal como se perfilam as orientações do poder político no conjunto dos países da Comunidade, não resolve os problemas dos jovens».
A corroborar estas afirmações de Barros Moura parece estar a moção aprovada, intitulada «Votar Jovem, Pensar Futuro», cuja introdução começa por fazer um levantamento de algumas das dificulddes que os jovens portugueses têm hoje de defrontar, desde o trabalho precário, ao (não) acesso ao Ensino Superior, passando pela má Formação Profissional ou pela falta de informação sobre o impacto do Mercado Único.
«Em matéria de emprego apresentam-se os programas de ocupação temporária como solução para o emprego juvenil. O desemprego é uma realidade, o trabalho precário é uma "solução" para milhares de jovens».
«A educação conheceu durante o ano de 1989 um decréscimo no investimento, como se, no momento que vivemos, fosse compatível um desenvolvimento decisivo no sistema educativo com a redução dos gastos desse sistema».
«A taxa de entrada no ensino superior, que é em Portugal de onze por cento, é a mais baixa de todos os países da CEE. Esta tem sido a "modernidade" que nos têm dado!».
Afirmações proferidas neste Encontro Nacional por Jorge Zacarias, candidato da Juventude CDU, que na sua intervenção resumiu algumas das ideias da Coligação, a defender no Parlamento Europeu em matéria de Juventude:
«A exigência de uma formação profissional que prepare os jovens para o mundo do trabalho e para os problemas que vão certamente ser colocados a partir de 1992, tem de ser a linha de orientação política a seguir.»
«O desenvolvimento do sistema educativo, como forma de desenvolvimento nacional, tem de surgir a par de uma maior garantia de acesso ao ensino superior. O reconhecimento comunitário dos diplomas portugueses deverá significar o reconhecimento além fronteiras do sistema educativo, abrindo, ao mesmo tempo, outras possibilidades aos jovens portugueses, no quadro do Mercado Único».
Também a exigência de um tratamento preferencial dos problemas dos jovens dos países menos desenvolvidos e a defesa de uma política comunitária de Paz, Cooperação e defesa do meio ambiente, foram destacados por Jorge Zacarias que se referiu ainda aos escassos resultados práticos obtidos pelas verbas do Fundo Social Europeu devido à «distribuição de verbas sem critérios coerentes», abrindo «caminho para as fraudes» no valor de vários milhões de contos.

Uma política diferente para a juventude

Os onze pontos que, sob um «compromisso de honra» a Juventude CDU promete defender como política de Juventude «para enfrentar 1992», referem-se a questões como o emprego (defesa do emprego certo e seguro), educação (desenvolvimento do sistema de ensino com recurso a fundos da CEE), reconhecimento comunitário de diplomas concedidos pelo ensino português, adopção de um plano nacional de formação profissional, aproveitamento dos fundos estruturais de forma a proporcionar condições de formação e emprego para os jovens, informação série e útil sobre a forma de os jovens terem acesso aos fundos e programas comunitários, defesa do equilíbrio ecológico com aplicação e fiscalização da legislação comunitária e da Lei de Bases do Ambiente, fomento do intercâmbio juvenil entre os vários países da CEE, defesa de uma política de Paz e Cooperação entre a Europa e todos os povos do mundo e, por fim, defesa e desenvolvimento da cultura portuguesa num quadro de cooperação cultural com os outros países da Comunidade.
Onze pontos concretos de actuação no domínio da política da Juventude, no que a acção do Parlamento Europeu permite, numa proposta da CDU enquadrada num objectivo mais geral, referido na intervenção de Barros Moura: «a participação de Portugal na CEE deveria ser uma oportunidade de melhorar rapidamente as condições de vida e de trabalho no nosso país. Só assim ela corresponderia às expectativas que explicam as esperanças que muitos portugueses, jovens e não jovens, depositam na Comunidade Económica Europeia».
Referindo-se ao facto de o PCP ter sido contra a integração de Portugal na CEE, Barros Moura afirmou fazer sentido votar CDU para o Parlamento Europeu porque «faz sempre sentido participar, com base em mandatos recebidos por sufrágio universal em insituições onde a finalidade da intervenção é defender os interesses dos portugueses.»
O deputado no Parlamento Europeu acrescentou que a CDU pretende «afirmar um projecto próprio, para defender os interesses dos trabalhadores, dos jovens, da grande maioria do nosso povo que não é beneficiada com a ideia de uma «Europa dos grandes negócios» que actualmente domina ao nível das instâncias de direcção da Comunidade».
Alertando para o perigo de estas eleições «não serem levadas a sério» por não serem destinadas a formar governo, Barros Moura fez questão em lembrar que nenhum «partido terá possibilidades de eleger um deputado, se tiver menos de duzentos mil votos».
«Tal significa que alguns candidatos ditos "interessantes" não têm nenhuma possibilidade de serem eleitos.» Referindo-se a campanhas eleitorais personalizadas, como as do CDS, PPM ou PSR, que poderiam, «dado que algumas pessoas podem ser levadas a votar ludicamente», obter votações relativamente elevadas, Barros Moura afirmou que «todos esses votos serão votos perdidos, serão votos que eventualmente apenas servirão para a promoção pessoal desses candidatos.»

Parlamento Europeu

Coesão económica e social deve ser prioridade

– reafirma reunião de Lisboa do Grupo Comunista e Afins do PE

A coesão económica e social deve, no conjunto das orientações da Comunidade Económica Europeia, constituir a prioridade das prioridades, tendo em conta a implementação do Acto Único e a concretização do Mercado Interno até 1992 — esta uma ideia central reafirmada na reunião do Grupo Comunista e Afins do Parlamento Europeu, que teve lugar na passada semana em Lisboa.

Nesta que foi a primeira reunião no nosso país do quarto maior grupo do Parlamento Europeu, participaram representantes de todas as suas componentes nacionais.
Entre nós estiveram os deputados Giovanni Papapietro (Partido Comunista Italiano), René Piquet (Partido Comunista Francês), Gutierrez Diaz (Partido Comunista de Espanha), Vassilios Ephremidis (Partido Comunista da Grécia), Konstantinos Filinis (Nova Esquerda Helénica), John Iversen e Bosil Boderup (Partido Socialista Popular da Dinamarca), e ainda os secretário-geral e secretário-geral adjunto do Grupo, respectivamente Gérard Laprat (PCF) e Angelo Oliva (PCI). Presentes também nesta reunião os eurodeputados do PCP Joaquim Miranda, Barros Moura e Aboim Inglez, e numerosos convidados, entre eles Carlos Carvalhas, cabeça de lista da CDU às eleições de 18 de Junho, dirigentes das forças que integram a CDU — PCP, Verdes e ID — deputados na Assembleia da República, dirigentes sindicais, membros de Comissões de Trabalhadores, representantes de órgãos do Poder Local.

Das declarações aos actos

Na intervenção de abertura dos debates, o deputado do PCP, Jaquim Miranda, consideraria que, só por si, as desigualdades económicas e sociais que se verificam entre os países da CEE, e mesmo entre as regiões de cada um deles, a que se junta a perspectiva de criação do Mercado Interno até 1992, justificam a necessidade de ser dada prioridade à coesão económica e social, alicerçando-a em bases concretas, e abandonando as meras declarações de princípios.
Tal não tem sido o entendimento das forças dominantes na CEE, que têm sistematicamente dado prioridade à liberalização da circulação de capitais, bens e serviços; das cerca de três centenas de medidas concretas previstas no «Livro Branco sobre a realização do Mercado Interno», 40% já foram adoptadas, e outras estão a ser preparadas.
Na sua intervenção, aquele deputado do PCP salientou a falta de uma preparação das medidas de política social, sublinhando também a necessidade de que o Orçamento Comunitário seja dotado «dos meios suficientes e capazes de promover a aproximação das regiões e dos países mais atrasados, relativamente aos mais ricos», e a necessidade de concretização de uma política social de combate ao desemprego, orientada para a «igualização das condições de vida e de trabalho», e para a «resolução dos problemas ambientais».
Orientações que devem ter como base «um espírito de cooperação e solidariedade, uma efectiva igualdade de direitos e deveres, e o respeito pela identidade económica, social e cultural de cada um dos Estados membros».
Num quadro em que se sobressai a inexistência de medidas e meios para a concretização da coesão económica e social, os comunistas «consideram desacertada a prioridade concedida à efectivação apressada do Mercado Interno», a qual levará ao acentuar de assimetrias de desenvolvimento, e introduzirá novos problemas nos campos social e ambiental. Tal arrastaria alterações graves para Portugal, como sublinhou Joaquim Miranda, «a economia de menor desenvolvimento no contexto da CEE, e sem capacidade real de fazer face a uma concorrência aberta e em condições de igualdade até finais de 1992».

É necessária outra política

Estas dificuldades são ainda acrescidas da incapacidade do Governo do PSD, demonstrada quer no plano das instituições comunitárias, quer no plano interno, tratando as questões da integração como «coutada sua», não apoiando e mesmo dificultando a participação das forças económicas, sociais e culturais e as autarquias locais. Como afirmou aquele eurodeputado do PCP a apresentação do Plano de Desenvolvimento Regional foi uma clara demonstração da política governamental, que até agora «não dotou o País de um projecto de desenvolvimento que tenha em conta a integração, e que permita modernizar e enfrentar o mercado interno; que impede a criação das regiões administrativas», e que tem praticado uma errada aplicação das verbas comunitárias «subestimando» a importância que elas poderiam ter para o desenvolvimento do País.
A terminar a sua intervenção, Joaquim Miranda referir-se-ia ao papel importante do Grupo Comunista e Afins do PE, no que respeita às orientações da Comunidade. Um papel de crítica aos erros e omissões das políticas adoptadas, acompanhada de propostas e acções concretas visando garantir a coesão económica e social e assegurar que os países e regiões menos desenvolvidas não serão subalternizados.
No Parlamento Europeu os comunistas vão continuar a reclamar a criação de condições para o progresso social, para uma participação efectiva dos trabalhadores nas decisões; vão continuar a agir pelo reforço da intervenção dos mais diversos movimentos sociais, e por um verdadeiro diálogo entre as diferentes culturas.

Debate vivo

No tocante ao conjunto dos trabalhos, o Grupo Comunista e Afins do PE abordou a discussão da «Coesão Económica e Social» tendo como pano de fundo o Mercado Interno até 1992, nas suas três vertentes: económica, social e cultural.
Numa primeira parte do debate foi discutido o tema **Mercado interno e coesão**. A intervenção inicial foi feita pelo deputado francês René Piquet, tendo também tomado parte nos debates, entre outros, os deputados gregos Konstantinos Filinis e Vassilios Ephremidis, e o deputado dinamarquês John Iversen. Sobre esta temática intervieram ainda João Saraiva, presidente da Câmara Municipal de Mora e candidato da CDU ao PE, e Daniel Branco, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
Falando sobre **regiões em processo de desertificação**, João Saraiva abordou os problemas actualmente enfrentados pelo Alentejo, uma das zonas mais deprimidas do nosso país.
Regionalização e desenvolvimento foi tema para uma intervenção de Daniel Branco. O presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira acentuou que a regionalização defendida pelos comunistas «é a resposta mais globalmente adaptada às necessidades de concretização do desenvolvimento», uma perspectiva entendida pela generalidade dos Municípios portugueses, «que se têm manifestado de modo inequívoco pela imperiosidade da constituição das regiões administrativas».

Comunistas exigem *Livro Branco*

Na conferência de imprensa com que encerrou a reunião do Grupo Comunista e Afins do PE, o deputado do PCP Joaquim Miranda anunciou que os comunistas vão exigir a elaboração de um **Livro Branco sobre a realização da coesão económica e social**, à semelhança do que foi elaborado para as questões económicas levantadas pela realização do Mercado Interno até 1992.

Salientando que o desenvolvimento não se poderá fazer sem uma política social, que carece de definição e de meios para a sua concretização, o deputado do PCP no PE acrescentou que o Grupo tem «propostas concretas, quer ao nível da legislação, do orçamento, quer ao nível da participação dos trabalhadores na definição e execução dessa política».

Para a realização da «coesão», o deputado espanhol Gutierrez Diaz anunciou que o Grupo vai lutar pela elevação dos fundos estruturais, dos actuais 0,12% do PIB comunitário, para níveis situados entre 2 e 4 por cento do Produto Interno Bruto da CEE. Gutierrez Dias defendeu ainda a democratização da aplicação dos fundos, que pressupõe «uma intervenção efectiva do PE, e a regionalização, nos planos comunitário e nacional».

O deputado grego Vassilios Ephremidis destacou o fosso existente «entre a proclamação de medidas em matéria de coesão económica e social, e a sua aplicação prática». Considerou que «reina a confusão sobre 1992, não dispondo as populações e os trabalhadores de informação suficiente sobre o que os espera».

Giovanni Papapietro, deputado italiano, salientou a este respeito que o «Parlamento Europeu está muito à frente da Comissão e do Conselho» e observou que com a adesão da Grécia, da Espanha e Portugal, a coesão económica e social regrediu para os níveis de 1970.

O deputado francês René Piquet destacou o «papel decisivo» da luta dos trabalhadores para o reforço da coesão económica e social na CEE.

Por sua vez o deputado do PCP Barros Moura considerou que desta reunião sobressaem duas conclusões – «há falta de democracia na CEE, e é necessária uma alternativa à política neo-liberal dominante».

18 JUNHO
ELEIÇÕES PARA

***Abertura da reunião** vendo-se no uso da palavra (à direita) o deputado do PCP, Joaquim Miranda, acompanhado por René Piquet, deputado do PCF, e de Gérard Laprat (PCF), secretário-geral do Grupo Comunista e Afins do Parlamento Europeu*

Para o autarca comunista, não é estranho que este governo que aumenta os desequilíbrios e as desigualdades, tenha como orientação a total obstrução à regionalização e ao planeamento democrático.
«O que já surpreende, é que o Partido Socialista continue a colaborar com a direita no protelamento da regionalização do Continente, por via do acordo com o PSD para a revisão da Constituição».

Riscos e oportunidades

O mercado interno, como «projecto de liberalização económica, financeira e social, apresenta sérios riscos para os países e regiões atrasadas, e apresenta também oportunidades» que há que aproveitar, na opinião do deputado do PCP, Barros Moura, a quem coube intervir sobre o **Mercado interno e a solidariedade dos movimentos sociais.** Para Barros Moura, a «construção comunitária» cria possibilidades novas de intervenção para diferentes organizações sociais e económicas dos vários países, nomeadamente aquelas que correm o risco de ser prejudicadas, mas que são ao mesmo tempo as que «podem protagonizar uma alternativa à CEE actual.
Com destaque para o movimento sindical que, dividido no plano europeu, enfrenta um patronato unificado. A solidariedade, a acção convergente ou coordenada, visando o reforço da participação e influência das populações nas decisões e a democratização das instituições comunitárias, deve abranger as mais várias organizações e movimentos sociais, como «as cooperativas, as pequenas e médias empresas, os movimentos de consumidores, os movimentos de defesa do ambiente, as organizações profissionais, de juventude e de mulheres, os movimentos pacifistas, de deficientes, e noutro plano as autarquias locais, particularmente em regiões fronteiriças».
José Luís Judas e Rosa Maria Marques, da CGTP-IN abordaram o **Mercado interno, o movimento sindical e luta dos trabalhadores na CEE** e em Portugal, e aspectos decorrentes da aplicação das verbas provenientes do Fundo Social Europeu — FSE.
Alertando para os riscos da aplicação do Acto Único, já que a dinâmica monopolista da Comunidade é contrária às modificações sociais e económicas operadas em Portugal com a Revolução, José Luís Judas afirmou a convicção de que «os trabalhadores podem ter um papel decisivo na transformação da Europa», ao mesmo tempo que sublinhava a necessidade de uma política externa nacional e no plano da CEE ponha o acento na «coesão económica e social».
A actuação do Governo do PSD esteve mais uma vez em causa quando Rosa Maria Marques analisou a aplicação de verbas do FSE. Aquela sindicalista acusou o Governo de fugir às suas responsabilidades, não criando estruturas aptas à correcta utilização dos fundos, optando antes por esquemas de «ocupação», e não de real «formação profissional» virada para o emprego.

Coesão e quadro cultural

Por sua vez, os deputados Giovanni Papapietro e René Piquet, e José Barata Moura, professor catedrático de Filosofia da Universidade de Lisboa, analisaram o último tema em debate, o **Mercado interno e o diálogo de culturas.**
Giovanni Papapietro salientou a necessidade de regulamentação que faça frente a previsíveis situações como a concretização da «televisão sem fronteiras». Imprevisíveis são, em sua opinião, as modificações consequentes à formação do mercado interno, no plano cultural, e que se reflectirão na economia, no social e no direito.
Esta necessidade de «regulamentação» foi também sublinhada pelo deputado René Piquet, que acusou a Comissão das Comunidades de «encarar a cultura como encara, por exemplo, os bancos, e por isso quer a desregulamentação».
Continuando a referir-se à «televisão sem fronteiras», o deputado francês considerou de grande importância que o Parlamento Europeu reafirme na sua próxima sessão, como cotas mínimas para as televisões europeias, 60% de produção europeia.
A cultura assume-se como um factor indispensável, que não pode ser excluído nem marginalizado se se fala da Europa em termos de «coesão». Barata Moura abordou este tema, considerando que a coesão cultural passa por «uma efectiva socialização do acesso à criação e à fruição da cultura, pelo exercício diversificado de uma verdadeira democracia cultural», ponto de partida para o diálogo de culturas.

Parlamento Europeu

Encontro com as candidatas da CDU

Também no Parlamento Europeu as mulheres vão reafirmar os seus direitos

O Encontro com as candidatas da CDU, realizado em Setúbal no sábado passado, no Salão Nobre da Câmara Municipal, e que aí levou mais de uma centena de pessoas, na sua maioria mulheres, excedeu as expectativas do repórter, que assistiu já a muitas realizações de carácter político ali efectuadas, mas raramente com o empenho desta vez demonstrado, com o conhecimento profundo dos problemas então debatidos, com a simplicidade e o equilíbrio das exposições e do debate, com a vontade de adiantar propostas a concretizar, levando para fora do Encontro não apenas a crítica fundamentada aos aspectos negativos que a CEE traz para Portugal e concretamente para as mulheres portuguesas, mas sobretudo levando dali uma também fundamentada esperança. A de que, com a CDU no Parlamento Europeu, os direitos dos portugueses e particularmente os das mulheres portuguesas serão defendidos.

Não foi certamente por acaso que, a presidir aos trabalhos do Encontro de Setúbal, estiveram duas mulheres que o concelho bem conhece por de há muito se dedicarem empenhadamente à defesa dos interesses das populações. Da parte da manhã presidiu a camarada Regina Marques, psicóloga, vereadora da Câmara Municipal. De tarde, a camarada Odete Santos, advogada, deputada do PCP pelo distrito de Setúbal, à Assembleia da República e hoje candidata à Presidência da Câmara. Na mesa encontravam-se ainda as mulheres candidatas da CDU ao Parlamento Europeu: Maria Santos, dirigente do Partido «Os Verdes», Helena Bastos, membro do Comité Central do PCP e dirigente do MDM, Rosa Maria Marques, do Conselho Nacional da CGTP/IN, Manuela Cunha, de «Os Verdes», e Lúcia Lemos, advogada, independente, professora na Escola Secundária de Angra do Heroísmo.

Que traz a CEE

«O que traz o mercado único às mulheres portuguesas?» Sendo este um dos lemas do Encontro, natural seria que ali pudéssemos constatar um rol imenso de queixas. Dos malefícios da integração já feita e do que está para vir. No entanto não se ficaram pelas queixas as intervenções, por muito graves, sérias e reais que sejam. A preocupação de dar o quadro real dos riscos para Portugal da integração não se sobrepôs à ideia de que é possível dar-lhes resposta, de que tem sido possível trabalhar positivamente para defender os interesses portugueses no Parlamento Europeu através da representação comunista nomeadamente, e de que será possível continuar a lutar reforçando nestas eleições o número de deputados candidatos pela CDU.
Debruçando-se embora e naturalmente sobre a problemática feminina no contexto da integração, a abordagem das questões foi mais longe na apreciação da realidade social, económica, política e cultural que está em causa.
Maria Santos, deputada de «Os Verdes» e primeira mulher candidata nas listas da CDU para o Parlamento Europeu, chamou a atenção, na primeira intervenção do dia, para as discriminações que limitam actualmente a mulher portuguesa e que certamente irão acentuar-se com a entrada em vigor do Mercado Único, «sem que até ao presente se tenham avaliado minimamente as consequências que inevitavelmente a livre circulação de pessoas, mercadorias, capitais e serviços acarretará sobre as mulheres dos diferentes Estados membros.
Sublinhando que a vertente económica assume lugar privilegiado quando se fala de 1992, lembrou que, sendo actualmente de 17 milhões o número de desempregados na CEE — «o 13.º Estado membro», «necessariamente verão o seu número aumentado. E serão fundamentalmente as mulheres», acentuou «que exercem preferencialmente actividades atípicas e se inserem em categorias vulneráveis, que mais uma vez serão as primeiras a reforçar essas taxas». A deputada lembrou também que a intensificação da concorrência levará ao fecho de numerosas pequenas e médias empresas que, necessariamente, suprimirão mais postos de trabalho, em sectores tão significativos como a agricultura, que em Portugal concentra cerca de 49,5 por cento de mulheres».
O camarada Aboim Inglez, membro do CC do PCP e deputado do PE, trouxe ao debate a sua experiência de deputado comunista naquele parlamento. Depois de sublinhar a importância decisiva dos próximos anos, para a CEE e para a integração de Portugal, o deputado pôs a tónica na necessidade de uma política autenticamente nacional, «assente no pleno aproveitamento dos nossos recursos naturais e humanos, na reestruturação do aparelho produtivo, no desenvolvimento do ensino e do sistema científico e tecnológico português, no reforço do Sector Empresarial do Estado que possa fazer frente às transnacionais, na melhoria dos padrões de vida e de trabalho do nosso povo».
Esta perspectiva — a de aproveitar eventuais oportunidades surgidas com a integração a par com a luta em defesa dos interesses de Portugal face aos riscos da mesma integração e, por outro lado, a de propOr em Portugal uma política de desenvolvimento e de progresso contrariando a política de direita levada a cabo por sucessivos governos e muito particularmente pelo de Cavaco Silva — foi preocupação que atravessou a maioria das intervenções produzidas no Encontro. A par da que foi manifestada em relação às consequências da integração agravando as discriminações relativas às mulheres.
Ainda da parte da manhã, Teresa Sá e Melo, convidada, investigadora científica no Centro de Química e Física Molecular, afirmou que «o Mercado Único Europeu tenderá a agravar a discriminação já existente no Ensino Superior e Investigação Científica em Portugal relativamente às mulheres».

Miragem

Odete Santos, cabeça de lista da CDU à Câmara de Setúbal e deputada comunista na AR, apelidou de «miragem» a celebrada «coesão económica e social do Mercado Único», «se persistirem as difíceis condições em que vivem as mulheres portuguesas».
Odete Santos fala com conhecimento de causa. Conhece a legislação laboral, conhece os efeitos dela na realidade nacional. «Pode o Governo de Cavaco Silva falar na coesão económica e social do Mercado Único, quando faz aprovar um pacote laboral, que se é lesivo para os trabalhadores?», interrogou, dando depois significativos exemplos do que actualmente se passa:
«De Maio de 1987 a Maio de 1988, o peso das mulheres no total de desempregados aumentou de 56,6 para 60 por cento», afirmou. «No concelho de Setúbal, o número de pedidos de emprego de mulheres registados no Centro de Emprego, no primeiro trimestre de 1988 representa 66,5 por cento do total de pedidos. Comparativamente com o 4.º trimestre de 1985, o número de pedidos de emprego aumentou de 28,7 por cento».
Por seu lado, da parte da tarde, Rosa Maria Marques, candidata ao PE e membro do Conselho Nacional da CGTP/IN, abordaria ainda o tema, pela positiva: «A coesão económica e social», disse «tem que ser um objectivo das organizações sociais, do movimento sindical, dos movimentos de mulheres, dos cidadãos do nosso país e da Europa». A candidata, que forneceu ao Encontro abundantes números relativos ao emprego das mulheres no nosso país, a maioria situando-se em sectores de actividade que serão os mais atingidos com o Mercado Único, manifestou-se por «uma carta de direitos sociais mínimos que constitua uma linha de defesa dos direitos dos trabalhadores».

Um vasto debate

Durante toda a tarde, o debate prosseguiu sem interrupções.
Abordando uma vastidão de problemas que, certamente, irão ser aprofundados não apenas com vista às eleições para o PE. As questões debatidas não podem caber no espartilho de uma acção de propaganda por mais ampla que seja. Por outro lado, como Maria Alda Nogueira afirmou, quase no final, estes temas não devem ficar confinados a reuniões como estas, mas devem ser criadas mais oportunidades de dar a palavra às mulheres. Não só para a discussão de problemas que a elas especificamente dizem respeito, mas sobre aqueles que a todos respeitam.
Ana Serrano, mandatária da lista CDU para o PE falou sinteticamente da adopção de uma política de «acções positivas», com vista à eliminação das desigualdades.
Maria do Carmo Pombinho leu no Encontro uma comunicação de Ana Vale sobre as directivas comunitárias em matéria de igualdade, em matéria de tratamento entre homens e mulheres no trabalho.
Manuela Cunha, de «Os Verdes», falou do consumismo e do papel desempenhado no consumo pela mulher.
Lurdes Hespanhol, deputada do PCP na AR, centrou a sua intervenção sobre alguns aspectos pouco esclarecidos da integração europeia, nomeadamente a questão dos fundos colocados à disposição dos países membros — quais, quanto, como o acesso a eles.
Fátima Garcia abordou o tema do «assédio sexual nos locais de trabalho», tema que desenvolve, aliás, na página 3 do Em Foco, neste número.
Teresa Rosa, do Sindicato dos Bancários, falou de alguns aspectos relacionados com os trabalhadores bancários e da mulher bancária em particular.
Helena Neves, jornalista e membro do CC do PCP, voltou ao tema do consumismo, chamando a atenção para o uso duplo que é feito da mulher neste campo — o uso publicitário e o uso como consumidora do «sonho europeu», «mais ilusório que a Grande Ilusão». Intervieram ainda Helena Vinagre, sobre a luta pela Paz, Anita Vilar, que contrapôs o panorama da Saúde em Portugal ao que se vive na CEE e, por fim, antes de encerrarem os trabalhos, Regina Marques interveio sobre as questões do Desenvolvimento, ligando-as à luta pela eliminação das desigualdades entre o homem e a mulher.
A encerrar, falou a camarada Helena Bastos, do CC do PCP.

18 JUNHO

Elas disseram...

Maria Santos — A própria Comissão dos Direitos da Mulher do Parlamento Europeu considerou, num dos seus documentos, que «a livre circulação de pessoas, mercadorias, capitais e serviços, acarretará inevitavelmente mutações sociais que não terão os mesmos efeitos sobre as mulheres e os homens e que exigem, portanto, uma abordagem diferenciada.

Odete Santos — Em hora de decisões é necessário que as mulheres portuguesas tomem consciência de que o seu espaço de luta se alarga. Elas, a quem Abril deu o gesto e a palavra vão reconhecer-se com o aprofundar do debate, naqueles candidatos, homens e mulheres, que têm levado ao Parlamento Europeu as razões da sua luta. Elas, que em Abril encheram as ruas de cravos, têm a seu lado os candidatos da CDU.

Rosa Maria Marques É urgente pensar e planificar o ensino e a formação profissional, assegurando a democratização no seu acesso, a descentralização a todas as regiões, particularmente às menos desenvolvidas ou economicamente deprimidas, planificando os seus objectivos regionais e sectoriais.

Contra a desregulamentação apoiamos uma carta de direitos sociais mínimos que constitua uma linha de defesa dos direitos dos trabalhadores.

Ana Serrano — A igualdade entre homens e mulheres é um princípio básico do nosso sistema legislativo.
(...)
Mas como está à vista, a situação legal não corresponde ainda à situação real.
A eliminação das desigualdades no emprego, a efectiva igualdade de oportunidades impõe-se. Com as acções positivas visa-se completar a legislação sobre igualdade de tratamento; nelas se englobam todas as medidas que podem contribuir para eliminar as desigualdades de facto.

Manuela Cunha — A descaracterização cultural, através da imposição de um padrão de consumo uniformizado e massificador, é um dos aspectos da sociedade consumista para a qual nos empurram. O meio-ambiente é uma das grandes vítimas da sociedade consumista, pois ela implica grandes gastos energéticos, delapidação de recursos naturais.

Lurdes Hespanhol — Há 13 367 desempregados na agricultura e destes, 80 por cento são mulheres, o que representa 10 700 operárias agrícolas no desemprego; onde a discriminação do direito ao trabalho pelas mulheres, que havia terminado com o 25 de Abril, voltou! Hoje, a mulher trabalhadora agrícola do Alentejo, vê-se novamente votada a ficar em casa à espera da jorna do seu homem para dar de comer e de vestir aos filhos. É um facto que, hoje, graças ao poder local democrático, já não faz esta espera à luz do candeeiro a petróleo e na casa escura e sem condições de habitabilidade. Por isso, é mais dura a sensação frustrante vivida de braços caídos e vontade de trabalhar, mas com o sacho abandonado no quintal e a roupa do trabalho a apodrecer no canto da mala.

Helena Neves — Nós esquerda é que somos verdadeiramente pelo consumo. Enganam-se os que nos vêem como ascetas, profetas do sacrifício, e nos colam o rótulo de uma filosofia miserabilista. Somos pelo consumo não apenas no que satisfaz as necessidades imediatas mas pelo que satisfaz o apelo de natureza humana como algo cultural, o apelo a tudo o que é belo, supérfluo, lúdico e fonte de prazer. A diferença enorme é que queremos este consumo não como privilégio de uma classe mas como uma vivência generalizada.

Regina Marques — Nós defendemos: desenvolver o País é lutar pela igualdade homem/mulher, pela eliminação da desigualdade; desenvolver o País é gerar condições para que a mulher possa enfrentar melhor o Mercado Único (...). As associações de mulheres devem ter direito a ser ouvidas nas temáticas com incidência nos seus direitos, a dar parecer sobre projectos de desenvolvimento.

Helena Bastos — Na CDU dizemos o que fazemos e fazemos o que dizemos. Na CDU encontramos o projecto de defesa e consolidação do regime democrático, da independência nacional, da paz, da cooperação e da solidariedade internacional, visando a melhoria das nossas condições de vida material e cultural, a salvaguarda dos interesses nacionais.
Na CDU recusamos os modelos de crescimento que excluem milhares e milhares de cidadãos de um nível de vida digno. (...)
Na CDU damos garantias de continuar a lutar pela defesa dos direitos das mulheres.

Parlamento Europeu

A hora da unidade

Comunistas de Portugal e Espanha debatem desenvolvimento do Alentejo, Andaluzia e Estremadura

18 JUNHO
ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

De portugueses e espanhóis já quase tudo se disse. De rivalidades antigas a ódios figadais, com raízes nas Descobertas ou no reinado dos Filipes, nas histórias mal contadas da História feita à medida de sabores vários, passando pelo contrabando e rivalidades mais recentes, não faltou quase nada ao relacionamento de dois povos a quem coube em sorte partilhar um espaço.
De Portugal se diz (ainda) em Espanha ter a mania de que só o produto português é bom.
De Espanha se diz (ainda) em Portugal que dali não vêm nem bons ventos nem bons casamentos.
Contradições de quem passa a vida a merquejar com os vizinhos e a formar família sem fronteiras.
Só que provavelmente nada disto sucede por acaso.
Só que, dum lado e do outro da fronteira, os que na hora da verdade sempre se entenderam contra a vontade dos povos, fizeram do ancestral cultivo das desavenças uma forma expedita de evitar o mais receado dos perigos — a unidade dos povos, a unidade dos trabalhadores, a unidade das forças progressistas.
Às vezes resulta. Mas mais cedo ou mais tarde a marosca acaba por ser descoberta, que a consciência dos trabalhadores, da classe operária, dos democratas ganha com a experiência das lutas contra o inimigo, afinal, comum.
É chegada então a hora da unidade.
Sexta-feira e sábado passados um passo importante foi dado nesse sentido. Em Badajoz e Elvas, por iniciativa da Direcção da Organização Regional do PCP, do Partido Comunista da Andaluzia e do Partido Comunista da Estremadura, realizou-se um encontro cujo tema foi o Desenvolvimento das Regiões Fronteiriças, no âmbito da integração de Portugal e Espanha nas comunidades europeias.

Em vésperas das eleições para o Parlamento Europeu (a 15 de Junho em Espanha e a 18 em Portugal) e em pleno processo de concretização do Mercado Único de 1993, de um lado e do outro da fronteira o que não faltam são problemas.

Os comunistas portugueses e espanhóis, com outras forças democráticas que com eles integram a CDU e a Esquerda Unida (IU), tomaram a iniciativa de se sentarem à mesma mesa para debater problemas que afectam a região fronteiriça que partilham e procurar soluções comuns para benefício dos dois povos.

Em boa verdade há que dizer que o mais fácil de encontrar foi o consenso. Os problemas, esses, é que são mais difíceis de resolver, não por falta de soluções mas pela ausência de vontade política dos Governos dos dois países.

Carlos Carvalhas e Fernando Perez Rojo, cabeças de lista da CDU e da IU para o Parlamento Europeu, respectivamente, deixaram logo claro a sintonia de pontos de vista sobre a problemática em análise na conferência de imprensa realizada em Badajoz para dar a conhecer os objectivos da iniciativa: a firme disposição de conjugar esforços nas instâncias comunitárias na concretização da coesão económica e social, lutar por uma Europa de paz e cooperação, contribuir para a solução dos problemas comuns no interesse dos respectivos povos, em particular no âmbito regional.

Durante os dois dias, num hotel de Badajoz primeiro e na Biblioteca Municipal de Elvas, depois, cerca de uma centena de portugueses e espanhóis do Alentejo, Andaluzia e Estremadura discutiram a situação das suas regiões.

Como afirmou na sua intervenção o deputado do PCP, Lino de Carvalho, as três regiões apresentam, no plano da agricultura, **uma história e indicadores bastante próximos, quando considerados nas posições relativas que ocupam dentro de cada país: elevada superfície média das explorações agrícolas e elevada concentração fundiária; baixo número de activos por 100 hectares de superfície agrícola útil, elevada percentagem de assalariados agrícolas no total da população activa agrícola; uma estrutura de utilização da superfície agrícola útil idêntica, centrada nos cereais, nas pastagens e culturas forrageiras e nos pousios; fracos consumos intermédios; baixa produtividade da terra, tudo isto sem excluir, entretanto, que a agricultura portuguesa, e a do Alentejo em particular, apresenta níveis de desenvolvimento e de competitividade francamente mais débeis que a agricultura espanhola.**

Entretanto, as três regiões apresentam problemas idênticos de **desertificação**, de **desemprego**, de **dependência económica** e de **escasso desenvolvimento industrial**, o que as coloca, no contexto europeu, entre as mais atrasadas de toda a comunidade.

Não se trata de uma fatalidade. Tal como em relação ao Alentejo, onde no período de desenvolvimento da Reforma Agrária demonstrou as capacidades e potencialidades de desenvolvimento, também na Andaluzia e Estremadura existem possibilidades de desenvolvimento regional, tantomais viáveis quanto maior for a vontade de encarar soluções a nível regional e transfronteiriço. As fronteiras são artificiais, não naturais. Dos dois lados da fronteira, com um aproveitamento dos fundos estruturais da comunidade e em cooperação, é possível encarar o futuro com optimismo.

Uma cooperação que deveria passar também, como foi defendido por Juan Robles Ramallo, secretário político do PCE de Olivença, pela **reconstrução e abertura da Ponte Ayuda que liga aquela localidade a Elvas e pode vir a ser um traço de união entre os dois povos para além de factor de desenvolvimento do comércio, turismo, indústria hoteleira e serviços e alternativa à fronteira de Cala**. Na ocasião, o camarada espanhol defendeu a aprendizagem do Castelhano e do Português como segundas línguas, o que contribuiria para a aproximação cultural dos dois povos.

As críticas aos Planos do Desenvolvimento Regional foram comuns, de parte a parte, já que tanto o Governo português como o espanhol ignoraram a vontade das autarquias, populações e forças regionais, optando por um conceito de «desenvolvimento» que, a ser concretizado, transformaria as três regiões, como disse um camarada espanhol, num **deserto atravessado por boas estradas**.

A multiplicidade das intervenções ficaria traduzida, no final, numa Declaração conjunta que referimos em separado e constitui um instrumento de trabalho futuro a desenvolver a nível das três regiões.

Como afirmaram Francisco Callero, do PCE, e Carlos Carvalhas, do PCP, na sessão de encerramento, as propostas contidas na Declaração constituem **um compromisso formal dos comunistas dos dois países perante o eleitorado respectivo, e a vontade de levar ao Parlamento Europeu os interesses nacionais, a defesa da democracia, da soberania nacional, de contrapor à internacionalização da economia capitalista uma Europa dos povos, da justiça social, da paz e do progresso.**

***Carlos Carvalhas**, candidato da CDU e **Fernando Perez Rojo**, da Esquerda Unida, na conferência de imprensa em Badajoz para divulgar os objectivos do encontro sobre Desenvolvimento das Regiões Fronteiriças*

A Carta Comunitária da Regionalização

A **Carta Comunitária da Regionalização** é um documento de que pouco se tem falado, a nível oficial, em Portugal. As razões de tal silêncio não são difíceis de encontrar, principalmente se se tiver presente o estipulado nos capítulos V e VI da referida **Carta**, de que resumidamente damos conta em seguida.

O capítulo V é dedicado ao tema **Cooperação Transfronteiriça inter-regional** e começa por afirmar:

— Os Estados membros da Comunidade Europeia e as suas Regiões promoverão a cooperação transfronteiriça a todos os níveis, sobretudo à escala inter-regional, dentro do espírito das directrizes das instituições comunitárias.

— Esta cooperação reflectir-se-á especialmente na coordenação dos Programas de Desenvolvimento Regional e dos programas de acção das regiões limítrofes, assim como no estabelecimento em comum de programas transfronteiriços para as zonas mais próximas das fronteiras. No estudo, programação e financiamento destas acções os Estados e as Regiões levarão a cabo uma utilização intensiva das possibilidades oferecidas pelos fundos estruturais comunitários.

E a concluir o capítulo, afirma-se:

— As regiões promoverão a constituição de associações de cooperação entre regiões fronteiriças ou com interesses e problemas comuns, como meio de institucionalizar mecanismos permanentes de informação, planificação e acção conjuntos.

O capítulo VI da **Carta** refere-se, por seu turno, à **Participação das Regiões nas Decisões dos Estados e da Comunidade Europeia**, consagrando designadamente que:

— As regiões têm o direito de participar adequadamente no cumprimento das tarefas do Estado, especialmente aquelas que se desenvolverem dentro do seu território.

E mais adiante:

— Esta intervenção deve assentar no princípio de um regionalismo cooperativo baseado na coordenação horizontal que substitua as tradicionais fórmulas verticais dos Estados centralizadores.

Entre outros aspectos, é ainda referido que «**Os Estados deverão respeitar as opiniões expressas pelas regiões** (...) **nas suas negociações nas instâncias comunitárias**», sendo reconhecido às Regiões o direito de «**participarem activamente nos organismos consultivos ou de qualquer outra natureza que as instâncias comunitárias criem com esta finalidade específica**».

Como se vê — e ao contrário do que tem sido afirmado pelo executivo — a criação das Regiões Administrativas em Portugal, inscritas na Constituição há mais de uma década, não implica uma redução de poderes do poder local a nível comunitário, antes o reforça, lhe dá mais autonomia e capacidade de decisão. O que obviamente não agrada ao Governo português interessado, também neste domínio, em manter a faca e o queijo na mão.

Declaração conjunta

Um programa de trabalho

No final dos trabalhos do encontro sobre o Desenvolvimento das Zonas Fronteiriças do Alentejo, Estremadura e Andaluzia foi aprovada uma Declaração conjunta que consubstancia no essencial a análise que foi feita da situação e as propostas dos comunistas portugueses e espanhóis para a resolução dos problemas comuns que os afectam.
No referido documento reconhece-se que, apesar de enfoques diferenciados do problema, a integração de Portugal e Espanha na CEE constitui uma nova realidade que é preciso ter em conta na acção e na luta pelo progresso, pelo bem-estar, pela democracia e pelo socialismo.
Uma luta que passa pela necessidade de aprofundar a cooperação e a acção do movimento operário, do movimento sindical, dos partidos comunistas e de outras forças democráticas dos países da CEE.
O encontro, como foi unanimemente reconhecido, constituiu um passo importante nesse sentido.

Assim, e uma vez assinalada a identidade de problemas que afectam as três regiões em causa — desertificação, desemprego, dependência económica, escasso desenvolvimento industrial, um sector de serviços muito atrasado relativamente ao contexto europeu —, comunistas portugueses e espanhóis não tiveram dificuldade em chegar a acordo no respeitante às medidas a desenvolver para lhes fazer face.
Neste contexto, foi feita uma série de propostas, em que avulta a de concretização de uma política de coesão económica e social orientada para o esbatimento das desigualdades económicas e sociais e para a criação de emprego, bem como a aplicação prioritária nas regiões fronteiriças de menor desenvolvimento, dos 15 por cento do FEDER e uma reforma da política agrícola comum (PAC) que tenha em conta a especificidade das agriculturas dos dois países e das regiões do Alentejo, Andaluzia e Estremadura.
Por outro lado, o encontro considerou necessário que a PAC preveja medidas de estímulo ao processo de reestruturação fundiária e de Reforma Agrária nas regiões de grande propriedade dos países da Europa Comunitária e o apoio a formas cooperativas e associativas dos pequenos e médios agricultores e trabalhadores agrícolas, de aproveitamento da terra, com o correspondente peso na política de estruturas da CEE e os respectivos financiamentos.
Os participantes propuseram também que não seja aceite a aplicação da política de congelamento da produção e de abandono das terras que a reforma da PAC prevê e que é incompatível com o necessário processo de reorganização fundiária, de defesa do emprego e das condições de vida, de aumento da produção e melhoria da produtividade.

O encontro considerou ainda inaceitável que as agriculturas dos dois países e os recursos dos trabalhadores e agricultores sejam penalizados por um sistema de co-financiamentos que prejudica aqueles que não contribuem para a formação de excedentes e favorece as economias agrícolas mais fortes, reclamando por outro lado apoios à definição de uma política de ordenamento agro-florestal, à investigação, ao investimento e à implementação de unidades industriais de transformação das produções agrícolas e florestais com tecnologias próprias.
Na Declaração final reivindica-se uma série de medidas que visam o desenvolvimento transfronteiriço, que vão desde a apresentação de uma candidatura conjunta ao financiamento de um estudo global sobre a região, passando pela articulação entre as vias de comunicação; o aproveitamento do rio Guadiana com a construção da barragem de fins múltiplos do Alqueva e a concretização do Plano de Rega do Alentejo; a luta contra a contaminação radioactiva e pelo desmantelamento da central nuclear de Valcaballeros; o relançamento da zona mineira de Huelva; a potencialização da zona mineira de Aljustrel e Neves Corvo com a instalação na região da Metalurgia do Estanho e do Cobre; a instalação do Porto Comercial de Sines com os adequados acessos; o desenvolvimento do povoamento florestal com base em espécies autóctones não degradadoras dos ecossistemas; a defesa do porco ibérico; uma gestão equilibrada dos recursos naturais das três regiões, designadamente dos recursos hídricos, ambientais e do património cultural; o desenvolvimento das relações bilaterais ao nível das entidades regionais e locais.

O voto

Fortes representações da CDU (Coligação Democrática Unitária) e da IU (Esquerda Unida) no Parlamento Europeu são importantes factores para a defesa dos respectivos interesses nacionais de Portugal e Espanha.

Conscientes de que **os deputados eleitos nas listas da CDU e da IU serão, no Parlamento Europeu, uma voz firme e esclarecida em defesa dos interesses dos respectivos povos**, os participantes no encontro sobre o «Desenvolvimento das Zonas Fronteiriças» decidiram apelar **aos povos do Alentejo, Estremadura e Andaluzia para que, com o seu voto na CDU e na IU, dêem força a uma política de aprofundamento dos respectivos processos democráticos, de progresso, justiça social, solidariedade, liberdade e paz nos respectivos países, na CEE e em toda a Europa.**

***Em Badajoz e Elvas**, comunistas espanhóis e portugueses discutiram os problemas do Alentejo, Andaluzia e Estremadura e propuseram um programa de acção comum para o desenvolvimento regional*

Preocupações comuns dos dois lados da fronteira

• *Excertos de intervenções*

(...) No quadro da integração e com uma política nacional de progresso, o Alentejo tem recursos, potencialidades, forças, capazes de provocar o seu desenvolvimento.

A prová-lo está que o Alentejo tem evoluído e apresentado indicadores positivos e superiores à média nacional, quando e nas áreas onde têm sido implementadas políticas democráticas que suscitem amplas bases sociais de apoio.

A agricultura alentejana viveu uma fase de espectacular progresso entre 1975 e 1977, com a Reforma Agrária. (...) Os salários aumentaram, os trabalhadores passaram a ter direito a férias pagas, a vida nos campos melhorou, a produção e produtividade cresceram.

Tal processo foi travado e asfixiado a partir sobretudo de 1977 pelas políticas do PS e do PSD ou pelos dois partidos coligados.

(...) O problema é pois um problema fundamentalmente político, cuja solução passa pelo diálogo e convergência das forças democráticas e das entidades e organizações dispostas a corporizar uma política democrática alternativa à política neoliberal do PSD. (...)

(António Murteira, membro da DORA e do CC do PCP e candidato da CDU ao PE)

(...) Os comunistas consideram que a presidência espanhola da Comunidade se está a saldar por um completo fracasso para as massas populares e para as regiões menos desfavorecidas, uma vez que não se desenvolveu de forma positiva a Carta Social Europeia e a Política Agrícola Comum. Os governos de Espanha e Portugal também não estão a favorecer a participação na elaboração dos Programas de Desenvolvimento Regional.

Assim, denunciamos o processo de elaboração e o conteúdo dos Programas de Desenvolvimento Regional (PDR) apresentados na CEE pelos nossos governos em 31 de Março, uma vez que estão orientados para a satisfação das necessidades dos grandes centros económicos da Europa e não têm em conta as características das nossas respectivas regiões. (...)

(Documento conjunto apresentado em Badajoz em conferência de imprensa)

(...) Todas as grandes empresas fazem planificação actualmente. Os capitalistas renegam a economia planificada, mas fazem-no porque têm a sua planificação e não querem que os outros a façam, não vão ser impedidos de levar por diante os seus planos.

Para nós, a Planificação Democrática da economia é a alternativa a ficarmos com as mãos nos bolsos enquanto outros planificam a forma de nos explorarem. E no caso concreto que nos ocupa, onde o que se pretende é desencadear um processo de desenvolvimento, é imprescindível planificar. Por isso falamos do Plano como concretização máxima dessa força local e regional que se pretende aglutinar. (...)

(Inocencio Fernandez, PC da Andaluzia)

(...) Em resumo, no âmbito das actividades económicas dos concelhos e tendendo a uma direcção convergente de objectivos e a uma mobilização da capacidade de iniciativa existente, a nossa intervenção desenvolve-se sobretudo a dois níveis: o da acção directa, que inclui o planeamento, a regulamentação, a utilização de meios próprios com vista à criação da base material de apoio ao desenvolvimento e a constituição de aparelhos técnicos capazes de apoiar e esclarecer os agentes; o da acção indirecta, nomeadamente com interlocutor entre o nível central e o nível local quer no sentido ascendente, predominantemente reivindicativo, quer no descendente, privilegiando a informação e dinamizando o aparecimento de novas e racionais actividades económicas. (...)

(João Saraiva, presidente da CM Mora e candidato da CDU ao PE)

(...) Pensamos que esta é talvez a parcela do território europeu onde melhor se justificaria uma importante aplicação dos Fundos Estruturais, por forma a impedir que a dinâmica gerada com o Mercado Único transforme a região num árido deserto atravessado por boas estradas.

Neste sentido, os Fundos Estruturais deverão contribuir para uma melhor integração da região nos espaços nacionais respectivos, para aproveitar as potencialidades da sua posição de *interface* entre os dois países e para promover o seu desenvolvimento endógeno apoiado nos importantes recursos disponíveis e subaproveitados. (...)

(Bruno Soares, eng.º civil, e Carlos Corveio, economista)

(...) É urgente que se ponha em marcha uma estrutura regional de coordenação das regiões da Estremadura e do Alentejo. O PCE, no âmbito da IU, lutará para a concretização destes objectivos denunciando a passividade do PSOE que como forma hegemónica os deveria realizar.

É necessário encarar os referidos Programas Transfronteiriços com base na convicção do necessário desenvolvimento das autarquias atrasadas que se negam a desempenhar um papel subsidiário na Europa Comunitária.

(Manolo Cañada, PCE)

Protesto

Os representantes dos Partidos Comunistas Português, da Andaluzia e da Estremadura reunidos em Elvas no passado sábado aprovaram uma moção de protesto contra a ausência dos principais órgãos de comunicação social portugueses, estatizados, no encontro sobre Desenvolvimento das Regiões Fronteiriças.

Uma vez mais a RDP, a RTP e restantes órgãos de comunicação primaram pela ausência, numa clara discriminação das iniciativas promovidas pelos comunistas, mesmo quando se revestem do maior interesse nacional. Esta atitude contrastou profundamente com a da imprensa espanhola, que acorreu em força à conferência de imprensa realizada em Badajoz, na sexta-feira, para apresentação dos objectivos da iniciativa.

Cooperação

Para levar a cabo tão diversificadas e importantes medidas torna-se necessário, antes do mais, o estreitamento das relações entre as organizações e entidades do Alentejo, Andaluzia e Estremadura.
O reconhecimento deste facto levou os participantes no encontro de Badajoz e Elvas a defender uma maior acção conjunta das respectivas organizações partidárias, bem como um aprofundamento das relações entre sindicalistas das respectivas regiões, entre os eleitos locais e as autarquias, o aprofundamento das relações na área do associativismo agrícola e das reformas agrárias.
Considerou-se ser também de apoiar as relações entre as respectivas Universidades e fomentar o diálogo entre todas as forças democráticas, entidades e organizações interessadas no desenvolvimento económico, social e cultural do Alentejo, Andaluzia e Estremadura, na convicção de que tal diálogo poderá conduzir a acordos de interajuda e cooperação para o desenvolvimento.
Os participantes no encontro decidiram ainda encarregar as respectivas organizações da divulgação das conclusões dos trabalhos, designadamente junto dos órgãos de soberania de Portugal e Espanha e no Parlamento Europeu.
Conclusões que reiteram, naturalmente, a importância da iniciativa e expressamente afirmam a vontade de lhe dar continuidade, aprofundando o estudo dos problemas que afectam as respectivas regiões e procurando alternativas comuns para os mesmos.

18 JUNHO
ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

Parlamento Europeu

Carta Social Europeia

Belos princípios sem tradução prática

A luta pelo pleno emprego e contra a precarização do emprego deveria ser um dos objectivos primeiros da Comunidade, se se quisesse de facto dar concretização prática à dimensão social do desenvolvimento.

A afirmação foi feita pelo camarada Carlos Carvalhas na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (CE) ao intervir no debate sobre a «Carta Social Europeia» realizada a semana passada em Estrasburgo.

Intervindo na qualidade de presidente do Grupo Parlamentar Comunista no CE, Carlos Carvalhas lembrou que «apesar da Carta Social Europeia e de alguns belos princípios, apesar do crescimento económico, a realidade social do conjunto dos países pertencentes ao Conselho da Europa está longe de ser um mar de rosas».

A demonstrar essa realidade está o «elevado desemprego, o forte aumento do trabalho precário e a extensão das manchas de pobreza (45 milhões só na CEE)», que não deixam margem para duvidar como se está longe de concretizar as belas declarações de princípio.

Como fez notar o cabeça de lista da CDU às eleições de 18 de Junho para o Parlamento Europeu, «com a realização do mercado único de 1993 os princípios da dimensão social e da coesão económica adquirem na CEE uma nova e mais importante relevância», pois são conhecidos os perigos e as consequências das políticas neo-liberais, em particular no respeitante ao agravamento das desigualdades e na limitação das liberdades e dos direitos dos trabalhadores.

A Carta Social Europeia do Conselho da Europa — sublinhou Carlos Carvalhas — **está longe de ser uma magna carta social.** E citou a título de exemplo o reconhecimento do «lock-out», que no entender dos comunistas é uma concessão à pressão das transnacionais e um elemento de retrocesso no quadro dos direitos sociais avançados.

Para Carlos Carvalhas, a política social de justiça, de igualdade e de progresso tem sido e continua a ser marginalizada e subalternizada no quadro das preocpações e aplicação práticas da Comunidade Europeia. **Não é aceitável,** disse, **um mercado que reduza ou esmague as conquistas sociais — os direitos dos trabalhadores, a intervenção sindical — como meio de promover a mais fácil movimentação e circulação do capital e o maior lucro das empresas.**

Rejeitamos um crescimento económico assente no desemprego, na precarização do emprego e na redução das protecções sociais.

Na sua intervenção, o presidente do Grupo Comunista defendeu a «cooperação e acção coincidente ou unitária das diversas organizações europeias dos trabalhadores na luta pelo progresso social e por uma acção sindical que desenvolva a solidariedade entre os trabalhadores, independentemente dos seus vínculos contratuais, contrariando o individualismo e o atonismo na colectividade do trabalho» considerando tratar-se de uma exigência face à internacionalização crescente da vida económica, social, cultural e política.

Sublinhando que os comunistas recusam as teorias que fundamentam a competitividade na diminuição dos salários reais, na diminuição do peso dos rendimentos dos trabalhadores na repartição do Rendimento Nacional e na eliminação de outras garantias colectivas, Carlos Carvalhas afirmou a disposição do Grupo em «insistir numa postura de activa solidariedade entre os que nos países da Comunidade Europeia querem erradicar o desemprego, o trabalho precário, as desigualdades perante o ensino, a cultura, a fruição dos tempos livres, a habitação, a saúde e o acesso à justiça.

A terminar Carlos Carvalhas não deixou de lembrar que **a Constituição da República Portuguesa é ainda hoje, no que respeita aos direitos sociais muito mais avançada e moderna do que a Carta Social Europeia.**

É urgente mudar política florestal

A aptidão florestal de boa parte do território português desperta a apetência e desencadeia fortes e crescentes pressões de interesses numa Europa (sem contar com Portugal e Espanha) que no final deste século precisará de importar mais de 100 milhões de metros cúbicos de material lenhoso – concluiu o encontro sobre Política Florestal e o Eucalipto realizado no passado domingo em Abrantes pela Comissão Distrital de Santarém da CDU.

Na iniciativa participaram Maria Santos, dirigente do partido «Os Verdes» e candidata ao Parlamento Europeu, António Murteira, do CC do PCP, Rogério de Brito, candidato da CDU ao PE, e Raimundo Cabral, da Comissão Política do PCP.

O debate, muito participado, contribuiu para alertar a opinião pública de que «corremos o risco de ver a nossa floresta e a nossa economia agro-florestal serem devoradas pelos interesses estratégico-económicos da Europa desenvolvida», pois a política florestal que vem sendo desenvolvida é contrária aos interesses nacionais.

Como foi afirmado, «a política florestal em curso conduz à concentração nas mãos das empresas de celulose, por via da compra e do arrendamento a longo prazo, de enormes extensões de solo e, consequentemente, de um imenso pontencial de recursos florestais, possibilitando-lhes um forte domínio sobre a produção nacional e a sua orientação estratégico-económica».

No encontro foi recordado que entre 1978 e 1985 o pinhal diminuiu 41 mil hectares e o montado se reduziu em mais de 50 mil hectares, enquanto em contrapartida o eucaliptal aumentou cerca de 200 mil hectares. Ou seja, está a ganhar terreno a floresta «pobre» quase exclusivamente orientada para a produção de pasta de papel, que no imediato proporciona elevados rendimentos.

Mas, alertaram os participantes, são «perspectivas atraentes no curto prazo que podem conduzir rapidamente ao colapso do próprio sistema, esgotando recursos e deixando a desertificação humana em vastas áreas do País».

Por isso os intervenientes no encontro concluíram que **é imperioso e urgente inverter a política florestal,** criando e aplicando meios e recursos de apoio técnico e financeiro que incentivem e fomentem a floresta de uso múltiplo, criando alternativas para o eucalipto e assegurando o necessário rendimento, sobretudo aos proprietários agrícolas e produtores florestais.

• Projecto de desenvolvimento deve ter em conta a integração

É necessário «um alargado consenso nacional sobre uma estratégia de desenvolvimento do País que tenha em conta a integração na CEE e a proximidade de 1992» — afirmou o deputado do PCP no Parlamento Europeu, e candidato da CDU nas eleições de 18 de Junho, Barros Moura. Intervindo num colóquio realizado na escola secundária de António Nobre, no Porto, aquele deputado responsabilizou o Governo do PSD por partidarizar e submeter aos interesses de clientelas as relações com a CEE, e o PS por «subordinar à lógica europeísta a necessária estratégia nacional para 93».

O deputado do PCP no PE acrescentou que o reforço dos apoios da CEE ao desenvolvimento, a superação do neoliberalismo dominante, o progresso das condições de vida e de trabalho, e a garantia do reconhecimento da especificidade da situação portuguesa muito para além da criação do Mercado Interno, são condições para o «aproveitamento de oportunidades que limite os riscos evidentes de agravamento da dependência» do nosso país.

• Os trabalhadores portugueses ganham mal

A afirmação foi feita pelo deputado Barros Moura no decorrer da visita que efectuou às instalações da Papelaria Fernandes, em Lisboa, na passada sexta-feira. Salientou na ocasião que o PCP defende a melhoria das condições de vida e de trabalho, a redução do horário de trabalho, e a melhor partilha do emprego.

«O Governo faz o pacote laboral, e o PS entende-se com o PSD na revisão da Constituição. Na CEE, PSD e PS falam do espaço social europeu.» Mas é o PCP que em Portugal e na CEE «luta por um espaço social português que numa Europa de progresso traduza que os portugueses deixem de ser os parentes pobres» — concluiu Barros Moura.

• Campanha da CDU arranca em Sintra

O pontapé-de-saída foi dado numa visita de Barros Moura acompanhado por Lino Paulo, actual vereador e candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Sintra. Os dois candidatos da CDU foram recebidos num ambiente de grande simpatia no Mercado Municipal de Queluz, pelos moradores e vendedores. Estes aproveitaram para manifestar a Lino Paulo, vereador responsável pelas obras em curso no mercado, o seu apreço, bem como algumas sugestões.

Barros Moura visitou também a cooperativa de produção metalúrgica «Novo Rumo», empresa do ramo de telecomunicações e iluminação pública. No contacto com os trabalhadores, o deputado do PCP no PE sublinhou o trabalho desenvolvido pela cooperativa, e manifestou a sua disponibilidade e empenhamento em que seja dada expressão aos interesses dos trabalhadores portugueses.

A última etapa da visita foi um encontro-convívio na Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Agualva-Cacém, a que estiveram também presentes a vereadora da CMS, Vera Dantas, e o presidente da Junta de Freguesia, Carlos Duarte, ambos da CDU.

• Carlos Carvalhas em Vila Real

O cabeça de lista da CDU às eleições para o Parlamento Europeu, visitou no passado domingo o Distrito de Vila Real, onde participou em encontros com as populações de Ermidas, e numa sessão na capital do distrito. Nesta sessão, em que também interveio o candidato transmontano nas listas da CDU, Virgílio Alves, Carlos Carvalhas afirmou que «o PSD está a acentuar os riscos e a agravar as dificuldades da economia portuguesa face ao mercado único de 1992», acusando o partido do Governo de «desbaratar os favores da conjuntura externa» e da responsabilidade do «malbaratamento e corrupção na utilização dos fundos».

Carlos Carvalhas lamentou ainda que o PS «meta na gaveta a regionalização e dê o seu acordo à estrangeirização da economia portuguesa através do leilão do património público», ao mesmo tempo que estende ao PSD a bóia da revisão da Constituição», quando este partido se vê confrontado com a redução da sua base de apoio.

Como razões para o apoio e o voto na CDU, Carlos Carvalhas afirmou serem os eleitos da coligação no PE «a mais sólida garantia da promoção e defesa dos interesses nacionais, da defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, propondo medidas concretas, fiscalizando, denunciando as irregularidades, falando claro e falando verdade».

Referindo-se aos problemas específicos de Vila Real e de Trás-os-Montes, salientou que o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) não contempla medidas e projectos que visem aproveitar e valorizar os recursos de modo a fixar as populações e a combater a desertificação do interior.

• Governo e Câmara do Montijo não cuidam do ambiente

A constatação foi feita por Rogério de Brito, deputado do PCP na Assembleia da República e candidato da CDU ao Parlamento Europeu, no decorrer da sua visita a Canha (Montijo), na passada sexta-feira.

A visita do candidato da CDU teve como motivação a desastrosa situação em que se encontram inúmeros agricultores da região, cujas culturas e águas de poços são destruídas e inquinadas por resíduos industriais. Um problema já levantado pelos eleitos da CDU, tanto na Câmara Municipal como ao secretário de Estado do Ambiente, sem qualquer melhoria, tendo agora Rogério de Brito manifestado a disposição de levantar de novo o caso através da AR.

O candidato da CDU pode ainda constatar que nada está assegurado aos trabalhadores da Tocan, unidade fabril de transformação de tomate, falida há mais de dois anos e entretanto comprada por árabes e ingleses. Os trabalhadores são credores de uma dívida de muitos milhares de contos.

• Os direitos dos trabalhadores portugueses e a CEE

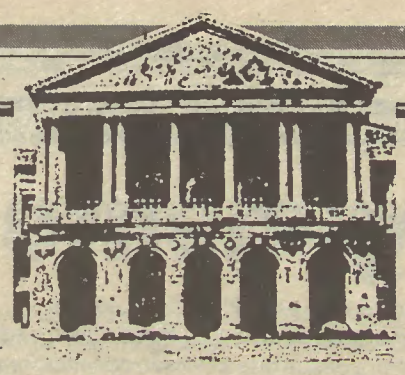
Foram tema do debate realizado no passado sábado em Guimarães, promovido pela CDU, e que contou com a participação do deputado no PE, Barros Moura, e Óscar Pires, também candidato da CDU às eleições de 18 de Junho.

O deputado do PCP sublinhou a necessidade de ser «distinguido o trigo do joio, face a uma aparente identidade de preocupações quanto às questões da dimensão social do Mercado Único». Acrescentou Barros Moura que é pela prática nacional que os trabalhadores devem avaliar os programas das diferentes forças políticas. «Não podem dizer que nas instâncias europeias defendem avançadas posições sociais, aqueles que em Portugal fazem uma política anti-social e autoritária, ou entram em graves compromissos que contrariam aquelas preocupações sociais.»

Tal é o caso do PSD, cujo Governo avança com o pacote laboral, que retira direitos sociais, promove a baixa dos salários e agrava a precarização do emprego, impede a redução do horário de trabalho, pratica uma política de retrocesso na saúde, na educação, e vem agora propor-se defender na Europa uma Carta dos Direitos Sociais. Barros Moura afirmou ainda que também o PS não pode ocultar a permanente contradição entre as suas declarações a favor de uma dimensão social na construção da Europa, ou de «firme» oposição ao Governo, e a sua prática de compromissos com o PSD.

Os candidatos da CDU acentuaram a necessidade de um voto que reforce a influência dos comunistas e seus aliados no PE, porque são aqueles que garantem a defesa dos interesses nacionais.

Assembleia da República



Revisão da Constituição Económica

Opções PS/PSD comprometem desenvolvimento

Deverão ser ainda os artigos relativos à Constituição económica – a não terem sido introduzidas alterações substanciais ao calendário previsto – a preencher, em matéria de revisão constitucional, a sessão plenária de hoje.

Com a sua discussão iniciada na passada semana pelo artigo 80.º – e depois de questões quentes como a comunicação social e a Saúde estarem já arrumadas – a revisão entrou assim numa das suas áreas nevrálgicas, considerada mesmo um dos suportes fundamentais do actual travejamento constitucional. Também neste domínio é de enorme importância o que está em jogo, como se pôde observar das posições em confronto no decorrer do debate iniciado faz hoje oito dias.

Em causa, em larga medida por via das cedências do PS aos intentos do PSD, um conjunto de propostas que no seu conjunto visam descaracterizar ou debilitar os princípios e instrumentos fundamentais da Constituição económica.

Meios de produção

Desde logo isso mesmo ficou patente na discussão em torno do referido artigo 80 – artigo que constitui uma verdadeira matriz e assume um papel preponderante no ordenamento constitucional –, sobretudo na alínea em que se refere que a organização económica e social assenta na «apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos, bem como dos recursos naturais».

No centro da discórdia, opondo o Grupo Parlamentar comunista às bancadas do PS e do PSD, a substituição da contracção da preposição **de** com o artigo definido masculino plural **os – dos –** pela preposição **de**, ou seja, a substituição **dos meios de produção** por **de meios** de produção.

Aquilo que entretanto para o observador menos atento poderá parecer apenas uma questão semântica, pesadas as coisas verifica-se que não o é. A questão afigura-se ainda mais relevante se atendermos a que a proposta conjunta subscrita pelo PS e pelo PSD prevê também no artigo em causa o acrescento «de acordo com o interesse público». Isto é, segundo a formulação proposta pela CERC (Comissão Eventual de Revisão da Constituição), o artigo passará a ter a seguinte redacção: «apropriação colectiva **de** meios de produção e solos, **de acordo com o interesse público**, bem como dos recursos naturais».

Ora a questão que fica em aberto é saber que meios de produção? Quem é que os define? Quem define o que é o interesse público? Sabendo-se de antemão os propósitos liberalizadores do Governo de Cavaco Silva – objectivos que aliás este não esconde – legítimo é, pois, concluir que com este Executivo não há interesse público em nenhuma apropriação colectiva.

Debilitar democracia

Por outras palavras, como assinalou no debate o deputado comunista Octávio Teixeira, a propostas conjuntas do PS e do PSD visam no fundo a eliminação da irreversibilidade das nacionalizações, tendem a debilitar a ideia do planeamento democrático e eliminam a orientação para a apropriação colectiva dos principais meios de produção, isto sem falar na eliminação da referência constitucional relativa à Reforma Agrária.

Desta forma, em causa está sobretudo a questão das garantias institucionais e as condições de concretização da democracia económica, tal como as consagra nos seus princípios fundamentais da organização económica e social a Constituição da República.

Questão básica, directamente relacionada com esta, está também a subordinação do poder económico ao poder político democrático. Deixando o Estado de se apropriar dos principais meios de produção – com a venda de empresas ao sector privado – o mínimo que se poderá dizer é que fica seriamente debilitada esta subordinação do poder económico ao poder político – tal como de resto se verifica na generalidade dos países capitalisas –, potenciando-se assim os riscos dos objectivos constitucionais que apontam para a promoção de um desenvolvimento económico orientado pelo interesse nacional, capaz de impedir que sectores básicos da economia nacional venham a ficar subordinados ao poder e aos interesses dos grupos transnacionais.

Com a aproximação do Mercado Único de 1992 e com o mais que certo aumento da concorrência das multinacionais, este aspecto ganha redobrada importância porquanto só um sector público estruturado e estrategicamente implantado está em condições de enfrentar essa concorrência e de fazer avançar o País no caminho de um desenvolvimento que promova o bem-estar dos portugueses e salvaguarde a soberania nacional em sectores básicos e estratégicos da nossa economia.

As «contingências» da democracia

É, pois, neste contexto que se afigura particularmente chocante a posição de cedência do PS, renegando tudo o que nesta matéria até agora vinha defendendo, sem que até agora fosse capaz de explicitar razões objectivas para uma tal mudança.

Bem lembrou Octávio Teixeira a este propósito afirmações do deputado socialista Almeida Santos, proferidas na revisão de 1982 quando este alertava então para os riscos que comportava para a democracia a existência de grupos económicos com o seu banco, o seu jornal, a sua companhia seguradora...

«Só os penedos é que não se movem» obteria apenas como resposta daquele destacado deputado socialista. Este, aliás, na sua tentativa de explicar a incoerência de posições do seu partido, ainda acrescentou que se em 1982 «pensava que os grupos económicos podiam representar algum perigo para a democracia» tal se ficava a dever apenas ao «facto de esta não estar estabilizada», circunstância que, entretanto, fez notar, em sua opinião, se modificou por completo de então para cá.

E pouco mais disse. Melhor: instado pelos deputados do PCP a pronunciar-se sobre as circunstâncias políticas concretas em que se operam as cedências do PS ao PSD – fornecendo assim novas armas ao cavaquismo e diminuindo o conteúdo progressista da Constituição – Almeida Santos teve ainda uma frase lapidar no calor do debate ao afirmar a dado passo que se o Governo vier a interpretar mal o texto constitucional tal não constitui propriamente um «drama», uma vez que, disse, isso «é uma contingência da democracia».

Televisão privada

Na decorrência de um pedido de adiamento da votação anteriormente apresentado pelo PCP, foram entretanto votadas faz hoje oito dias as alíneas do artigo 38.º relativas à televisão. Continuando embora a composição da Alta Autoridade para a Comunicação Social a merecer a mais forte contestação, ainda assim foi possível na solução encontrada introduzir por proposta do PCP a regra do concurso público, o que de algum modo vem melhorar o texto inicial onde não estavam minimamente asseguradas garantias ou critérios objectivos quanto à abertura da televisão à iniciativa privada. A introdução da regra do concurso público mereceu obviamente o voto favorável da bancada comunista, o mesmo não sucedendo com a disposição que na exacta circunstância permite a abertura da televisão à iniciativa privada.

Direitos melhorados

Entre os aspectos positivos das votações verificadas na última semana nota de realce merece por sua vez o artigo referente aos **direitos dos consumidores**, artigo que ficou substancialmente melhorado com a consagração em texto constitucional da formulação onde se explicita que os consumidores têm direito à qualidade dos bens e serviços consumidos.

No que diz respeito à **Segurança Social**, registou-se também uma melhoria do texto tendo ficado expressamente consagrado que todo o tempo de trabalho contribuirá para o cálculo das pensões de velhice e invalidez, independentemente do sector de actividade em que aquele tenha sido prestado.

No plano da **habitação** o aspecto mais relevante prende-se com o facto de terem sido rejeitadas as propostas do PS e do PSD que visavam um conjunto de restrições aos direitos constitucionais à habitação, enquanto que em matéria de **ambiente** o destaque vai para a melhoria do texto actual, ao ser prevista nomeadamente a incumbência do Estado em ordenar e promover o ordenamento do território, tendo como objectivo uma correcta localização das actividades económicas, um equilibrado desenvolvimento socioeconómico e uma paisagem biologicamente equilibrada.

Em resultado do debate e da votação realizada na passada semana foi também possível reforçar as condições de garantia e protecção das **mulheres trabalhadoras** durante a gravidez e após o parto bem como clarificar o seu direito a dispensa de trabalho por período adequado sem perda de retribuição, direitos ou regalias.

Na área da **juventude** o saldo pode considerar-se igualmente positivo devido sobretudo à clarificação do direito dos jovens em matéria de formação profissional, acesso ao primeiro emprego e Segurança Social.

O mesmo se pode dizer em relação aos **deficientes** ao ser consagrado na Constituição, na sequência de uma proposta de «Os Verdes», a obrigação de o Estado apoiar as suas associações.

Em **matéria educativa** o realce vai para a rejeição das propostas do CDS e do PSD que visavam retomar uma concepção conservadora do papel da escola, tendo ficado expressamente consagrado – como propunha o PCP – a proibição do trabalho a menores em idade escolar. De referir ainda a consagração do direito da Universidade à autonomia universitária e a incumbência do Estado na prevenção e combate à violência no desporto.

O mercantilismo na Saúde

Uma nota final para o artigo 64.º, relativo à Saúde, cuja votação voltou a ser adiada pela segunda vez na passada semana, devendo ocorrer na sessão plenária de hoje.

Tal como previramos no último «Avante!», o debate veio a revelar-se bastante aceso e polémico sobretudo em torno da eliminação do carácter gratuito que o actual texto constitucional confere ao Serviço Nacional de Saúde como garante do direito à protecção à Saúde e a sua substituição por um serviço «tendencialmente gratuito».

Defendida pelo PS e pelo PSD, esta última expressão foi fortemente contestada pelas restantes bancadas. Para o PCP, segundo Carlos Brito, trata-se de uma alteração que resulta de «concepções mercantilistas do PSD», observando que para este partido «tendencialmente gratuito significa tendencialmente pagante».

Idêntica opinião sustentou Raul de Castro, da Intervenção Democrática, ao caracterizar a acção da maioria laranja como norteada pela ideia de «aumentar as receitas e diminuir as despesas» enquanto Marques Júnior, do PRD, chamava a atenção para o facto de o direito à Saúde ser um «direito tão fundamental que pôr-lhe restrições é sobremaneira grave e perigoso».

O termo «tendencialmente» viria entretanto a mostrar-se uma questão não pacífica na interpretação que lhe é dada pelas bancadas do PS e do PSD. A questão foi particularmente suscitada pelo grupo parlamentar comunista através dos seus deputados Carlos Brito, José Magalhães e Vidigal Amaro. «Não se pode fazer este debate sobre a revisão prescindindo da análise da acção governativa», fizeram notar, lembrando ao mesmo tempo as «tresleituras em que o PSD é perito».

A questão, como se veio a provar, tinha toda a razão de ser. É que, muito embora Almeida Santos tivesse defendido a sua «visão estruturalista e não conjunturalista» do processo de revisão, com isso querendo dizer que agora a hora é de fazer a revisão e não de combater o Governo, a verdade é que a aplicação deste princípio está desde já a mostrar-se favorável ao Governo. Com efeito, ao contrário do que o PS diz ser a sua interpretação de tendencialmente gratuito – «qualquer coisa que tende para a gratuitidade», segundo as palavras de Ferraz de Abreu – o PSD no debate não escondeu que do seu ponto de vista «o princípio da gratuitidade é errado» e conduz, como sublinhou Luís Filipe Menezes, a «situações de gritante injustiça relativa», palavras sem dúvida, conformes e coerentes com a reiterada intenção de Leonor Beleza de pretender destruir o Serviço Nacional de Saúde.

Governo vira as costas à juventude

A problemática juvenil voltou a ser tema de debate na Assembleia da República. Particularmente em foco algumas questões de actualidade e de reconhecida importância cujos efeitos são hoje sentidos aos mais variados níveis no quotidiano dos jovens portugueses. Estão neste caso, entre tantos outros, a participação juvenil na preparação do País para o Mercado Único, a precariedade no emprego, a formação profissional ou a política educativa. Tratando desenvolvidamente cada uma delas, foram estas algumas das questões sobre as quais o jovem deputado comunista António Filipe centrou a sua intervenção numa das sessões plenárias da passada semana.

E começou precisamente por aquilo que é afinal a relação-causa comum que existe em todos os problemas, independentemente da área em que se inserem: a política do Governo de Cavaco Silva. Uma política que, sucintamente, caracterizou, sublinhando que «agride duramente os jovens, limita drasticamente o acesso ao Ensino, instala a precarização no emprego como regra das relações de trabalho, cria obstáculos de todo o tipo à realização profissional, social e humana da maioria dos jovens e compromete decisivamente as suas potencialiddes de enfrentar eficazmente os desafios prementes do nosso tempo».

Que o digam, por exemplo, os jovens trabalhadores sujeitos ao uso e abuso dos contratos a prazo, situação que constitui hoje, como assinalou António Filipe, «uma alteração radical das condições de acesso ao emprego e das relações de trabalho no sentido da precarização absoluta».

Não se julgue, porém, que é melhor o panorama em que hoje se encontram os estudantes em resultado da selectividade e elitização que cóntinuam a marcar o nosso sistema educativo. A este mesmo aspecto se referiu o jovem deputado do PCP, lembrando que o ensino privado conhece «um incentivo sem precedentes», o sistema educativo «começa a ser aferido por estritos critérios de rentabilidade», enquanto se instala a política do «quem quer ensino que o pague», com todas as consequências daí decorrentes. Referenciando-as, António Filipe recordou as escolas oficiais «em ruptura por falta de verbas», o «anúncio de aumentos brutais de propinas», a «degradação do apoio social aos estudantes».

Assembleia da República

Revisão constitucional

Regimento rolha vira guilhotina

Com a agenda para o exercício do seu normal funcionamento limitada às terças-feiras, único e escasso tempo que sobra desde que a revisão constitucional subiu a Plenário, nem por isso esta questão central do momento político deixou de estar presente na Assembleia e de concitar a atenção dos deputados na sessão de anteontem.

Estava-se no período antes da ordem do dia e a questão foi suscitada pelo deputado comunista João Amaral. Tratou-se sobretudo de trazer para primeiro plano a contradição em que o PS se deixou enredar ao assumir em conluio com o PSD uma revisão descaracterizadora da Lei Fundamental no preciso momento em que uma ampla frente de resistência ao cavaquismo, envolvendo sectores cada vez mais alargados, concentra a sua acção política na crítica à acção do Governo.

Este casamento de uma força democrática como o PS com o partido que sustenta o Governo, numa altura em que este se «afunda em atoleiro», assume assim na perspectiva do PCP o carácter de uma grave cadência que na situação concreta actual não pode deixar de constituir uma dávida de instrumentos de poder e de acção política capazes de darem outro fôlego ao Executivo.

Este aspecto apresenta contornos ainda mais escandalosos se a ela se juntar a nova proposta conjunta forjada entre aqueles dois partidos — apreciada na conferência de líderes parlamentares de ontem —, proposta que consubstancia um verdadeiro colete de forças para o próprio debate da revisão e constitui simultaneamente um «garrote» — a expressão é de João Amaral — para o restante trabalho parlamentar, ou seja, para as matérias que não digam respeito à revisão constitucional.

De acordo com esta proposta, e caso ela tenha sido aprovada ontem nos seus precisos termos iniciais, assinale-se, haverá apenas mais 19 horas para completar o debate da revisão, tempo esse que fixará a discussão por blocos de artigos em torno de grandes áreas e não artigo a artigo como se vinha procedendo até aqui.

A título de exemplo, segundo a referida proposta, para a revisão da Constituição económica (onde se incluem matérias como as nacionalizações, a Reforma Agrária e o planeamento económico) a sua discussão não poderá exceder no total as três horas.

Mas a terem vingado os intentos do PS e do PSD, o novo regimento contempla ainda um reforço dos poderes do Presidente da Assembleia da República em relação à fixação da hora das votações e impede, como já se disse, que outras matérias para além da revisão possam vir a ser agendadas.

Se o regimento especial imposto ao debate em plenário pelo PS e pelo PSD já era de si limitativo, levando a que designadamente o PCP o apelidasse de «rolha», a verdade é que o regimento agora ensejado se afigura ainda mais limitativo, constituindo uma verdadeira guilhotina cerceadora dos direitos da oposição.

Oposição ao Governo

Alvo de cerradas críticas na declaração política de João Amaral foram ainda por outro lado alguns aspectos recentes da acção governativa.

Analisando esses desenvolvimentos que marcaram a política do Executivo nos últimos tempos, o deputado comunista verberou particularmente a proposta de novas tabelas da Função Pública, tabela que concitou a oposição de todos os sectores abrangidos, conseguindo mesmo a proeza de juntar de uma penada os trabalhadores da Função Pública à luta geral e às lutas específicas que têm movimentado, entre outros, médicos, juízes, agentes da PSP, agricultores, compartes de baldios.

Um destaque na sua intervenção foi dado ainda aos «compromissos inadmissíveis no plano militar», ao caso dos dinheiros do Fundo Social Europeu e aos casos de corrupção e às ilegalidades que envolvem o Ministério da Agricultura no esbulho de terras da Reforma Agrária.

Curiosamente, os parlamentares da maioria que interpelaram João Amaral após a sua intervenção não aludiram praticamente a nenhuma destas questões, optando — numa clara manobra de fuga e diversão às matérias em aberto — por se interessar apenas em saber se o PCP vai ou não apresentar uma moção de censura ao Governo.

Foi o caso do deputado Silva Marques ao insistir obsessivamente na obtenção de uma resposta que lhe desfizesse tão lancinante dúvida. Ela não se fez esperar. É o PCP — sublinhou João Amaral — que há-de dizer se, quando e como apresentará a moção de censura».

Rei de Espanha na AR

A reunião plenária de terça-feira iniciou-se com uma sessão solene de boas vindas ao rei de Espanha, no âmbito da visita oficial que Juan Carlos e Sofia efectuam a Portugal. A esta sessão assistiu o Presidente da República, Mário Soares.

Ao discursar da tribuna da Assembleia – o primeiro monarca a fazê-lo desde a queda da monarquia no nosso país —, o rei Juan Carlos afirmou que «as nossas duas nações não têm nenhuma desculpa para se esquecerem uma da outra», uma vez que «a realidade política, as perspectivas económicas, os projectos culturais empurram-nos para uma colaboração constante, na qual se respeitem as particularidades próprias de cada país».

O presidente da Assembleia da República, Vítor Crespo, depois de recordar, ao abrir a sessão solene, que Juan Carlos viveu a sua juventude em Portugal, enalteceu «o papel marcante e decisivo» do monarca «no processo de democratização da Espanha e na consolidação das suas instituições», bem como «a sua postura de inequívoco defensor da democracia e da Constituição» e «a sua firmeza perante acções ou atitudes de quem quer se pretendesse interromper o processo democrático».

Revisão: dois coelhos para o PSD

«O processo arrastar-se-á até à campanha eleitoral para o Parlamento Europeu e cairá pela base o plano do PS de *revisão primeiro e oposição depois*, o que nada incomodará o PSD» – afirmou Carlos Brito na passada quinta-feira.

O presidente do Grupo Parlamentar comunista, que apresentava o projecto de resolução com vista à interrupção do processo de revisão constitucional até 1 de Julho (que viria a ser rejeitado), considerou que «o grande beneficiário, o único beneficiário, da oportunidade escolhida para a discussão da revisão da Constituição em plenário é o PSD».

«Poucas vezes»– constatou Carlos Brito – «o adágio *matar dois coelhos de uma cajadada* foi tão certeiro. Com a revisão da Constituição o PSD impede que a AR acompanhe e fiscalize os aspectos mais desastrosos e escandalosos da acção do Governo Cavaco Silva, crescentemente impopular. Feita a revisão, em cima das eleições, o PSD apresentá-la-á ao eleitorado como um precioso troféu de guerra».

Pacote laboral PCP requer inconstitucionalidade

Foi entregue na passada semana no Tribunal Constitucional um pedido de inconstitucionalidade do «pacote laboral» subscrito por deputados do Grupo Parlamentar do PCP.

No texto do requerimento, solicita-se a sua apreciação com «carácter da máxima urgência» com vista à salvaguarda da ordem jurídico constitucional, uma vez que o diploma em causa, na perspectiva dos parlamentares comunistas, enferma de «gritantes inconstitucionalidades» com profundas repercussões no mundo laboral.

Esta iniciativa da bancada comunista surge na sequência da rejeição do seu pedido de não ratificação do Decreto-Lei que revê o regime jurídico da cessação do contrato individual de trabalho, igualmente apreciado em Plenário na semana finda.

Após o acto de entrega do pedido de inconstitucionalidade o deputado Jerónimo de Sousa declarou aos jornalistas que esta não constituirá a última iniciativa do PCP para impedir a aplicação daquele diploma, sublinhando estar em aberto a possibilidade de apresentar recurso em cada caso em que o «pacote» venha a ser aplicado. Ao Provedor de Justiça foi igualmente pedida a sua intervenção nesta matéria. Para além de Jerónimo de Sousa, constituíam a delegação do PCP a deputada Apolónia Teixeira e Joaquim Ruas, do gabinete do Grupo Parlamentar.

Nacional

Alerta em defesa da Constituição e da democracia

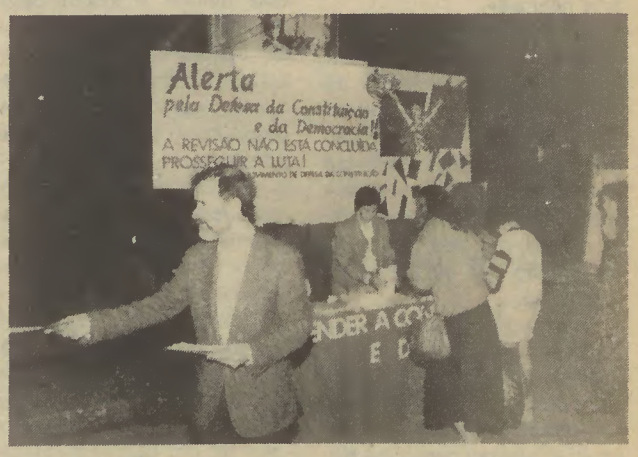
O Movimento de Defesa da Constituição levou a efeito no Porto, de quarta a sexta-feira da semana passada, uma iniciativa de esclarecimento e mobilização em defesa da Constituição: 48 horas seguidas, em plena Praça da Liberdade, um **Alerta em Defesa da Constituição e da Democracia**, através do qual se procurou mobilizar a opinião pública portuense face aos perigos que ameaçam o regime democrático caso o PS insista em levar por diante as cedências acordadas com o PSD no processo de revisão constitucional.

Foram distribuídos mais de trinta mil exemplares dos documentos editados para o efeito, vendidos os últimos exemplares do folheto há meses editado pelo Movimento e recolhidos mais de três mil assinaturas.

Dia e noite, suportando a chuva que inesperadamente fez o seu aparecimento, revesaram-se os turnos de democratas participantes na iniciativa. De dia, podia ouvir-se alternadamente um texto gravado no qual se fazia a análise do acordo PSD/PS e uma pequena nota histórica sobre as Constituições em Portugal.

Entre os democratas que participaram na iniciativa pudemos reter, entre outros, os nomes de Álvaro Ferreira Alves, José Morgado, Helena Morgado, Maximiano Silva, Lino Lima, José Borges Coelho, Alberto Andrade, Vitor Ranita, Vieira Mendes, Olívia Ferreira, Cassiano Abreu Lima, António Graça, Armando Castro e Virgínia Moura.

Dois factos que terá interesse assinalar, serão a subscrição do Apelo dirigido ao Grupo Parlamentar do PS, no sentido de que reconsidere os compromissos com o PSD, por parte de Bento Elísio de Azevedo, que foi deputado do PS de 1975 até 1984, e o facto de uma socialista ter mostrado empenho em referir à frente da sua assinatura o seu número de militante do PS.



A iniciativa encerrou pelas 18 horas de sexta-feira com intervenções de Vitor Ranita, em representação da União dos Sindicatos do Porto, Irene Castro, que leu uma saudação do MDM, Avelino Gonçalves, José Machado Castro e, por último, Raul Castro, todos membros do Movimento de Defesa da Constituição.

Difusores do «Avante!» na URSS – *Um grupo de difusores do «Avante!» visitou recentemente a União Soviética, a convite do «Pravda». Os camaradas visitaram Moscovo, onde participaram nas comemorações do 1.º de Maio, Leninegrado, Gorki (na foto, junto à casa-museu de Lénine) e Novgrod. Além das instalações do órgão central do CC do PCUS, o programa da visita incluiu ainda uma fábrica de plásticos e uma cooperativa de produção pecuária.*

Confederação de Quadros – *Uma delegação da Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos, constituída por Agostinho Santos Silva, Branco Filipe e Francisco Brandão, foi recebida na passada quinta-feira, 11 de Maio, na sede do PCP na Rua Soeiro Pereira Gomes, pelo secretário-geral do Partido, Álvaro Cunhal, e Vidal Pinto, suplente do Secretariado do Comité Central. A Confederação de Quadros solicitou encontros com várias forças políticas para as informar dos objectivos que determinaram há alguns meses a sua formação.*

Poder Local

Autarquias em notícia

• Plano Director de Loures

O atraso de sete meses que se verifica na aprovação por parte da Comissão Coordenadora da Região de Lisboa e Vale do Tejo (CCRLVT) dos estudos prévios do Plano Director Municipal (PDM) de Loures está a provocar prejuízos graves, pondo em causa o cumprimento de prazos e custo previsto para a elaboração de tão importante documento para o desenvolvimento do concelho a médio e longo prazo.

O município solicitou o parecer desta entidade oficial já em 7 de Outubro passado, e até à data a única resposta que tem tido é de que os estudos prévios estão a ser analisados.

O silêncio da CCRLVT é tanto mais estranho quanto os seus representantes na comissão de acompanhamento, nomeado pelo Governo, deram sempre pareceres favoráveis aos relatórios apresentados em sucessivas reuniões com a autarquia e os técnicos que estão a elaborar o Plano Director Municipal.

Apesar da comissão de acompanhamento ter aceite que se avançasse para a segunda fase dos estudos – que se encontra bastante adiantada – tendo sido já discutidos e analisados sete dos dez relatórios que ela comporta, corre-se o risco de ter que se voltar atrás e discutir assuntos que já deveriam estar concluídos, refere a CM de Loures.

De sublinhar que durante a análise dos estudos prévios, o presidente da comissão de acompanhamento do PDM foi substituído. Tal facto tem servido, da parte da CCRLVT, para justificar novos atrasos.

Recorde-se que este tipo de problemas não é inédito. Várias autarquias têm vindo a manifestar a sua preocupação pela morosidade, burocracia e intromissão nos seus problemas por parte da CCR, a qual é, como se sabe, um organismo dependente do Governo.

• Polidesportivo em Alcabideche

Na reunião de Câmara do passado dia 2, os vereadores da CDU apresentaram uma proposta para a construção de um polidesportivo na localidade de Pai do Vento, freguesia de Alcabideche, que foi unanimemente votado pelo executivo.

A apresentação desta proposta culminou a discussão pública do projecto de localização elaborado pela CDU, o qual foi acolhido favoravelmente pela população.

Segundo a opinião dos vereadores da CDU na Câmara Municipal de Cascais a construção deste polidesportivo possibilitará um passo importante na resolução do enorme défice em matéria de equipamentos desportivos no concelho, e proporcionará a prática desportiva a mais de 10 mil munícipes da freguesia de Alcabideche.

• Nisa: reuniões camarárias nas freguesias do concelho

A CM de Nisa deliberou iniciar a realização de reuniões camarárias nas várias freguesias do concelho.

Ao efectuar reuniões em locais distintos da sede do concelho, procura-se uma melhor aproximação entre a Câmara e as populações, procura-se uma descentralização com o envolvimento dos serviços camarários e o empenhamento dos eleitos na resolução das questões que respeitam a cada freguesia.

A primeira reunião da CMN fora da sede do concelho teve lugar na freguesia de Amieira do Tejo no passado dia 16 (anteontem).

Para além da abordagem de assuntos locais, pretende-se chamar a atenção para o Castelo de Amieira que foi mandado construir no séc. XIV pelo Prior do Hospital D. Álvaro Gonçalves Pereira, pai do Condestável D. Nuno Álvares Pereira. Procura-se a sua inclusão nos programas de recuperação de castelos desenvolvidos pelo Instituto Português do Património Cultural de modo a possibilitar o seu aproveitamento em termos turísticos e para acções de animação recreativa e cultural.

Com a reunião de Câmara em Amieira do Tejo, pretende-se ainda a valorização turística da localidade que beneficia da presença do rio Tejo e é possuidora de um interessante património arquitectónico que compreende o castelo, várias igrejas e edifícios, possui ainda um importante núcleo de arte sacra que interessa preservar e promover.

• Évora: capela restaurada e mais espaços para peões

O arcebispo de Évora, senhor D. Maurílio Gouveia, consagrou no passado dia 9 a Capela de Nossa Senhora da Piedade, inserida no espaço do novo cemitério da cidade, e que acaba de ser recuperada e restaurada pela Câmara.

A Capela de Nossa Senhora da Piedade era uma antiga ermida abandonada há longo tempo e utilizada para fins pouco consentâneos com a dignidade de um espaço religioso, e que no âmbito da construção do novo cemitério da cidade foi recuperada e ampliada, restaurando-se interiormente dois painéis de azulejos do séc. XVII.

Os vãos de janela da capela foram fechados por portadas de mármore (um permanente entreaberto) que modela á iluminação interior.

O arco central da capela foi apoiado em colunas geminadas para permitir a ampliação do espaço interior e conservar o revestimento em talha do século XIX, cujo restauro será executado em segunda fase por intervenção da especialidade.

A pedido da Câmara o Museu de Évora cedeu uma tela pintada do século XVII e a Sé de Évora diversos paramentos religiosos que completaram as obras de recuperação da capela.

A ermida da Piedade integra-se no novo cemitério da cidade cuja entrada é formada por um pórtico, inspirado na entrada do antigo cemitério dos Remédios (por sua vez já uma reutilização da antiga entrada do Convento de S. Domingos, da autoria de Nicolau Chanterene), mas cuja formalização é consentânea com o uso do betão armado.

Entretanto, no âmbito do programa de recuperação do centro histórico e do plano de circulação e transportes, a Câmara de Évora está a proceder a um conjunto de alterações visando aumentar as áreas reservadas exclusivamente a peões ou, então, a melhorar as condições de segurança daqueles que andam a pé.

Assim, em toda a área envolvente da Praça do Giraldo (sujeita recentemente a uma remodelação cujo traço essencial foi a redução do trânsito automóvel em benefício das zonas pedonais), a autarquia tem vindo a proceder a alterações de trânsito, criando novas zonas reservadas a peões.

Para além da Rua Nova, foi fechado ao trânsito um troço significativo da Rua 5 de Outubro (principal acesso à zona monumental), na Rua do Salvador foi construído um passeio e uma pequena zona de estar, e, agora, vair ser o Largo Álvaro Velho (situado entre a Praça do Giraldo e Portas de Moura) a ser sujeito a alterações dentro do espírito atrás anunciado.

Para além dos próprios habitantes, são os inúmeros visitantes que afluem a Évora que passam a usufruir de melhores condições para apreciar e viver a beleza da cidade.

Recorde-se que, em 1989, mais de 200 000 turistas afluíram a Évora, registando-se já actualmente um importante número de visitantes.

• Água para St.º António da Charneca (Barreiro)

A Câmara Municipal do Barreiro decidiu abrir concurso público para arrematação da empreitada de construção civil dos Reservatórios e estação elevatória da Penalva.

Esta importante obra orçada em cerca de 27 mil contos consiste na construção de dois depósitos apoiados, caseta e respectiva ligação às condutas elevatórias e vedação dos terrenos envolventes.

Refira-se que após a adjudicação a construção desta obra deverá ser executada no prazo de 210 dias.

A realização desta obra significará uma melhoria significativa do abastecimento de água aquela zona da Freguesia de Santo António da Charneca.

PCP

Professores comunistas reunidos em assembleia

A eleição dum novo organismo de direcção, pronto para dinamizar a intervenção dos professores comunistas em torno dos problemas educativos e dos problemas políticos mais gerais e capaz de envolver mais camaradas na actividade partidária, foi um momento saliente na recente 2.ª Assembleia da organização dos professores comunistas ensino básico e secundário do Porto.

A estrutura de funcionamento da organização e o debate sobre a situação política e educativa também estiveram em primeiro plano nesta assembleia.

Várias comissões foram constituídas de acordo com o que se considerou serem as mais importantes linhas de trabalho — política educativa, gestão democrática, intervenção sindical, iniciativas políticas e eleitorais, propaganda, fundos, ficando o caminho aberto para a constituição de outras comissões.

Foi eleita, por unanimidade, a nova direcção, com 20 camaradas (12 são mulheres) dos vários graus de ensino.

No documento aprovado na Assembleia, com o título «**Um olhar sobre o ensino, uma proposta de mudança**», chama-se desde logo a atenção para o facto de os objectivos e a acção de Roberto Carneiro não poderem deixar de ser pensados como parte integrante da política do Governo, e definem-se como traços essenciais da actual política educativa:

- **A protecção desmedida ao ensino particular nos seus diversos graus e a crescente privatização do ensino;**
- **O não desenvolvimento, antes a aposta na crescente degradação e estagnação do ensino público (são dados alguns exemplos da grave situação de escolas do Porto — Rio Tinto, Ermesinde, Augusto Gil, etc.);**
- **Uma crescente elitização do ensino;**
- **A desresponsabilização do Governo pela ineficácia do sistema educativo (com a transferência de responsabilidades para as autarquias e C. Directivos sem os respectivos meios);**
- **O desrespeito pelos professores e outros profissionais da educação (é referido todo o problema da negociação do Estatuto da Carreira Docente e da tabela salarial).**

O documento dá conta da grande incapacidde e desorganização existentes no Ministério e nas Direcções Regionais; entre outros exemplos, cita-se o caso da escola C+S de Miragaia que não estando ainda construída, nem se sabendo quando o vai ser, já tem quadro de professores.

Denuncia-se a inexistência de um projecto coerente para a Reforma do Sistema Educativo e a profunda subversão de que está a ser alvo a Lei de Bases do Sistema Educativo, com a saída de legislação avulsa que contraria fortemente a letra e o espírito da lei.

Nesta situação a escola é pois, cada vez mais, uma escola de insucesso.

Reafirmando as propostas do PCP para uma política educativa no limiar do século XXI, os professores comunistas do Porto apelam à unidade e à luta de todos os professores por um ensino democrático, para que o direito à educação, ao ensino, à cultura e ao desporto seja, de facto, um direito de todos e de cada um ao conhecimento e à criatividade, ao pleno desenvolvimento das suas potencialidades, capacidades e vocações.

Camaradas Falecidos

Eduardo Moreira

Após prolongada doença, faleceu em Lisboa o nosso camarada Eduardo Rodrigues Moreira, militante organizado na Freguesia de S. João. Electricista de profissão, o camarada contava 50 anos.

Fernando Baptista

Com 82 anos, faleceu recentemente o militante comunista Fernando Alves Baptista, bancário reformado, membro da organização do Partido na Freguesia lisboeta da Graça.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta o seu profundo pesar.

Porto

2 mil activistas em encontro animado

Momentos de viva confraternização e de alegria, de confiança e de disposição de luta, de mobilização para as tarefas em torno das batalhas políticas que têm pela frente ainda este ano, foram vividos no passado domingo por cerca de dois mil activistas e apoiantes da CDU do distrito do Porto, que participaram no encontro-almoço realizado na nave do Palácio de Cristal, naquela cidade. A iniciativa serviu também para divulgar os candidatos da CDU à presidência das Câmaras e Assembleias Municipais de concelhos da área do grande Porto.

Na mesa, presidida pelo dr. Álvaro Ferreira Alves, da ID, dirigentes dos partidos e organizações políticas que integram a CDU, diversos eleitos pertencentes à CDU e outros destacados democratas do Porto, entre outros, José Morgado, Maria Helena Morgado, Virgínia Moura, Armando Castro, João Pacheco Gonçalves e ainda Artur Sentieiro e Sousa Pereira, ambos membros do PRD.

Depois do almoço — uma magnífica e bem confeccionada refeição, da responsabilidade de activistas da CDU, e em que não faltou um bolo gigante, feito por confeiteiros da Maia — seguiu-se um período de intervenções, que se prolongou até às 17 horas.

A abrir, tomou a palavra o camarada **Edgar Correia**, membro da DORP e da Comissão Política do CC do PCP.

Foram ainda escutadas intervenções de **Carlos Carvalhas**, cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu e de candidatos da CDU à presidência das Câmaras dos seis concelhos do grande Porto, a saber, — **Oliveira Dias**, Porto; **Ilda Figueiredo**, Vila Nova de Gaia; **Olívia Ferreira**, Matosinhos; **Eduarda Ferreira**, Valongo; **Joaquim Viana**, Gondomar; **Serafim Nunes**, Maia. Pelo Palácio de Cristal passaram ainda as vozes de outros autarcas e de dirigentes nacionais das forças integrantes da CDU, **Raul Castro**, da Intervenção Democrática, **Paulo Teixeira de Sousa**, de «Os Verdes», **Alberto Andrade**, da coordenadora distrital da CDU, e ainda **Virlato Pina Moura**, candidato ao PE, e **Armando Fonseca**, da direcção nacional da JCP. Foi o desfilar do conjunto de problemas e soluções que a CDU aponta, em diferentes concelhos do distrito, os problemas da região nas suas diferentes vertentes.

Interveio ainda **Artur Sentieiro**, do PRD, que considerou, a propósito do acordo PS/PRD que «a direcção do PRD não tinha o direito de impor aos seus militantes o voto no PS. Na prática trata-se do desagregamento do PRD». «Estou com a CDU», disse, «porque considero que é a força melhor colocada para defender os interesses dos portugueses na Europa».

PCP

MADEIRA

Propostas do PCP para que a reconversão da cultura da banana tenha êxito

Hoje, o Governo de Alberto João Jardim já reconhece: zonas absolutamente inadequadas para o efeito têm servido à expansão, sem regras, da cultura da banana; são gravíssimas as dificuldades que a adesão do nosso país à CEE vai implicar para a banana madeirense. Estas realidades são reconhecidas no Programa de Reconversão da Cultura da Banana, da autoria do Governo Regional. Por seu lado, o PCP há muito que vinha alertando para o problema, defendendo a reconversão como necessidade e prioridade. Uma reconversão que tenha como base a aposta na qualidade e na criação de condições para o produtor. Nesse sentido, os comunistas, através do Executivo da DORAM (Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira), órgão que promoveu uma conferência de Imprensa na cidade do Funchal sobre esta matéria, avançam um conjunto de propostas essenciais para que a reconversão da cultura da banana seja viável, propostas essas agrupadas em seis vectores fundamentais, dos quais salientamos as alterações à estrutura fundiária da Região, a intervenção nos preços dos factores de produção, nomeadamente os guanos, cujo preço recentemente subiu mais de 50 por cento e os apoios financeiros aos agricultores.

Passemos aos pormenores.

Fim da colonia!

As alterações à estrutura fundiária da Região implicam:

● Medidas de emparcelamento que diminuam a extrema fragmentação e dispersão da propriedade rural da Região;

● Efectiva e total extinção da colonia e garantias de segurança para os agricultores directos;

● Protecção dos terrenos mais aptos para a agricultura, face à especulação imobiliária e mesmo algumas expropriações decididas de forma impensada;

● Fim da especulação com as águas de rega das levadas da zona do Funchal.

Novas culturas

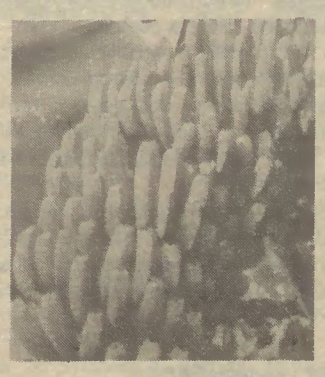
Depois de salientar a necessidade de intervenção nos preços dos factores de produção, nomeadamente os guanos, cujo preço recentemente subiu mais de 50%, a DORAM do PCP propõe:

● Estudo das espécies mais adequadas a plantar nos terrenos que irão ser reconvertidos para que não venha a verificar-se a mesma situação da reconversão da vinha que se arrasta há mais de dez anos em grande parte por falta de variedades apropriadas a cada zona e devidamente recomendadas pelos serviços do Governo;

● Promoção das novas culturas para que não se repita o caso da anona que este ano baixou substancialmente de preço ao agricultor por falta de mercado;

● Criação de adequados circuitos de comercialização que possibilitem preços compensadores para os agricultores e para os consumidores, alertando-se para a actual situação em que o preço da banana para o consumidor é várias vezes superior ao preço pago ao agricultor.

***Os comunistas** avançam uma vez mais propostas fundamentadas para a defesa e valorização das actividades económicas da Madeira. A integração coloca sérios problemas à cultura da banana e também a outros sectores tradicionais, como os vimes*



Apoios financeiros

Atendendo a que as novas culturas que venham a substituir a banana poderão demorar vários anos para começarem a produzir, atendendo às pequenas dimensões da propriedade agrícola e fraco rendimento dos agricultores, que, em grande parte, não possuirão reservas financeiras nem outros meios de subsistência para além dos terrenos a reconverter, atendendo ainda a que o Programa do Governo Regional define uma comparticipação por parte dos agricultores de 25% ou 35%, o PCP propõe:

● **A criação de subsídios a fundo perdido, de acordo com a respectiva situação económica dos agricultores;**

● **Que seja criada uma linha de crédito com juros altamente bonificados, cuja amortização seja feita em prazos de acorco com a rentabilização das novas culturas;**

● **Que a nível da CEE e dando cumprimento ao relatório Gutierrez Dias do Grupo Comunista e Afins que foi aprovado pelo Parlamento Europeu se continue a lutar pela protecção da banana produzida na Comunidade relativamente a países terceiros.**

ALENTEJO

Nova escalada na agressão às UCPs/Cooperativas

• Os fins-de-semana de Álvaro Barreto nas casas de agrários...

As eleições de 18 de Junho para o Parlamento Europeu, o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) e as suas incidências nos distritos alentejanos e o ponto da situação no que respeita à actividade agrícola e à ofensiva contra a Reforma Agrária são temas em destaque nas conclusões duma recente reunião do Executivo da Direcção Regional do PCP (DORA) do Alentejo, efectuada em Évora chamando a atenção para a necessidade de defender as UCP's/Cooperativas e as explorações dos agricultores, e propondo uma economia agrícola mista para a região, os comunistas alentejanos referem a dado passo:

Encorajado pelas cedências do PS em matéria da Reforma Agrária, o PSD está a intensificar uma nova e perigosa escalada de agressão contra as UCP's/Cooperativas, que visa a sua aniquilação, rodeada de ilegalidades, violação das decisões judiciais, do acesso à justiça, de corrupção.

O ministro Álvaro Barreto chega ao ponto de passar fins-de-semana em casa de agrários a quem de seguida favorece com a entrega de milhares de hectares de terra e de dezenas de milhar de contos de bens e frutos pendentes dos trabalhadores.

Os agricultores, a quem demagogicamente foram entregues algumas parcelas de terra, continuam a ser expulsos dessas terras. Os apoios à agricultura alentejana, designadamente os fundos comunitários, estão a ir parar, sobretudo, aos bolsos dos antigos agrários e seus familiares. O Governo não está, assim, a criar nenhuma alternativa válida para o desenvolvimento e progresso da agricultura e melhoria das condições de vida nos campos.

O Executivo da DORA reclama o fim da escalada cavaquista contra as UCP's/ /Cooperativas e contra os pequenos agricultores do Alentejo e manifesta a sua firme solidariedade com a luta e reivindicações dos trabalhadores agrícolas e agricultores, de que se destaca a recente concentração e vigília em Montemor-o--Novo (ver nesta edição nota do Executivo da Comissão Política do PCP).

***O Ministério de Barreto** e a política cavaquista estão a destruir a Reforma Agrária num processo recheado de ilegalidades e violação das decisões judiciais*

Viana do Castelo Conhecer melhor a realidade socioeconómica da região

Proporcionar aos candidatos da CDU um melhor conhecimento da realidade socioeconómica da região e, ao mesmo tempo, prestar informações e esclarecimentos sobre a CEE são objectivos a atingir pelas diversificadas iniciativas em marcha no distrito de Viana do Castelo, no âmbito das actividades pré--eleitorais de 18 de Junho.

«Nesse sentido», refere uma nota divulgada ao «Avante!» pela Distrital do PCP do Alto Minho, **«Carlos Carvalhas, cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu, estará no distrito de Viana em 6 de Junho próximo».**

A Comissão Distrital de Viana do Castelo do PCP, reunida no passado dia 6 de Maio, elegeu os seus órgãos executivos: secretariado e executivo, ficando constituídos por quatro e nove elementos, respectivamente — **Secretariado:** Branca Carvalho, Gonçalo Fagundes, João Duarte e João José Vieira; **Executivo:** António Rocha, António Silva, Armando Branco, Branca Carvalho, Cassiano Couto, Fernando Silva, João Duarte, Maurício Sousa.

Os comunistas de Viana analisaram o programa distrital da campanha eleitoral da CDU para as próximas eleições ao Parlamento Europeu, cujas linhas gerais tinham sido aprovadas na 1.ª Assembleia da Organização Distrital do PCP, realizada em Abril passado em Darque. Quanto a este ponto, a Comissão Distrital reconheceu que o referido programa deverá contemplar outras áreas de intervenção, nomeadamente em relação a problemas que afectam concelhos e populações do interior.

Internacional

Panamá

A presença militar norte-americana no país, *directamente ligada ao canal do Panamá, está na base dos graves problemas do país*

Escandalosa ingerência do governo de Bush

Nestes últimos dias temos vindo a assistir, no Panamá, à mais descarada ingerência por parte dos EUA nas questões de política interna deste país, negando na prática, de forma particularmente escandalosa, o elementar direito a uma vida política independente, decidida pelo povo do próprio Panamá.

O presidente Bush, dois dias após ter decidido enviar mais dois mil soldados americanos, a juntar aos 11 mil que os EUA já têm na zona do canal, faz um apelo aberto às forças armadas panamianas para que derrubem o general Noriega. E promete mesmo que, se Noriega fosse afastado, as relações entre os dois países melhorariam imediatamente, um governo dirigido pelo candidato da oposição seria reconhecido por Washington, e as sanções económicas impostas pelos EUA seriam levantadas e a sua administração ajudaria o Panamá a regressar à «economia próspera que tinha antes destas sanções»!

Simultaneamente, e numa óbvia coordenação de esforços, a oposição convoca uma greve geral de 24 horas.

Bush dirigiu-se directamente aos militares panamianos, dizendo que estes «tinham um papel determinante e que o iriam desempenhar. O problema é Noriega e se Noriega sair nós teremos boas relações com o Panamá e os militares».

Uma ingerência tão descarada, para além de reflectir a persistência do imperialismo numa política anacrónica de força, traduz também fortes interesses dos Estados Unidos na zona. E é aí que estão as razões desta escandalosa posição de ingerência.

Como foi justamente denunciado por um porta-voz dos sectores governamentais panamianos, a ingerência dos EUA tem um significado que vai muito além do pretexto que é o pretendido afastamento de Noriega do cargo de comandante das forças de defesa do Panamá. **O «que Washington quer», é «a anulação prática do Tratado Carter-Torrijos, que exige a entrega do Canal do Panamá em 1990».**

As reacções internacionais às pretensões da Casa Branca, são de franca oposição à ingerência. Nos EUA, o próprio «New York Times» critica a hipótese avançada de uma intervenção militar, considerando que «é difícil imaginar uma ideia mais insensata».

A União Soviética, em declaração da Tass, considera «inadmissível aproveitar a situação que se criou no Panamá como pretexto para pôr em causa a sua soberania» e condena as «acções que atropelam o direito dos povos à livre escolha da via de desenvolvimento».

Cuba e a Nicarágua alertam para as graves consequências de uma intervenção militar na América Central.

Os países latino-americanos do «grupo dos oito», reunidos no Brasil, sublinharam a necessidade de manter a paz e a estbilidade na região sem ingerências externas e no respeito rigoroso dos acordos entre o Panamá e os EUA sobre o Canal.

Afeganistão e URSS denunciam

Paquistão prepara escalada na guerra

A guarnição de Jalalabad continua a explorar a contra-ofensiva na direcção Leste. Esta uma das últimas notícias da guerra que continua a ser imposta ao povo afegão.

No balanço das hostilidades no mês sagrado do Ramadão e da festa do «Id Al-Fihtr» (quebra do jejum), o tenente-coronel Abdul Haq Ulumi, secretário do Conselho Superior de Defesa da Pátria, disse que a calma reinou em muitas províncias afegãs, exceptuando a região das cidades de Jalalabad, Khost, Kandaghar, Herat, Gazni e Gardez.

Em conferência de imprensa, Ulumi afirmou que os bombardeamentos dos bandos armados vitimaram mais de 400 civis e provocaram ferimentos em 900 pessoas. Assim diariamente continuam a morrer mais e mais afegães, vítimas da ingerência, também militar, em particular da parte do Paquistão, com o multiforme apoio dos EUA.

Em carta há dias dirigida ao secretário-geral da ONU, o governo afegão apela à missão dos bons ofícios da ONU no Afeganistão e no Paquistão, e à comunidade mundial «para que voltem urgentemente a atenção para os perigosos processos resultantes da **preparação do Paquistão para uma nova agressão contra o Afeganistão»**, que a qualquer momento pode redundar num largo conflito regional.

Nesta carta, publicada como documento oficial da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança, o governo afegão afirma possuir informações sobre a preparação do Paquistão para uma nova ofensiva contra Jalalabad e Gandahar. **«Uma nova agressão do Paquistão contra o Afeganistão terá consequências imprevisíveis, pelas quais serão totalmente responsáveis os militaristas paquistaneses»,** diz o documento.

Referindo as denúncias avançadas pelo governo afegão na carta à ONU, o Ministério dos Negócios Estrangeiros soviético, denuncia, em declaração sobre a situação em torno do Afeganistão, o **«envolvimento do Paquistão** na criação de um "governo de transição" do Afeganistão no seu território, bem como a manutenção de uma extensa rede de bases de preparação e envio de forças terroristas para a sofredora terra afegã».

No mesmo documento, a URSS questiona ainda:

Levanta-se também a questão da responsabilidade dos protectores norte-americanos de Islamabad e dos seus mercenários. Será que não lhes chega a sua própria ingerência aberta nos assuntos internos da Nicarágua, Panamá e outros países e povos da América Central? AS repetidas afirmações de amor à paz e disposição para contribuir para a regularização pacífica dos conflitos regionais, incluindo o afegão, precisa de ser, finalmente, corroboradas por uma política desenvolvida no plano prático. Mas a complacência para com a política aventureira do Paquistão, que aspira a atear ainda mais as chamas da guerra no Afeganistão e impele os líderes mais extremistas da oposição afegã a prosseguirem o fratricídio concedendo-lhes apoio militar directo, não está em consonância com as declarações da aministração dos EUA a favor da nova mentalidade política.

O que pretende a camarilha militar paquistanesa, ao pôr em prática, de facto, **uma política que leva ao extermínio recíproco dos afegãos,** sob a capa da palavra de ordem da «guerra até à vitória»?

Os cálculos visam, em primeiro lugar e no mínimo, desmembrar o Afeganistão e privá-lo da soberania e independência. Em segundo lugar, impor pela força ao povo afegão um governo fantoche que seja subserviente a Islamabad.

O documento realça, entretanto, que no entanto, quanto mais pérfida é a actuação do Paquistão, mais clara se torna a ameaça que representam para o povo afegão as acções separatistas dos extremistas, que estão dispostos a sacrificar os interesses da Pátria para satisfazerem as suas ambições pessoais. **O despertar dos sentimentos patrióticos dos afegãos e a sua firme decisão em rechaçar os intervencionistas** e os seus cúmplices constituem uma prova de que assim é.

E conclui:

Agora, a comunidade internacional vê claramente de onde parte a ameaça à paz e quem é o culpado da desestabilização da situação que continua a verificar-se nesta região da Ásia. Ela tem uma importante palavra a dizer e um papel a desempenhar, de modo a evitar uma nova e perigosa viragem dos acontecimentos.

Chevardnadze em Bona

Pela desnuclearização da Europa

A batalha pela desnuclearização da Europa – no prosseguimento dos primeiros passos que estão a ser dados com o desmantelamento dos mísseis de médio e mais curto alcance – **está hoje no centro das preocupações de todas as forças de paz no continente.** Uma luta que hoje se reveste também de uma outra componente – impedir a modernização, programada pela NATO e por Washington, dos mísseis de curto alcance.

Isso mesmo ficou particularmente saliente na visita de Eduard Chevardnadze, à RFA.

Em Bona, o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, considerou que a substituição de mísseis com 120 quilómetros de alcance com outros com 480 quilómetros, como é objectivo dos EUA e da Grã-Bretanha (com o apoio expresso do Governo português), põe em causa, na prática, o tratado para a destruição de armas de médio alcance (entre 550 e cinco mil quilómetros).

Chevardnadze sublinhou ainda que «não faz qualquer sentido instalar esses sistemas» enquanto a URSS, cumprindo o Tratado de Dezembro de 1987, está a destruir os seus mísseis SS-23. E disse mesmo que a URSS poderia ver-se forçada a «suspender a destruição dos seus SS-23 e a encarar a instalação de novos sistemas de mísseis».

Os planos da NATO

Os planos dos EUA e da NATO para a substituição dos armamentos, de modernização e de rearmamento no domínio de sistemas de armas nucleares na Europa são tão amplos que, se fossem realizados, poriam outra vez em causa tudo o que foi alcançado no caminho do desarmamento nuclear.

Trata-se em primeiro lugar da instalação dos Lance-2 – em particular em território da RFA. Cerca de 1000 novos mísseis.

Planeia-se igualmente desenvolver um novo míssil ar-terra com uma alcance de 400 quilómetros para aviões de combate, bem como equipar 150 bombardeiros estratégicos com uma nova geração de mísseis de cruzeiro de grande precisão, que deveriam cumprir o mesmo papel que os mísseis de cruzeiro estacionados em terra e que estão abrangidos pelos acordos de Washington.

As unidades da marinha de guerra dos EUA, estacionadas nas águas da Europa, seriam apetrechadas com grande número de mísseis de cruzeiro de longo alcance, que podem ser equipados com ogivas tanto nucleares como convencionais.

Deveria haver ainda outras **formas de «compensação»** dos mísseis a ser desmantelados por força dos tratados, através da deslocação para a Grã-Bretanha de 60 bombardeiros norte-americanos equipados com armas atómicas.

Compreende-se assim – na lógica objectivamente suicida de Washington e Londres – as recusas em incluir em negociações a marinha e a aviação, e as resistências à «terceira opção zero».

Não por acaso o marechal soviético Ahkromeev, conselheiro de Gorbatchov, inclui entre os **sistemas nucleares tácticos na Europa**, de par aos **mísseis**, também os **aviões portadores** de armas nucleares.

Pela «terceira opção zero»

Manter abertas as vias de continuar a corrida aos armamentos, mesmo enquanto se avança com processos de desarmamento – surge assim como objectivo, e táctica, das forças militaristas.

Para as forças da paz, trata-se exactamente de cortar essas vias.

Através de uma diversidade de iniciativas que multiplique obstáculos nesses caminhos de «fuga» ao desarmamento. E naturalmente por opções de massas que criem fortes condicionantes à política dos governos envolvidos em tais projectos.

Aqui, e desde já, os frutos estão à vista.

Se é verdade que o governo de Bona não considera a perspectiva de uma Europa desnuclearizada, não é menos verdade que levanta forte oposição à instalação dos Lance-2 no território da RFA.

Uma posição que unifica diferentes governos da NATO – contra os objectivos imediatos de Washington – o que é particularmente significativo. E leva a situações como a participação de entidades oficiais numa manifestação pacifista em Bruxelas.

As iniciativas de paz da URSS e do Tratado de Varsóvia, de par com o apoio de movimentos populares de massas – abrem assim caminho ao desarmamento, numa unidade de objectivos na pluralidade de meios.

Solidariedade com patriotas jordanos

Mais de uma centena de prisões – foi a resposta do governo da Jordânia às manifestações populares de protesto contra os aumentos de preços dos bens de consumo, aumentos que foram na prática impostos pelo FMI.

De entre os patriotas jordanos presos, destacam-se: Nasim Al Twal, Rashid Shukair, Saod Qubailat, Mohamad Madia, Musa Quaisder, Fayez Bajali, Fahli Katut, Walid Otewi, Hashim Garaybe, Ahmad Jaradat, Mazen Hanna.

Na sequência destes acontecimentos, o Secretariado do Partido Comunista Português enviou um telegrama de protesto ao rei Hussein:

«Comunistas portugueses condenam repressão antipopular e reclamam libertação presos políticos».

Internacional

Gorbatchov na China

Um passo histórico de reaproximação

Trinta anos passados, a viagem de Gorbatchov à China marca finalmente o início do restabelecimento de relações entre os dois maiores países socialistas e os dois maiores partidos comunistas do mundo.
Um facto histórico que, como foi referido por ambas as partes, não só reflecte os interesses fundamentais de ambos os países e povos, como se inter-relaciona com os próprios processos de transformação em curso em ambos os países e a evolução que se tem vindo a operar a nível mundial.
Três teses fundamentais da concepção soviética de desenvolvimento das relações entre a União Soviética e a China, foram apresentadas por Gorbatchov no discurso pronunciado num banquete oferecido em sua honra por Yang Shangkun, presidente da República Popular da China.

Nas palavras de Gorbatchov, a URSS «diz sim aos princípios de relacionamento internacional universalmente reconhecidos, como o respeito recíproco pela soberania e integridade territorial, a não-agressão, a não-ingerência nos assuntos internos, a igualdade, a vantagem mútua e a coexistência pacífica; diz igualmente sim à cooperação económica e cultural, a um diálogo político intenso a todos os níveis e em todos os domínios, estatal e público; diz sim a uma cooperação bilateral na solução dos problemas internacionais candentes».

Estas três teses, sublinhou o dirigente soviético, constituem a base da presente cimeira.

O presidente soviético deu ainda particular destaque na sua intervenção, à perestroika na URSS e ao empenho da China em modernizar todas as esferas da sociedade.

«Está a destruir-se tudo o que retardava e travava o desenvolvimento o país, deturpando os objectivos e ideais – disse Gorbatchov – ao mesmo tempo que se criam novos mecanismos estatais e públicos para dinamizar o progresso e melhorar consideravalmente a vida do povo soviético».

O dirigente soviético considerou que esta política de renovação foi também adoptada por outros países socialistas, fazendo o socialismo entrar numa nova etapa de desenvolvimento em que revelará completamente o seu potencial criador.

Gorbatchov, com o presidente chinês, Yang Shangkun, à chegada a Pequim

Por seu vez o presidente chinês, Yang Shangkun, destacou que, com este primeiro encontro, as relações entre os dois países começaram a normalizar-se, tendo ambos decidido «riscar o passado e dar início ao futuro, procurando as vias para estabelecer relações de novo tipo na base dos princípios da coexistência pacífica».

Shangkun falou também da reforma e da modernização, e manifestou a sua confiança de que a China, «conduzindo uma política de reformas e de abertura e baseando-se na unidade e abnegação do povo, acabará por superar todas as dificuldades que vier a encontrar no caminho socialista, assim como a pobreza e subdesenvolvimento, e alcançar a meta programada».

Três etapas nas relações

Em síntese, podemos dizer que as relações entre a União Soviética e a China passaram por três etapas diferentes.

A primeira, desde a própria constituição da República Popular da China, em Outubro de 1949, que a URSS foi o primeiro estado Estado a reconhecer, durou praticamente uma década, e caracterizou-se por uma estreita aliança entre os dois países, com expressão muito concreta no Tratado de Aliança assinado em 1950.

Nos anos 60 as relações soviético-chinesas degradam-se rapidamente. Em 1960, na conferência de Moscovo dos Partidos Comunistas, onde se regista um grande debate entre comunistas soviéticos e chineses, chega-se ainda a um compromisso. Mas em 1963, uma troca de cartas entre os Comités Centrais do PCUS e do PC da China, em Junho-Julho, marca a ruptura ideológica do movimento comunista internacional.

Em 1969 registam-se mesmo confrontos armados no rio Ussuri, na fronteira sino-soviética. Em 1979, Pequim denuncia o Tratado de Amizade com a URSS assinado em 1950.

O processo de reinserção da China no movimento comunista internacional, tem a sua história, em que participaram partidos comunistas e operários e países socialistas. Também o nosso Partido se inseriu nesse processo.

Em 1982, a URSS e a China inauguram consultas políticas anuais. Em 1983 reinicia-se o comércio fronteiriço. A partir de 1985, acelera-se o processo de reaproximação mútua, o que sem dúvida tem a ver também com a perestroika soviética. Tal como as consultas políticas inicidas em 1982 se ligam às decisões tomadas no XII Congreso do PC Chinês, que lança a política de modernização do país.

Os passos de aproximação são mútuos, e estão intimamente ligados à própria evolução da realidade internacional, a que a perestroika soviética deu um impulso decisivo.

Em Fevereiro passado as tropas soviéticas deixaram o Afeganistão, no quadro dos acordos de Genebra (até agora não cumpridos pela outra parte). As tropas vietnamitas vão sair do Cambodja em Setembro próximo. Na fronteira soviético-chinesa, abrandou a tensão militar e activou-se um importante comércio fronteiriço, e nos termos dos acordos de 1985, as trocas comerciais entre os dois países deverão elevar-se para 3 mil milhões de rublos, no período de 86-90.

Para esta evolução positiva, contribuiu também a importante redução de um milhão de homens feita há alguns anos pela China nas suas Forças Armadas, o início da destruição, pela URSS, dos seus mísseis asiáticos «SS-20» no âmbito do Tratado INF (destruição de mísseis de médio e mais curto alcance na Europa), o anúncio de que as FFAA soviéticas vão ser reduzidas até ao final do próximo ano em 220 mil homens na sua parte asiática, e o começo, no próprio dia em que Gorbatchov chegou a Pequim, da retirada de uma parte dos efectivos soviéticos da Mongólia.

A cimeira que agora se realiza culmina todo este processo.

Um passo histórico

A assinatura de um documento destinado a lançar as bases das relações bilaterais de um novo tipo entre a China e a URSS e o restabelecimento das relações entre os dois partidos comunistas, deverão ser os principais resultados práticos de uma visita que naturalmente terá profundas repercussões no movimento comunista internacional (30 anos depois da ruptura) e em todo o panorama da realidade internacional.

A URSS e a China são unânimes em considerar que a aproximação é fruto das políticas de reformas lançadas em ambos os países pelos respectivos partidos comunistas. E que definem como prioridade das suas políticas externas «a desideologização, a humanização e a democratização das relações interestatais, a introdução dos princípios da coexistência pacífica, a condenação do hegemonismo, da discriminação e da desigualdade, o desarmamento, o desanuviamento e a regularização dos conflitos».

Estes princípios – de «novo tipo» – deverão estar contidos no documento assinado em conjunto no fim destes históricos encontros em Pequim. E vão imprimir um carácter distinto ao relacionamento mútuo. Diferente da aliança dos anos 50. Radicalmente diferente da prática de hostilidade dos anos 60-70.

A cimeira soviético-chinesa tem contado com reacções de apoio e esperança em todo o mundo, com destaque para países da Ásia, da Índia ao Paquistão, passando pelo Japão. Em todas elas se manifesta a convicção de que a Cimeira é em si um contributo para a paz e a resolução de conflitos a nível internacional e regional.

40 anos de relações

1949 – Proclamação da República Popular da China.
– Mão Tse Tung visita a URSS durante um mês.
1950 – Assinado Tratado de Amizade soviético-chinês.
– **Começa a guerra da** Coreia.
1952 – O chefe do governo chinês, Chu Enlai, visita a URSS.
1953 – Morte de Stáline.
– Armistício da Coreia.
1954 – Nikita Khruchev, 1.º secretário do PC Soviético, desde Setembro de 1953, visita a China.
1958 – Liu Shaoqi, no 8.º Congresso do PCC, proclama a política do «Grande salto em frente» e da «Revolução permanente».
– Encontro em Pequim entre Khruchev e Mão Tse Tung.
1959 – Khruchev visita a China por ocasião do 10.º aniversário da proclamação da República Popular da China.
1960 – Retirada dos técnicos soviéticos da China.
– O presidente da China, Liu Shaoqi, visita Moscovo à frente de uma delegação partidária e governamental.
– Na Conferência de Moscovo dos Partidos Comunistas, onde se regista um primeiro grande debate entre comunistas soviéticos e chineses, chega-se ainda a um compromisso.
1963 – A troca de cartas entre os CC's do PCUS e do PCC's ocorrida em Junho-Julho, marca a ruptura ideológica do Movimento Comunista Internacional.
1964 – Khruchev é substituído na chefia do PCUS por Leonid Brejnev.
– Chu Enlai, chefe do governo chines, é o último alto dirigente de Pequim a deslocar-se a Moscovo, a pretexto das comemorações do 47.º aniversário da Revolução de Outubro.
1967 – Mao Tse Tung lança a «revolução cultural».
1969 – Confrontos armados no rio Ussuri na fronteira Leste sino-soviético.
1976 – Morrem Chu Enlai e Mao Tse Tung.
1977 – Deng Xiao Ping é reabilitado e afirma-se como principal dirigente da China.
1978 – Suspendem-se as conversações soviético-chinesas sobre problemas fronteiriços.
1975 – Pequim denuncia o Tratado de Amizade com a URSS assinado em 1950.
– Tropas vietnamitas entram no Kampuchea em apoio da Frente de Salvação Nacional.
– A China ataca o Vietname.
– Tropas soviéticas entram no Afeganistão a pedido do governo de Cabul.
1982 – URSS e China iniciam consultas políticas anuais.
1983 – Reinicia-se o comércio fronteiriço entre a URSS e a China.
1985 – Gorbatchov torna-se secretário-geral do PCUS.
– Assinado Tratado intergovernamental de comércio entre a URSS e a China para o período de 1986-90, prevendo elevar as trocas a 3 mil milhões de rublos.
1987 – A URSS retira efectivos militares da Mongólia.
– Reatadas as conversações sobre problemas fronteiriços.
– Assinatura do tratado «INF», que prevê a liquidação dos mísseis soviéticos de médio e curto alcance na Ásia.
1988 – Entrevista de Gorbatchov ao jornal chinês «Liao Wang» em que propõe a realização de uma cimeira sino-soviética.
– Acordo de Genebra sobre o Afeganistão.
– O Kampuchea é o tema dominante da 12.ª sessão anual de consultas políticas sino-soviéticas.
– Qian Qichen é o primeiro MNE da China a visitar a URSS em 31 anos. Decidida a realização da Cimeira sino-soviética.
– Gorbatchov anuncia redução das FFAA soviéticas em 500 mil homens. 220 mil serão desmobilizados na parte asiática da URSS.
1989 – Chevardnadze vai a Pequim em Fevereiro. É marcada a visita de Gorbatchov à China de 15 a 18 de Maio.

Avante! — Órgão Central do Partido Comunista Português

Apesar de não terem sido ainda oficialmente identificados os cadáveres aparecidos junto da fronteira portuguesa, parece confirmar-se que o governo fascista de Salazar e a sua polícia política, a PIDE, praticaram mais um odioso crime: o assassinato do general Humberto Delgado e de pessoa ou pessoas que o acompanhavam. Este crime que se junta a muitos outros praticados ao longo de 39 anos de tirania, mostra com evidência a natureza do regime fascista de Salazar e a criminosa cooperação das ditaduras de Portugal e de Espanha.

Os governos de Salazar e Franco tudo farão para ocultar as suas responsabilidades. Ao mesmo tempo qye faze um comprometedor silêncio sobre o caso (...), tentam já acusar os democratas portugueses dum crime que os fascistas praticaram e justificar nessa base novas provocações. Só a luta das forças democráticas portuguesas e a opinião pública internacional poderão conseguir que as circunstâncias do crime sejam completamente esclarecidas e os seus autores castigados. Tal esclarecimento não pode ser confiado aos criminosos e seus cúmplices, ou seja, à Pide e à polícia espanhola. (...)»

(«O Assassinato do General Humberto Delgado — Comunicado do Secretariado do CC do PCP» — «Avante!», VI Série, n.º 355, Maio de 1965)

AVANTE! Proletários de todos os países uni-vos!

«No final do II Festival de Cinema de Lisboa, Fernando Lopes, Augusto Fraga, Manuel Azevedo, Félix Ribeiro, Lopes Ribeiro, Machado da Luz e Leitão de Barros declararam a milhares de espectadores a quem leram a acta dos prémios, que «por unanimidade, deploravam o facto de algumas das longas metragens não terem podido ser exibidas em versão integral». Esta digna posição e as enormes salvas de palmas com que o público sublinhou aquele protesto, são exemplo e apoio que devem ser continuados, em prol do cinema e da cultura nacionais.

Pouco tempo depois a censura cometia novos atentados obrigando a retirar de cena a peça «O Motim», de Miguel Franco, e proibindo no Porto a representação da peça de Cardoso Pires «O Render dos Heróis», em cena em Lisboa.

Os melhores valores da nossa intelectualidade e, em primeiro lugar actores, dramaturgos e encenadores assinaram uma exposição de protesto e manifestaram também a sua solidariedade à actriz Helena Félix, que viu todo o reportório da sua companhia proibido. Só mercê dessa solidariedade lhe foi possível representar «O Pomar das Cerejeiras», de Tchekov, com detestáveis cortes no texto».

(«Cineastas e homens de teatro contra a censura» — «Avante!», VI série, n.º 355, Maio de 1965)

Em Foco

Avante!

Ano 59 – Série VII
N.º 803
18 de Maio de 1989
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

■ *Rui Godinho*

A recuperação do Chiado e a Baixa Pombalina

Pontos 3. e 4. da «Proposta para a Recuperação da Zona Sinistrada do Chiado»

– Álvaro Siza, arquitecto.
26 de Abril de 1989

3. PRINCIPIOS PROGRAMATICOS

A Câmara Municipal de Lisboa estabeleceu os seguintes princípios orientadores do processo de reconstrução do Chiado:

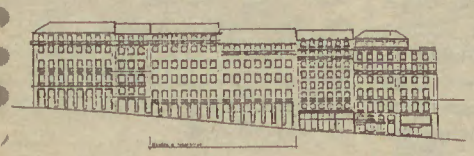
a) deve responder às necessidades de utentes, moradores, trabalhadores, empresários e proprietários; promovendo simultaneamente a revitalização da área atingida pelo incêndio e da zona envolvente, de forma a transformá-la num espaço para viver, trabalhar, adquirir bens e de lazer;

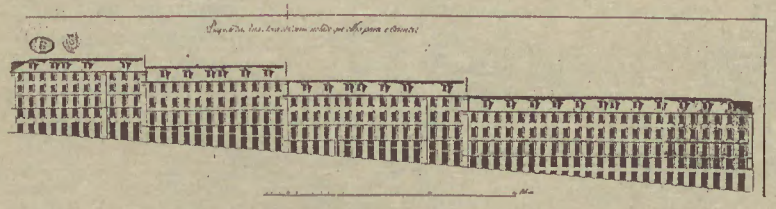
b) não deve ser considerado isoladamente, contribuindo, pelo contrário, para a revitalização urbana da Baixa, cuja problemática deve ser simultaneamente estudada e considerada;

c) deve atender ao enquadramento na área histórico-monumental onde se insere a zona afectada, respeitando a volumetria preexistente e conservando as fachadas de inequívoco valor patrimonial;

d) deve atender à condição do Chiado como charneira entre a Baixa Pombalina e a colina do Bairro Alto, cuja interligação deve ser melhorada;

f) deve estabelecer o condicionamento de uso das áreas a reconstruir segundo os seguintes princípios:





Comércio- visando o regresso das empresas ao local, incluindo comércio de abastecimento diário e promovendo uma inversão da progressiva decadência anterior ao incêndio.

Habitação- com índices de ocupação entre 30 e 40%, predominantemente dos tipos T1 e T2, e de qualidade diversificada.

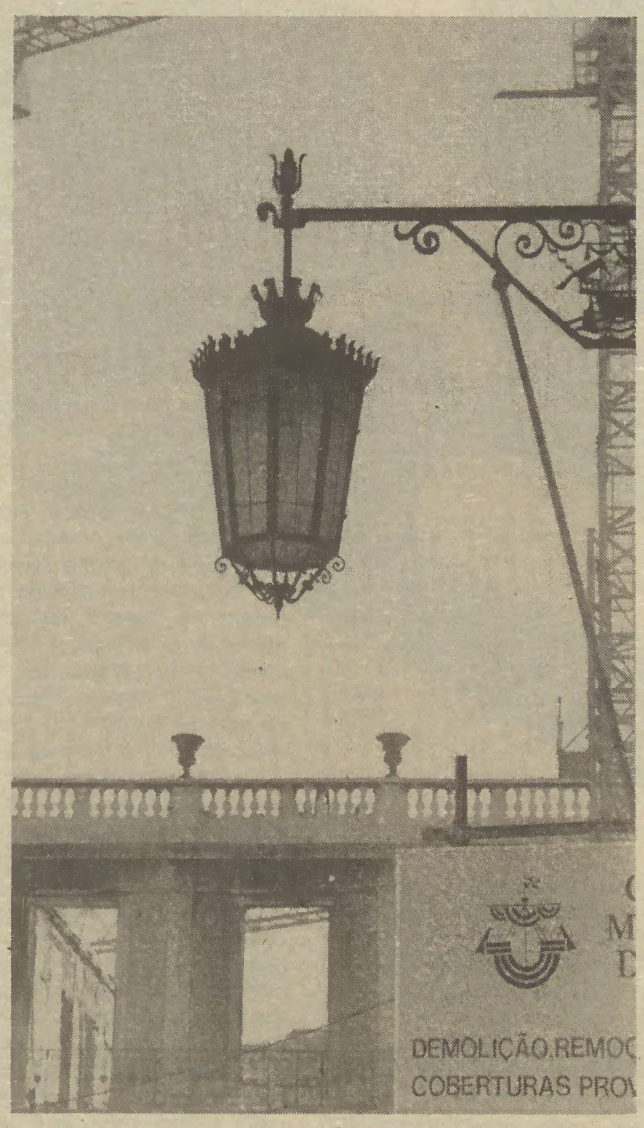
Equipamentos- hotelaria (cafés, pastelaria e eventualmente hotel e restaurante).
Cultura e lazer.

g) deve reduzir as solicitações de trânsito, diminuindo o congestionamento e facilitando o acesso às actividades locais;

h) deve prever estacionamento público para população residente e actividades da zona;

i) deve integrar o estudo em curso de acesso ao ramal do Metropolitano projectado.

➔



A derrota de Abecasis

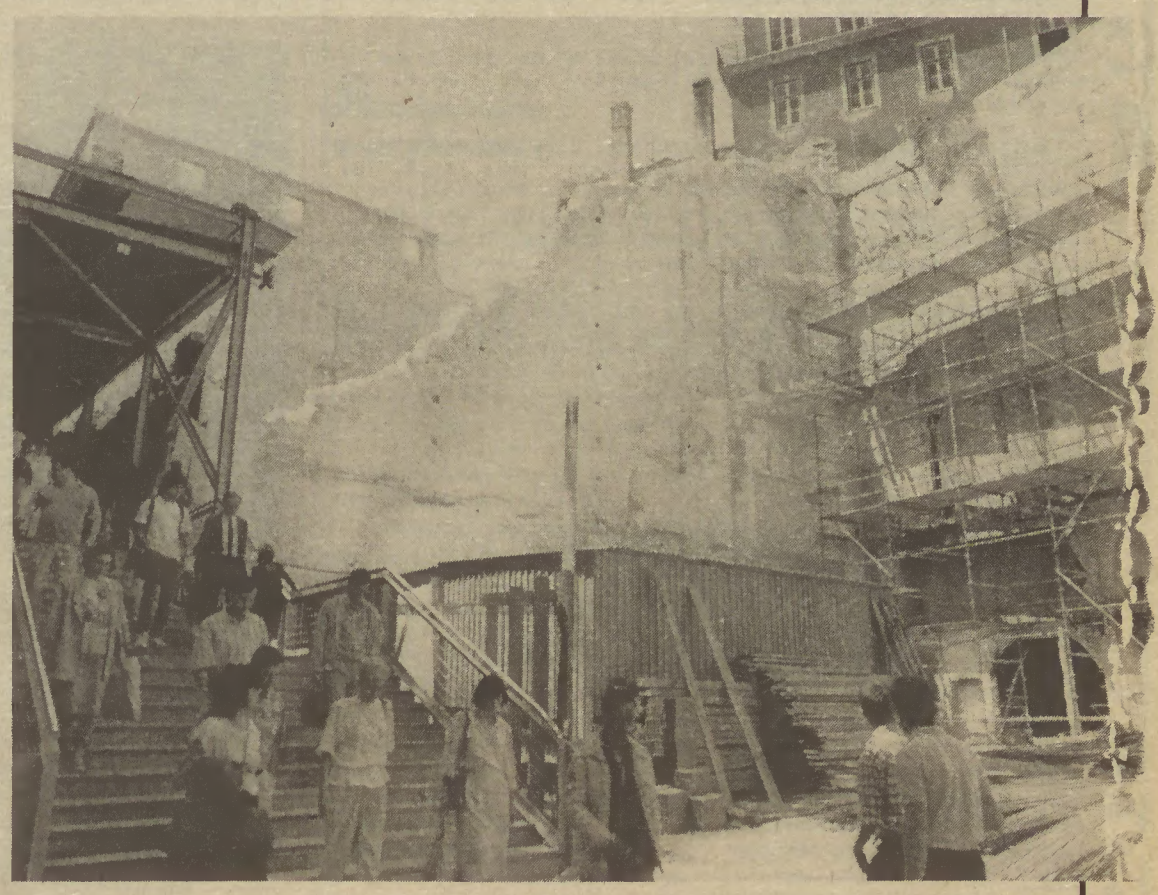
Tenho referido desde o primeiro momento que ao ser obrigado a escolher Siza Vieira para elaboração do Plano Geral de Recuperação da Área Sinistrada do Chiado, o actual presidente da Câmara averbou uma significativa derrota política.

Justifiquei esta leitura, assinalando o facto de ser evidente que a ideia de cidade de Siza Vieira é claramente diferente – mesmo antagónica – de tudo aquilo que Abecasis e a direita defendem e vêm aplicando em Lisboa quase há 10 anos.

Referi também, e mantenho, que a escolha de Siza Vieira significa que tudo aquilo que defendiam e defendem os mais frontais e firmes opositores da prática urbanística de Abecasis – em que a CDU ocupa primeiro plano – estava certo e que, para isso, o convite ao conceituado arquitecto portuense constitui a implícita confirmação disso mesmo, e a rejeição de um tipo de intervenção na cidade que Abecasis patrocinou e defendeu contra os interesses da maioria da população da cidade.

Passados quase 9 meses sobre o incêndio, são já conhecidos os aspectos essenciais do Plano Geral de Recuperação do Chiado, tendo sido mesmo já apresentados publicamente, e confirma-se o que então previ-ramos. O futuro Chiado não terá nada a ver com o tipo de cidade que Abecasis e a direita sempre defen-

➔



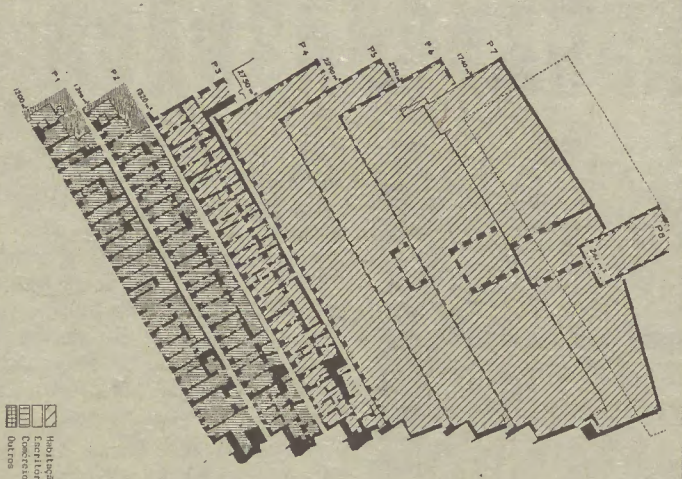
A recuperação do Chiado e a Baixa Pombalina

4. PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO

ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA PROPOSTA

Pretende-se preservar, mais do que os valores do património de cada unidade, o valor ambiental, histórico e arquitectónico da Zona do Chiado. As intervenções tranformadoras referem-se sobretudo a aspectos de definição de programa, de acessibilidade e de ordenação da frente comercial e de equipamentos.

a) abertura de um percurso pedonal entre o tardoz dos edifícios com frente para as ruas Garrett e do Carmo e o muro de suporte da Escola Veiga Beirão, estabelecendo um acesso, através de rampas, à porta lateral Sul da Igreja do Carmo;



b) reabertura de um percurso por escadas entre as ruas do Crucifixo e Nova do Almada;

c) acesso por túnel, com passadeira mecânica, entre a estação do Metropolitano (cruzamento das ruas Garrett e Ivens) e as ruas do Crucifixo e do Carmo;

d) integração das medidas relativas ao trânsito de veículos e ao parqueamento nos estudos em curso para a Baixa Pombalina. Admite-se e preconiza-se a reabertura da rua do Carmo ao trânsito controlado de veículos ligeiros. O parqueamento a prever envolve a utilização controlada das vias públicas, a construção, na periferia da zona, de parques de estacionamento cobertos, de dimensão e localização adequadas, e o aproveitamento de um ou dois pisos do Grandella. Os residentes e comerciantes da Zona poderão dispor de lugares cativos;

e) definição de programa, articulando o uso anterior ao incêndio e as correcções especificadas nos princípios programáticos, numa perspectiva de conservação ou reconstrução das fachadas;

f) recuperação ou reconstrução das fachadas existentes ou demolidas, mantendo as características arquitectónicas originais e seleccionando entre as sucessivas alterações executadas; de um modo geral, confrontando as sobreposições que se verificaram, ou a tardia aplicação de regras Pombalinas, com os alçados-tipo do séc. XVIII, amplamente documentados;

g) conservação das cérceas existentes, sem prejuízo de algumas correcções a especificar;

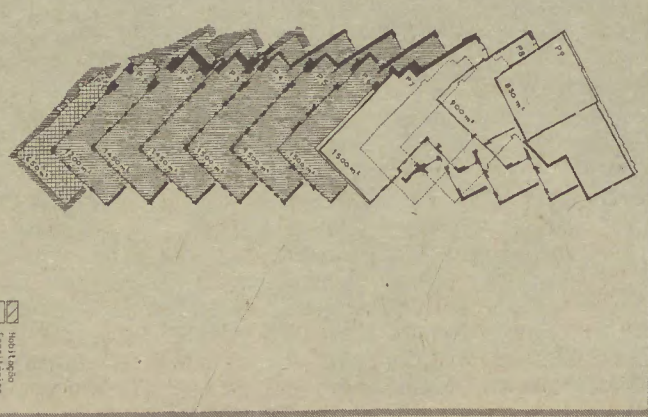
h) manutenção das cotas de piso das construções a reconstruir ou recuperar;

i) melhoria das condições de salubridade dos edifícios a reconstruir ou recuperar, nomeadamente por redução de profundidade;

j) melhoria das condições de segurança e de conforto dos edifícios a recontruir ou recuperar, pela opção de materiais, elementos construtivos e esquemas distributivos;

l) reutilização do Chiado como hotel, programa considerado indicado para uma adaptação à estrutura espacial existente, de grande interesse arquitectónico;

m) recuperação das fachadas do princípio de século do Grandella, reinterpretando o espaço interior destruído para um programa misto e variado (comercial, escritórios, equipamentos para cultura e lazer).



deram e puseram em prática, sendo mesmo antagónico, em muitos aspectos, à desumanização da cidade de vidro e de betão, de terciário (escritórios e centros comerciais) com elevadíssimos índices de ocupação que durante quase dez anos de verdadeira loucura quase destruíram Lisboa e a transformaram num autêntico pesadelo para quem nela vive e trabalha.

O futuro Chiado

O futuro Chiado será assim, em linhas muito gerais, um projecto que prosseguirá objectivos de revitalização urbana da área atingida pelo incêndio e zona envolvente de forma a transformá-la num espaço simultaneamente para viver, trabalhar, para cultura e lazer e para adquirir bens. Contribuirá também para a revitalização urbana da Baixa, quer pela indução de acções de reanimação, quer como zona-piloto para futuras intervenções.

Além disso, o futuro Chiado respeitará o seu enquadramento na área histórico-monumental onde se insere a zona afectada, respeitará também as volumetrias existentes e conservará as fachadas que têm inequívoco valor patrimonial.

Em termos de estrutura funcional haverá uma significativa alteração com a adopção de índices de ocupação com habitação entre 30 e 40%, com uma garantia de que o comércio terá características idênticas ao existente antes do incêndio (visando o regresso das empresas ao local) e inclusive comércio de abastecimento diário para apoio à habitação a instalar. Reduzir-se-á, ao mínimo estritamente necessário, as áreas para armazenagem.

Quanto aos equipamentos prevê-se a construção de um hotel até 100 quartos no edifício dos Armazéns do Chiado, aproveitando a sua vocação inicial – foi um convento – e o edifício do Grandella deverá ter actividades comerciais em combinação proporcionada com actividades culturais e de lazer, por forma a poder funcionar como elemento de reanimação da Baixa Pombalina.

Pontos ainda não definitivamente esclarecidos são os que dizem respeito à forma que deve revestir a abertura da circulação na Rua do Carmo e o estacionamento e acesso ao hotel.

A solução que nos parece mais razoável respeita a transformar a Rua do Carmo exclusivamente em circuito pedonal com possibilidades de acesso condicionado de veículos para cargas e descargas e, obviamente, bombeiros.

Um outro aspecto interessante, e que também rompe com a prática destes 10 anos de predomínio da direita no Município, diz respeito à possibilidade de estabelecer espaços verdes e ajardinados no interior de dois importantes quarteirões (o do Eduardo Martins e o do José Alexandre) com evidentes benefícios de ordem ambiental.

A posição da CDU, os trabalhadores e os comerciantes

Os vereadores da CDU na Câmara de Lisboa aprovaram o Plano Geral de Recuperação do Chiado apresentado por Siza Vieira, já que ele cumpre na sua quase totalidade todas as linhas programáticas que a CDU havia apresentado como proposta em 14 de Fevereiro, tendo sido mesmo a única força política a fazê-lo.

Tais linhas programáticas foram sujeitas a discussão entre a Comissão de Vereadores para o Chiado e Siza Vieira em duas reuniões de trabalho realizadas em 13 e 26 de Abril, tendo este incorporado na sua totalidade na sua sua proposta de Plano Geral, o documento que tínhamos apresentado.

A Câmara Municipal, reunida em sessão extraordinária em 3 de Maio, aprovaria posteriormente por unanimidade, tal proposta.

No entanto, com a aprovação de um bom Plano Geral não ficam resolvidos todos os problemas decorrentes do incêndio do Chiado.

Com efeito, permanecem sem solução adequada os problemas dos trabalhadores e dos comerciantes.

Quanto aos primeiros, não está a ser cumprida a decisão da Câmara de defender intransigentemente os postos de trabalho e o Governo, ao transformar o subsídio de emergência em subsídio de desemprego, demonstra uma clara vontade política de sancionar despedimentos, o que se rejeita em absoluto.

No que toca aos comerciantes, nenhuma garantia segura lhes foi dada quanto à forma e condições em que poderão recomeçar as suas actividades no Chiado após a recuperação. Abecasis fala num vago «acordo de cavalheiros» que não tem qualquer força legal e que, quer os comerciantes quer os proprietários, denunciam como inexistente.

Mantenho que sem a resolução destes problemas, a recuperação do Chiado não ficará completa e, se for mal resolvido, será uma recuperação amputada.

Do Chiado para a Baixa Pombalina

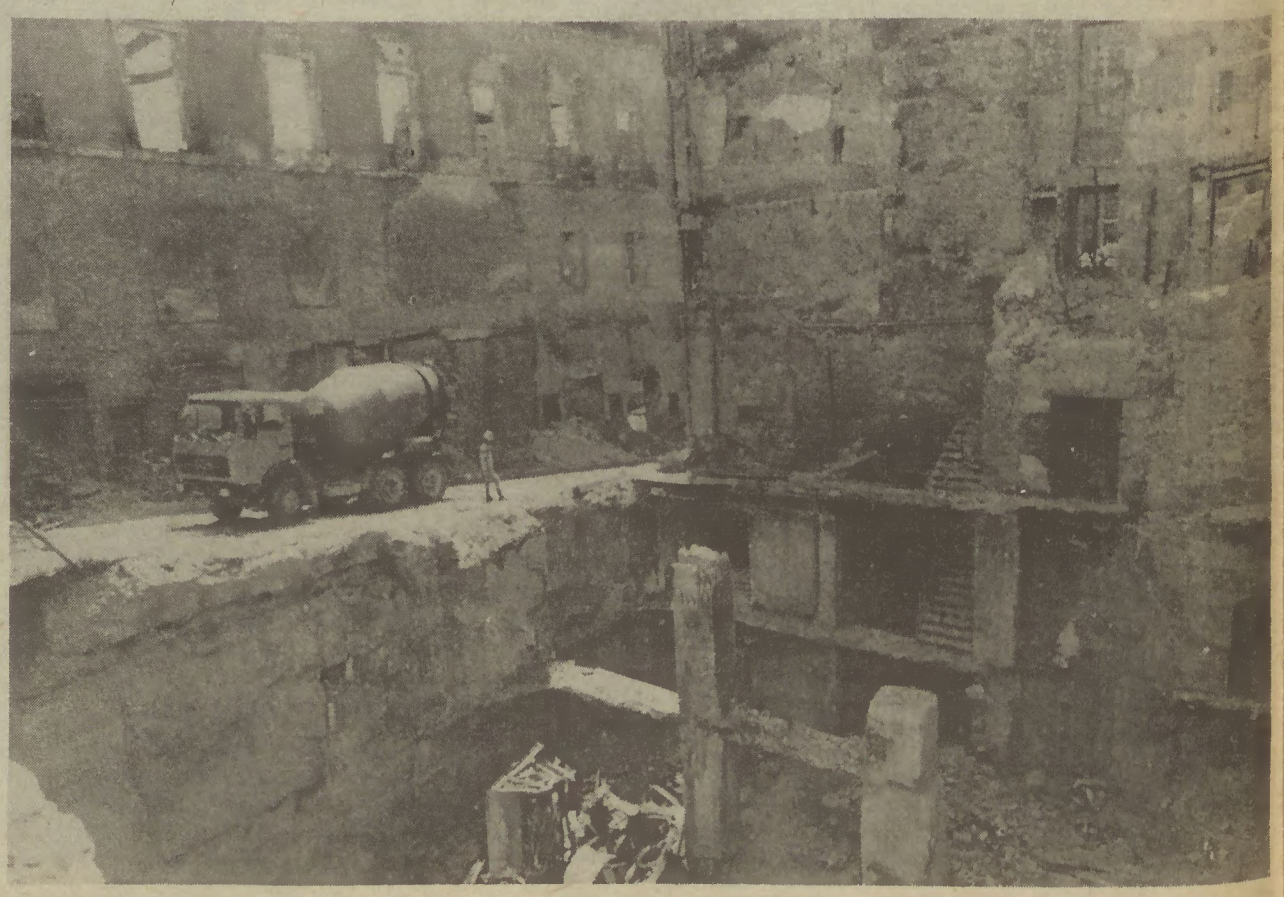
Voltando ao Plano Geral de Recuperação do Chiado de Siza Vieira, após a sua conclusão, os proprietários dos edifícios deverão seguir tal plano e o seu regulamento na encomenda de elaboração dos projectos de execução que se seguirão.

Isto implica a elaboração de um regulamento muito claro, a aprovar pela Câmara Municipal, em complemento do Plano-Imagem que Siza Vieira já apresentou e a Câmara aprovou para que todos – Câmara, IPC, proprietários e população de Lisboa – percebam com clareza quais são as regras que balizarão as intervenções futuras.

Além disso, a CDU defendeu e a Câmara aprovou que, até final de Maio, fosse realizado um debate público, aberto à população e às Juntas de Freguesia da área, sobre o Plano Geral já aprovado.

Finalmente, penso que não se pode deixar perder esta oportunidade de intervir adequadamente na Baixa Pombalina no sentido de a reabilitar e reanimar, a partir do Chiado, para que este não se transforme numa «ilha».

Pessoalmente já defendi, e mantenho, que a Câmara Municipal de Lisboa deverá convidar o arquitecto Siza Vieira para alargar a sua área de intervenção e ampliar o seu trabalho com a elaboração de um verdadeiro Plano de Salvaguarda e de Reabilitação urbana para toda a Baixa Pombalina. ■



■ *Fátima Garcia*

Assédio sexual nos locais de trabalho

Em 1986, o Comité para a Igualdade da Comunidade Europeia encomendou um estudo sobre a situação de assédio sexual nos locais de trabalho, sua extensão, consequência, motivos.

Nessa altura, em Portugal, nada se conhecia, nenhum organismo oficial ou organização possuia elementos que permitissem ter uma ideia do que sobre este problema se passava no nosso país e assim o estudo apresentado à Comunidade Europeia nada refere.

Todavia, o problema ficou em aberto, a realidade do nosso dia a dia mostrava que este fenómeno não era só dos outros mas que também por cá se verificava, e assim dando seguimento a resoluções do Parlamento Europeu lançou-se mãos à obra.

A CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego – encomendou um inquérito nacional que permitisse conhecer a dimensão e gravidade do problema. Porém, as Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão da Condição Feminina (ONG) consideraram que para além de o conhecer seria preciso discuti-lo, trazê-lo à luz do dia, desbloquear inibições, abanar as convenções que o permitam e assim decidiram promover um seminário sobre o tema que se realizou em Lisboa em 6 e 7 de Maio.

O que é o assédio sexual?

Tendo em consideração ser a primeira vez que em Portugal se discutia este tema, as ONG adoptaram como definição de assédio sexual a que constava no relatório da CEE «qualquer conduta ou manifestação, verbal ou física, de natureza sexual ou conotação sexual, que não é desejada.»

O assédio sexual pode revestir diversos aspectos. São os comentários à maneira de vestir, à beleza física ou a uma parte do corpo, são os olhares lascisvos que parecem despir uma pessoa são as propostas explícitas ou não, são os contactos físicos que vão do toque à violação.

Este tipo de comportamento verifica-se nas mais diversas situações, na rua, num café, num transporte público. No entanto, assume particular importância no mundo do trabalho, pelas implicações que traz.

O assédio sexual não é uma brincadeira nem um comportamento romântico. Não se trata de modo algum de uma relação de amizade, de uma relação livremente assumida nem se deve confundir com sedução ou com o jogo lúdico amoroso. É uma forma de violência, um atentado à dignidade e direitos da pessoa a quem se destina, uma prática discriminatória baseada no sexo.

O que leva ao assédio sexual?

É evidente que o assédio sexual se pode fazer nos dois sentidos, do homem sobre a mulher e desta sobre o homem. Porém, pela forma como a sociedade está organizada e tendo o assédio sexual subjacente uma relação poder-sujeição, este recai sobretudo sobre a mulher, e daí a abordagem sobre o assédio sexual nos locais de trabalho ser feita numa perspectiva feminina.

Existe uma contradição evidente na apreciação da imagem e do papel da mulher na sociedade. Na lei está consagrada a igualdade de direitos e oportunidades. Porém, a maioria dos cargos de chefia pertence a homens, mesmo nos sectores onde a maioria dos trabalhadores são mulheres. As mulheres têm menos possibilidades de acesso ao emprego e representam 57% dos desempregados. São apenas 10% dos trabalhadores que concluem cursos de formação e ganham 70 a 75% dos salários dos homens.

Na prestação de trabalho a tempo parcial, as mulheres representam 4,2% enquanto os homens são 2,3%.

Na escola, mesmo depois do 25 de Abril, não houve até hoje uma atenção cuidadosa para o tratamento dos aspectos da igualdade.

Os manuais escolares continuam a veicular ideias sexistas e a contribuir para a existência de estereótipos sociais.

A publicidade representa a mulher sedutora como veículo privilegiado de uma sociedade de consumo. Os detergentes são usados pela mulher, os electrodomésticos são carinhosamente oferecidos pelos maridos à sua mulher, os brozeadores resultam especialmente no corpo feminino. A mulher veste mini-saias para vender automóveis, calça sapatos de salto alto para encerar o chão, veste fato de baile para engomar. No final do dia, depois de lavar, arrumar, tratar dos filhos e da casa ela aparece fresca ao seu marido por obra de um qualquer desodorizante. No entanto, a mulher é considerada pela comunicação social como provocadora e culpada da situação que existe na empresa e no quotidiano.

Com toda esta pressão, o homem sente-se, no geral, com o «direito» de assediar a sua colega, a sua subordinada, a sua vizinha ou uma qualquer mulher que com ele se cruze.

Qual a situação em Portugal?

No Seminário das ONG, a CITE apresentou um relatório provisório do inquérito realizado. Das conclusões a que já se chegou, verificou-se que 35% das mulheres inquiridas referiram ter sido vítimas de assédio, uma ou mais vezes, ágravando-se a situação entre as trabalhadoras com contratos a prazo.

Este comportamento aparece com mais frequência junto das mulheres mais jovens, solteiras e divorciadas. Verifica-se que, ao contrário do que à priori se pensava, o factor principal não é a beleza física mas as camadas mais vulneráveis e os episódios de maior gravidade passam-se quando a vítima está sozinha.

Sendo os colegas aqueles com quem as mulheres no seu local de trabalho mais contactam, são estes os autores mais comuns de assédio. Mas as situações agravam-se quando partem de superiores hierárquicos, havendo portanto dependência profissional, chegando-se nestes casos à chantagem sobre a mulher pondo em causa o seu posto de trabalho, a sua promoção.

Perante estas situações, 43% das mulheres assediadas afirmam não reagir. No contexto do trabalho a maior percentagem prefere sair ou pedir transferência. Algumas falam sobre o assunto com colegas, raras são as que se dirigem aos sindicatos.

Estas trabalhadoras afirmam-se impotentes para levar a cabo uma reacção mais enérgica por falta de apoio formal, nomeadamente legislativo, e têm medo de ser acusadas de terem provocado a situação. Por outro lado receiam as consequências. No entanto, concluiu-se que a mulher não se considera individualmente culpada ou causadora destes comportamentos, refere sim que este resulta da sua condição de mulher.

A situação de assédio sexual em Portugal, é portanto uma situação grave e generalizada.

Poderíamos agora perguntar se esta gravidade se restringe a Portugal onde as condições sociais se vêm agravando e tendem a agravar-se com a política desenvolvida pelo governo PSD. Infelizmente podemos afirmar que não. O relatório apresentado à Comunidade mostra números bem esclarecedores. Em Espanha 84% das mulheres inquiridas referiram terem já sido vítimas de assédio, na Bélgica esta percentagem é de 34%, em Inglaterra de 51% e na Holanda de 58%.

Que consequências tem o assédio sexual nos locais de trabalho?

O assédio sexual nos locais de trabalho tem como primeira consequência o agravamento das situações de desigualdade de tratamento e oportunidades entre homens e mulheres no emprego. Por outro lado, os ambientes poluídos por este fenómeno tornam-se na maior parte das vezes hostis.

Como já vimos, as mulheres vítimas de assédio, no geral, não falam deste problema, interiorizam-no e vivem-no em intensa solidão. Falar nele no local de trabalho pode trazer-lhe pesadas consequências, falar nele em casa pode provocar grandes incompreensões.

Acabar com o problema

Perante este peso, a saúde da mulher acaba muitas vezes por se ressentir. Ela passa a sofrer de ansiedade, de tensão psicológica, fadiga, insónias, enxaquecas, etc. No local de trabalho passa a ter dificuldades de concentração, reduz a eficácia no trabalho, prova quebras de produtividade, conduz ao absentismo. Em situações extremamente graves a mulher chega a pensar no suicídio como a única saída.

Para um pleno desenvolvimento das suas capacidades, a mulher tem direito a um ambiente livre do risco de assédio sexual. A entidade patronal e as hierarquias têm o dever de manter os locais de trabalho livres do assédio sexual o que exige medidas disciplinares e meios que lhes permitam queixar-se sem temer as consequências.

Que medidas implementar para acabar com o problema?

Nas conclusões do Seminário, as ONG apontaram propostas de medidas a implementar pelo governo, pelo movimento sindical e também no campo legislativo. Concluiu-se que a legislação deve consagrar expressamente a noção de assédio sexual no trabalho. A legislação deve reconhecer o direito a condições e a um ambiente de trabalho que respeite a dignidade e a integridade física e psicológica e prever sanções suficientemente eficazes e dissuasoras.

Já hoje a Constituição da República diz que são tarefas fundamentais do Estado garantir os direitos e liberdades fundamentais e promover a igualdade real entre os portugueses e a efectivação dos direitos económicos, sociais e culturais. Trata-se portanto de dar resposta a este caso em concreto.

Concluiu-se também que o Governo deverá promover campanhas de informação capazes de sensibilizar o público para o problema, e divulgar os direitos e meios judiciais de recurso; apoiar as organizações de mulheres que desenvolvem acções neste domínio; assegurar um sistema de ensino não sexista e através do qual se promova uma educação em e a favor da igualdade

Os sindicatos devem ter um papel mais activo no combate aos preconceitos e tabus quer no seu seio, quer nos locais de trabalho, procurando, através das convenções colectivas de trabalho, introduzir medidas concretas que melhorem as condições de trabalho e contribuam para um ambiente não poluido pelo assédio sexual. ■

URSS vai retirar mais 500 cabeças nucleares da Europa

A União Soviética decidiu retirar mais 500 cabeças nucleares da Europa. Decisão divulgada nestes dias, em Moscovo, aquando da visita do secretário de Estado norte-americano, James Baker, à capital soviética, para conversações com Mikhail Gorbatchov.

Mais um passo muito concreto na dinâmica política de desarmamento impulsionada pela União Soviética. E que de forma alguma se resume a gestos de boa vontade, dirigidos aos governos da NATO e aos movimentos de massas pela paz.

Estas medidas de desarmamento unilateral, para além do seu conteúdo político, têm ainda reais implicações práticas. Essa é, por exemplo, a opinião, de Sam Nunn, que preside à Comissão das questões militares do Senado norte-americano, que considera que a retirada de seis divisões blindadas da RDA, Checoslováquia e Hungria não é negligenciável, porque concede aos países da NATO um tempo de alerta suplementar de sete dias e reduz o risco de uma agressão de surpresa.

Ou seja, são medidas que se inserem directamente na lógica da política militar soviética e dos países do Tratado de Varsóvia, de **«suficiência razoável»**, e assumem-se como **contribuições concretas para o estabelecimento de um clima de confiança** indispensáveis a qualquer processo de desarmamento.

A decisão soviética de retirar mais 500 cabeças nucleares da Europa, de par de planos conhecidos de corrida aos armamentos dos Estados Unidos e à inércia de Washington quando é de avanços nos caminhos da paz que se trata (inércia que tem a outra face na dinâmica das decisões e acções intervencionistas, como se constata agora em relação ao Panamá) – testemunha uma outra vez que estamos perante **duas estratégias de fundo.**

Com uma particularidade, que importa ter sempre presente. **A estratégia da paz é a única que corresponde às realidades do nosso século.** E por isso mesmo o seu campo de acção abarca toda a actividade de forças progressistas, penetra até em sectores significativos do próprio domínio político do capital.

Pois é de sobrevivência que se trata.

«Este mundo continua a mudar em todas as partes que o integram» – disse Gorbatchov no importante discurso pronunciado na ONU em Dezembro de 1988. **«O aparecimento da arma nuclear apenas velo acentuar, de forma trágica, o carácter fundamental destas mudanças. Como símbolo material e portador da força militar absoluta, a arma nuclear também pôs a nu os limites absolutos desta força».**

A consciência destes limites e do momento-charneira que vivemos, enforma hoje a política externa dos países da comunidade socialista, mobiliza milhões de pessoas por todo o mundo, reflecte-se na própria popularidade dos dirigentes que avançam propostas fundamentais de desarmamento, como é o caso de Gorbatchov, condiciona processos eleitorais em países capitalistas, e atinge mesmo sectores do capital.

O carácter imperioso que hoje assumem os objectivos e a luta pela paz, não deve entretanto levar-nos a escamotear as dificuldades e resistências. Antes pelo contrário.

NATO e EUA

São hoje conhecidas e públicas claras **divergências no seio da NATO, em particular em relação à questão dos mísseis na Europa.** Um facto tanto mais significativo quanto – no caminho que haveria de conduzir à assinatura dos acordos para liquidação de mísseis na Europa – se tornaram públicos, então, alarmes com o desarmamento... que apesar disso alguma coisa avançou, com os históricos acordos de Washington.

A verdade, entretanto, é que tanto os Estados Unidos, como a NATO enquanto organização, continuam de facto, e através de actos concretos, a apostar na política da força e na corrida aos armamentos.

Em Março de 1988, os chefes de Estado e de **governos da NATO**, reunidos em Bruxelas, afirmavam que a considerada (pela NATO) «superioridade» do Tratado de Varsóvia no domínio das armas clássicas não era a única razão da presença de armas nucleares em território europeu. **Mesmo que a «paridade clássica» seja consagrada por tratado, a arma nuclear continuaria a jogar o seu papel «dissuasor».** A aposta nuclear é clara – em significativo e aberto confronto com uma compreensão cada vez mais generalizada de que tal aposta é hoje um absurdo, em nome do direito à vida de todos nós, enquanto Humanidade.

A aposta nuclear está bem longe de se cingir ao manter de algumas armas como ameaça potencial, «dissuasora». A realidade é outra. **O que está em causa é o prosseguimento da corrida aos armamentos.**

Poucos dias antes da visita de Baker à URSS e da deslocação do ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Chevardnadze, a Bona, o marechal Serguei Akhromeev, conselheiro de Gorbatchov, e antigo chefe do Estado-Maior General das FA soviéticas, avisou que «se o míssil Lance-2 for desenvolvido pelos Estados Unidos e implantado na Europa, criar-se-ia uma situação totalmente inaceitável para a URSS».

«A posição soviética reduz-se a que não deve haver qualquer modernização dos sistemas nucleares tácticos na Europa», disse também Akhromeev que sublinhou não serem estes «apenas constituídos por mísseis, como afirmou o secretário da Defesa norte-americano, Richard Chney» na recente sessão do grupo de planeamento nuclear da NATO, «mas **também** por **aviões portadores de armas nucleares** e **artilharia nuclear**».

A verdade é que se os Estados do Tratado de Varsóvia têm 1608 rampas de lançamento de mísseis tácticos e a NATO apenas 136, esta possui 4075 aviões tácticos de choque, cerca de 1292 mais que o Tratado de Varsóvia, além de 6 mil peças de artilharia capazes de utilizar munições atómicas, o que dá um número de vectores nucleares aproximadamente idêntico para as duas organizações militares.

Isto para referir números gerais, que importa ainda avaliar na sua relatividade, numa situação em que desde há muito se ultrapassou a capacidade de destruição total do planeta.

A iniciativa soviética de desmantelamento de mais de 500 cabeças nucleares na Europa assume um carácter de princípio. Não é pela modernização de armas que se avança para um mundo mais seguro. Muito pelo contrário.

Essa consciência entretanto ainda não chegou à NATO. Não só porque se arrasta uma perigosa cegueira em relação às realidades actuais, mas porque para os seus dirigentes, **não é de segurança que se trata. Mas de uma supremacia que supostamente lhe permitiria ditar as leis no mundo.**

Os caminhos da paz que têm vindo a ser trilhados demonstram, entretanto, que **é possível avançar**, que é possível fazer um presidente americano declarar que ninguém ganharia uma guerra nuclear, que é possível mesmo enveredar pelos caminhos do desarmamento.

Mas que tudo isto exige luta aturada e fortes acções de massas pela paz. O centrar de lutas – hoje – em que a modernização de mísseis na Europa não seja possível (com influência muito clara ao nível dos governos da NATO), acompanhando a política de paz da URSS e da comunidade socialista, reforça as perspectivas de avanço no caminho do desarmamento, impedindo também os recuos programados pela NATO e o Pentágono. ■

Negociar armas nucleares tácticas

A declaração que divide a NATO

Em 11 e 12 de Abril de 1989, em Berlim, realizou-se uma sessão do Comité dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados Membros do Tratado de Varsóvia, em que se avançou com uma importante proposta, aos países da NATO, de negociações sobre as armas nucleares tácticas na Europa.

Pela sua oportunidade e importância neste momento, transcrevemos aqui parte da Declaração aprovada em Berlim.

«Os Estados socialistas aliados estão convictos de que a estabilidade e a segurança na Europa não podem ser garantidas e o perigo de um ataque de surpresa não pode ser definitivamente eliminado se, no continente europeu, permanecerem armas nucleares tácticas. Elas representam um grande potencial destrutivo e podem tornar-se um motivo de eclosão de um conflito nuclear total, com todas as consequências daí resultantes. No caso da utilização de armas nucleares na Europa, o continente transformar-se-ia num deserto radioactivo. A conservação, a modernização ou o aumento das armas nucleares tácticas desestabilizaria, em escala crescente, a situação estratégico-militar na Europa e seria incompatível com os esforços orientados para a solução dos problemas de desarmamento no continente.

«Neste contexto, os Estados Membros do Tratado de Varsóvia propõem aos Países Membros da Aliança do Atlântico Norte que, num futuro próximo, sejam iniciadas negociações à parte sobre as armas nucleares tácticas na Europa, inclusive as componentes nucleares dos meios de utilização dupla. Eles estão convictos de que medidas práticas no domínio da redução dos armamentos convencionais e das armas nucleares tácticas se complementariam, uma com a outra, no processo de redução da confrontação militar de ambas as alianças e que, desse modo, reforçariam os seus efeitos (...) A resolução desta tarefa favoreceria reduções profundas nas armas nucleares estratégicas e, no futuro, a eliminação total e universal de todas as armas nucleares.» ■

URSS-EUA

O reatar do diálogo

«O principal, talvez, consiste em ter terminado a pausa no diálogo bilateral e que as conversações prosseguirão», é o comentário de Viktor Karpov, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, à visita de Baker à URSS.

Pode parecer um balanço pobre, mas a verdade é que esta curta síntese significa que se mantêm abertos os caminhos do diálogo entre a União Soviética e os Estados Unidos e simultaneamente se avança em conversações em domínios essenciais.

Com a perspectiva que todo o passo em frente em qualquer domínio de desarmamento, influi positivamente nos outros domínios e assume assim uma dimensão política que o ultrapassa.

Durante a visita a Moscovo do secretário de Estado norte-americano, foi anunciado que as conversações sobre armas estratégicas irão recomeçar em Genebra entre os dias 12 e 19 de Junho. As negociações sobre os testes nucleares começarão no dia 26 do mesmo mês e, também em Junho, devem recomeçar as consultas sobre o respeito pelo tratado DAM (defesa anti-mísseis), estreitamente relacionado com um acordo para redução de armas estratégicas.

Objectivamente isto significa **retomar os passos já delineados em Washington**. Importa aqui relembrá-los.

Os EUA e a URSS concordaram, em princípio, em **reduzir para metade os seus potenciais nucleares estratégicos**, com a observância estrita do Tratado ABM.

O acordo de «dupla opção zero», assinado em Washington, afecta apenas 5% das armas nucleares, e a sua importância – histórica – é sobretudo de carácter político, pois com ele se abre, pela primeira vez, o caminho ao desarmamento.

Mas **no caso das armas estratégicas ofensivas, trata-se de sistemas de armas que perfazem 90% do potencial nuclear de ambas as partes**. Uma redução de 50% ainda não elimina a capacidade de «overkill», ou seja, a capacidade de exterminio mútuo, pondo em causa a sobrevivência da Humanidade (!). Mas sem dúvida criaria as condições para modificar de tal forma a realidade política mundial, que o caminho estava aberto para avançar decididamente no caminho do desarmamento.

Na **Europa**, trata-se de reduzir as forças armadas e armamentos de ambas as partes para um nível tal, que garanta a capacidade defensiva e exclua a capacidade de ataque de surpresa e, finalmente, a capacidade de ataque em geral.

A proibição mundial das **armas químicas** e a destruição das existências actuais, coloca-se na ordem do dia, tanto mais quanto as armas químicas são, depois das nucleares, as mais perigosas e devastadoras.

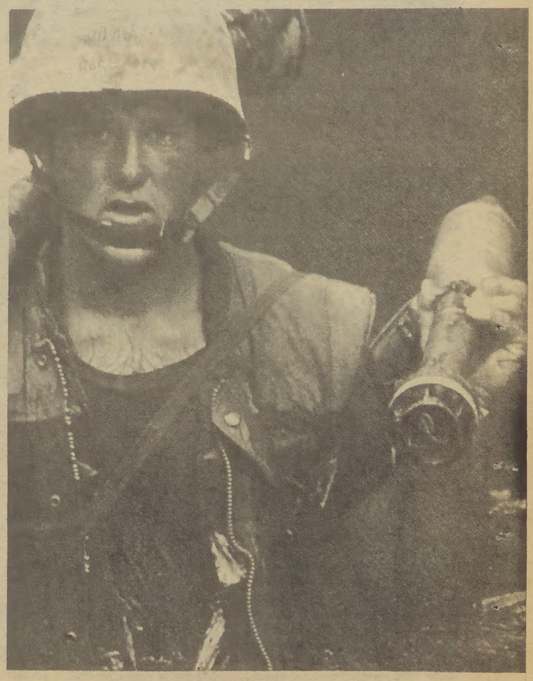
Ponto fulcral na luta por mais segurança e pelo desarmamento é a questão – a ser agora retomada em Junho – da limitação e proibição dos **testes nucleares**. Note-se que pôr em causa os testes nucleares é na prática pôr em causa as próprias possibilidades de modernização do armamento nuclear.

O retomar de algumas destas questões centrais em Junho – agora definido nos encontros de Moscovo – não garante só por si avanços substanciais. Mas na dinâmica de um processo em que se interligam uma decidida política de desarmamento da comunidade socialista e uma empenhada batalha popular pela paz, difícil se torna, e cada vez mais, aos meios agressivos do capital, defender posições contra o desarmamento.

Em Reikjavik, Gorbatchov questionou – **«Pergunta-se: que necessidade haverá de proteger a "liberdde da América" e dos seus amigos contra os mísseis nucleares soviéticos, se estes mísseis deixarão de existir?».**

Isto também se aplica, naturalmente, aos projectos da NATO de novos mísseis na Europa. E não há nenhuma fórmula propagandística, por mais elaborada, que possa dar resposta à pergunta de Gorbatchov, que é a pergunta do mais elementar senso comum.

Uma questão ainda agora reforçada com a decisão soviética de mais uma redução unilateral de armamento nuclear. ■



Werner Krolikowski ao «Avante!»

O interesse pelo que se passa nos países socialistas está cada vez mais na ordem do dia. Por boas ou más razões — o desejo em conhecer as evoluções em curso e genericamente identificadas com a *perestroika* ou as renovadas tentativas para fazer crer no falhanço do socialismo através das maiores deturpações — todos os dias se fala da Europa oriental, quase sempre por interposta pessoa.

Mas o que pensam os próprios do que se passa no seu país e das grandes questões internacionais?

Esta a questão, desdobrada em várias perguntas, que o «Avante!» colocou ao camarada Werner Krolikowski, membro do Bureau Político e Secretário do Comité Central do PSUA e membro do Conselho de Estado da RDA, que recentemente visitou Portugal a convite do PCP.

Sem a pretensão de ter esgotado o assunto — longe disso — cremos que o resultado não deixará de ser um contributo para o esclarecimento dos leitores.

A RDA prossegue com êxito no caminho da construção da sociedade socialista

«Avante!» — O progresso social e económico é uma aspiração legítima de todos os povos. Como caracteriza, neste âmbito, a situação existente na RDA?

Camarada W. Krolikowski — A República Democrática Alemã comemora no dia 7 de Outubro de 1989 o 40.º aniversário da sua fundação. Em todos estes anos foram realizadas sob a direcção da classe operária com a sua vanguarda revolucionária — o PSUA — à frente, em firme aliança com o campesinato, os intelectuais e os outros trabalhadores, obras verdadeiramente históricas na construção do socialismo.

O nosso partido marxista-leninista, estando à altura das suas tarefas, sempre debateu amplamente as conclusões necessárias para um avanço com êxito, tomou as decisões respectivas e realizou-as em conjunto com o povo. O VIII Congresso do PSUA, que se realizou no ano de 1971, iniciou uma etapa qualitativamente nova no desenvolvimento da RDA como Estado socialista dos operários e camponeses. O curso da nossa estratégia social seguido a partir daí, a unidade da política económica e social, a ligação das vantagens do socialismo com as conquistas da revolução científico-técnica, a orientação no sentido da reprodução intensivamente alargada, fez-nos avançar com êxito no caminho da configuração da sociedade socialista avançada. Esta política dirigida ao bem-estar do povo é apoiada activamente pelos trabalhadores. Desde 1971 registamos um crescimento anual médio do rendimento nacional de mais de 4 por cento. A produção industrial de mercadorias subiu de forma significativa, tendo aumentado de 1971 a 1988 aproximadamente duas vezes e meia. A produtividade de trabalho ao nível da economia nacional, expressa no rendimento nacional produzido por cada trabalhador nos sectores produtivos, passou de 17.884 marcos no ano de 1970 para 36 749 marvos no ano de 1987, tendo assim mais do que duplicado.

Graças ao desenvolvimento dinâmico e contínuo da economia nacional pode-se realizar no referido período um aumento significativo do nível de vida material e cultural de todo o povo no seu conjunto. Até 1990 resolveremos a questão habitacional como problema social. Mais de 3,5 milhões de habitações serão até essa data construídas ou modernizadas. 10,5 milhões de cidadãos recebem, através desta política habitacional, uma casa moderna com renda baixa estável que, em média, corresponde a 4 por cento do rendimento familiar.

Simultaneamente foram criadas muitas escolas novas, centenas de milhares de lugares em creches e jardins infantis e muito mais. O rendimento real do cidadão duplicou. O mesmo acontece também com o volume do comércio a retalho. As pensões de reforma dos veteranos do trabalho foram aumentadas várias vezes. Numa palavra: a RDA desenvolveu-se com êxito em todos estes anos.

Presentemente os trabalhadores realizam, no âmbito da emulação socialista em honra do 40.º aniversário da RDA, grandes esforços para cumprir e exceder o plano da economia nacional para 1989.

«Até 1990 resolveremos a questão habitacional como problema social»

A situação da RDA também é determinada pelo facto de se realizarem os preparativos das eleições para as representações populares locais, das aldeias, das cidades e dos concelhos, que se efectuam no dia 7 de Maio. Em muitos milhares de reuniões nas empresas, nas cooperativas e nos estabelecimentos científicos, bem como em assembleias de moradores nas aldeias e nas freguesias das cidades, nas quais participaram milhões de cidadãos, os candidatos para as novas representações populares apresentaram-se. Simultaneamente debateram-se as próximas tarefas. Os candidatos que foram propostos pelo PSUA e pelos outros quatro partidos existentes na RDA, bem como pelas organizações de massas, foram exaustivamente examinados.

Assim alguns deles não encontraram, pelas mais diversas razões, a aprovação do colectivo de trabalho, dos participantes nas apresentações dos candidatos ou das comissões da Frente Nacional da RDA activas em todas as aldeias e freguesias das cidades. Esta ampla participação do eleitor é uma nova expressão eloquente da nossa democracia socialista. Estamos certos que os cidadãos do nosso país, com a eleição dos candidatos da Frente Nacional, declararão, de forma convincente, o seu apoio à nosso política e ao nosso Estado socialista de operários camponeses.

«Av.» — O PSUA anunciou a realização do seu XII Congresso para Maio de 1990. É possível dar já uma ideia dos principais objectivos apontados pelo PSUA para este Congresso?

W.K. — Primeiro queria assinalar que se reserva naturalmente aos delegados do XII Congresso do PSUA o debate da política futura do nosso Partido e a tomada de resoluções. Antes do Congresso realizam-se a prestação de contas e as eleições das direcções das organizações de base, as conferências concelhias e distritais de delegados. A tarefa destas conferências é fazer o balanço do cumprimento, até aqui realizado, das resoluções do XI Congresso, fixar as tarefas futuras até ao XII Congresso, eleger, por voto secreto, as novas direcções e delegados para o órgão partidário respectivamente superior. Nas conferências distritais de delegados são eleitos os delegados ao XII Congresso.

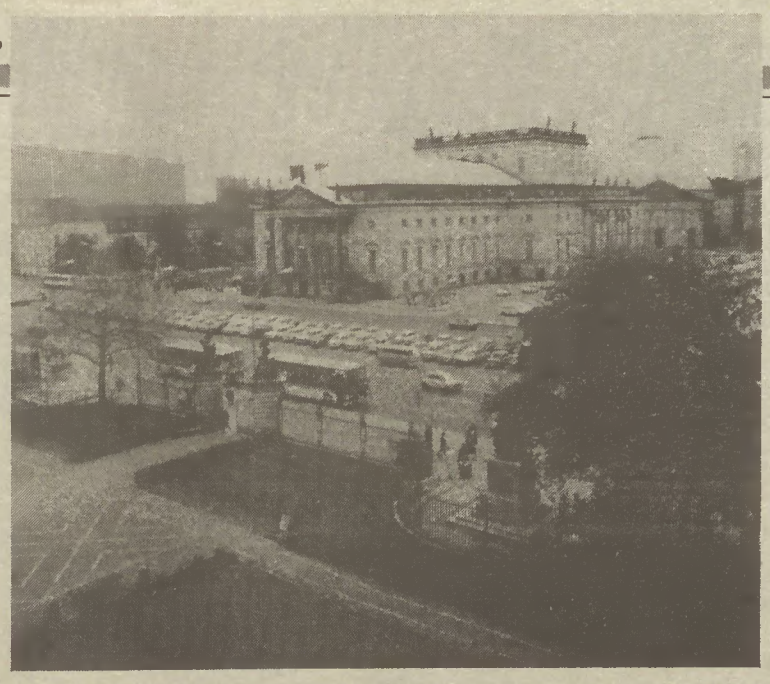
Já agora pode-se, contudo, dizer que o XII Congresso do PSUA, partindo do alcançado elaborará os passos seguintes na continuação da concretização do programa do nosso Partido aprovado no XI Congresso do PSUA. Portanto, vamos continuar a aperfeiçoar na RDA a sociedade socialista desenvolvida. Nós concebemos esta tarefa como um processo histórico de mudanças políticas, económicas, sociais, espirituais e culturais muito profundas. Com toda a certeza será prosseguida a nossa estratégia económica plena de êxito. Manteremos o curso, comprovado na vida, da unidade da política económica e social. Em conformidade com a evolução dos resultados alcançados no âmbito económico, será elevado, também no futuro, gradualmente, o alto grau já alcançado do nível de vida material e cultural do povo. Os delegados tomarão posição pormenorizadamente sobre o Plano Quinquenal de 1991 a 1995.

Estou certo que ao XII Congresso reafirmará a nossa amizade e solidariedade com o PCUS e a União Soviética, com todos os partidos irmãos e povos dos Estados socialistas, bem como com os partidos comunistas nos países capitalistas e nos países em vias de desenvolvimento.

O Congresso determinará ainda a continuação do nosso contributo construtivo na luta mundial pela garantia da paz.

«Av.» Registam-se actualmente nos países socialistas profundas mudanças com vista ao reforço do socialismo e com incidências tanto no aspecto económico como social. Qual a posição da RDA neste contexto?

W.K. — O nosso Partido reagiu sempre atempadamente — digo-o



Exemplo da atenção que o Estado da RDA presta às questões culturais. Reconstruído o edifício da Ópera Estatal Alemã, voltou a receber visitantes a partir de Novembro de 1986

Depois do deserto de ruínas deixadas pela guerra, um aspecto da Berlim moderna

desde já — aos desafios da nossa época, resultantes das mudanças da situação internacional e das condições internas de desènvolvimento. Não existiu nem existe no nosso país nenhuma estagnação do desenvolvimento e nenhuma deformação do socialismo. Reinam relações de confiança entre o Partido e o Povo. Num trabalho político-ideológico paciente e dedicado debatemos com os trabalhadores o nível do desenvolvimento social e as novas tarefas.

Fazemos o que está ao nosso alcance para fortalecer o socialismo e aumentar o seu prestígio, bem como a sua capacidade de atracção no mundo.

Vimos nisto um aspecto extremamente importante da nossa responsabilidade internacionalista. Saudamos todas as mudanças que fortalecem o socialismo nos nossos países irmãos. Partimos do princípio — e esta é a posição comum dos partidos irmãos dos países socialistas — de que cada partido tem a responsabilidade, perante o seu próprio povo do desenvolvimento para a frente do socialismo no próprio país.

Ao lado de uma harmonia fundamental no que diz respeito aos objectivos e tarefas dos países socialistas, cresce a multiplicidade de formas e das vias concretas da configuração da ordem social socialista. A múltiplas formas que os problemas, perante os quais os países socialistas se encontram, assumem, torna claro que não existe, nem pode existir, nenhum modelo do socialismo válido para todos os países. Cada partido irmão tem de, aplicando as normas universais do socialismo, tomando em consideração as condições concretas do respectivo país e na aplicação criadora do marxismo-leninismo, determinar os objectivos e tarefas e, através da força do partido, mobilizar as massas trabalhadoras para a sua concretização. Nós achamos que o socialismo se desenvolverá na sua unidade e multiplicidade. Neste contexto defendemos um amplo intercâmbio de experiências entre os partidos irmãos e os países socialistas. Estudamos cuidadosamente as experiências dos partidos irmãos ao construírem o socialismo o PSUA empenha-se consequentemente no aprofundamento da cooperação dos países socialistas, colabora activamente na Comissão Política Consultiva dos Estados do Tratado de Varsóvia e presta o seu contributo para o aumento do papel do Conselho de Ajuda Mútua Económica.

Estamos profundamente convencidos de que o socialismo cumprirá a sua missão histórica.

«Av.» — A luta pela paz e pelo desarmamento assume cada vez mais importância na cena política internacional. A RDA tem sido um protagonista activo desta luta. Na perspectiva do desanuviamento, como caracteriza a actual situação internacional?

W.K. — Na realidade a RDA é desde a sua existência um activo combatente pela preservação da paz no continente e em todo o mundo. Graças à actuação plena de iniciativa da União Soviética, dos Estados do Tratado de Varsóvia, graças ao empenhamento de uma ampla opinião pública mundial e ao realismo de políticos dirigentes do Ocidente, esboça-se gradualmente uma viragem para melhor. Existe uma série de mudanças positivas encorajadoras na situação internacional.

O Acordo Sovieto-Americano sobre a eliminação dos mísseis de médio alcance representa, sem dúvida, um destacado acontecimento. As perspectivas de um mundo sem armas de extermínio em massa tornaram-se maiores. Fortalece-se a cooperação entre o Leste e o Oeste.

A situação internacional permanece, não obstante, complicada e contraditória. Ainda não se pode dizer que a viragem de tendência seja irreversível. Existem no mundo forças poderosas que se opõem ao desarmamento, que insistem na política de força militar e da aspiração à superioridade. Apoiam-se na modernização das armas atómicas de curto alcance e pretendem assim escapar ao Acordo INF.

Os Estados do Tratado de Varsóvia prosseguem, no interesse da paz, o seu diálogo construtivo, orientado para a obtenção de resultados.

Na reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros do Tratado de Varsóvia realizada recentemente na nossa capital, Berlim, foram tomadas novas iniciativas para se avançar no caminho do desarmamento nuclear e convencional. Neste contexto gostava de lembrar que os Estados-Membros do Tratado de Varsóvia reduziram unilateralmente as suas Forças Armadas em 581 300 homens. Vão se desmantelados 12.757 tanques, 10.030 sistemas de artilharia, 1010 aviões de combate, 895 veículos blindados, bem como alguns sistemas nucleares tácticos.

A RDA reduzirá até ao final de 1990 as suas Forças Armadas em 10 000 homens e as despesas militares em 10%.

Estes são esforços prévios significativos. Está na altura de os Estados-Membros da NATO lhes responderem de forma construtiva, para que o processo de desarmamento seja prosseguido sem interrupção e o clima político no mundo continue a melhorar.

«Av.» — As relações entre a RDA e a RFA desempenham, no contexto do desanuviamento, um papel de particular importância. Quis os progressos feitos, recentemente, para o desenvolvimento dessas relações?

W.K. — Nas nossas relações com a RFA partimos do princípio que ambos os Estados alemães, que possuem sistemas sociais diferentes e pertencem a diferentes alianças, têm um especial dever na preservação da paz e na normalização da situação internacional.

A fronteira estatal entre a RDA e a RFA representa o ponto de contacto entre a NATO e os Estados do Tratados de Varsóvia. A continuação da normalização das relações entre a RDA e a RFA é e permanece um importante elemento de estabilidade na Europa. No comunicado sobre a visita do Secretário-Geral do PSUA e Presidente do Conselho de Estado da RDA à RFA, ambos os Estados reafirmam que do solo alemão jamais deverá partir a guerra. Desde a fundação da RDA, há 40 anos, esta é a sua incontestável doutrina estatal, guiamo-nos por ela em todas as negociações. Desde a visita estatal de Erich Honecker à RFA puderam ser alcançados progressos consideráveis nas relações estatais. Queremos continuar a avançar neste caminho. Simultaneamente temos de tomar em consideração o facto da RFA ainda continuar a tentar ingerir-se nos assuntos internos da RDA, querer «manter em aberto» a chamada questão alemã, à qual a Históra já há muito respondeu, não respeitar a cidadania da RDA, isto apenas para mencionar alguns aspectos. Também levamos muito a sério o facto de na RFA e em Berlim Ocidental os nazis levantarem cabeça.

Faremos pela nossa parte tudo para que ambos os Estados alemães cumpram a sua responsabilidade de paz. Estamos dispostos a continuar a desenvolver as relações com a RFA na base do reconhecimento recíproco do princípio da igualdade de direitos, da soberania e da não-ingerência.

«Av» — Tem vindo a ser defendida, em diversas ocasiões, a criação de uma «Europa do Atlântico aos Urais», da Grande Casa Europeia». Qual a sua opinião sobre o assunto?

W.K. — O interesse comum dos povos da Europa na garantia da paz, a necessidade do desarmamento atómico e convencional, a preservação da ecosfera, a continuação imperiosa do desenvolvimento da cooperação no campo económico, científico-técnico, cultural e humanitário, exigem que os Estados socialistas e capitalistas reflictam em conjunto sobre o modo como o nosso continente europeu pode ser configurado como região da paz, do trabalho pacífico e do convívio pacífico. Pode-se dizer que já existe em traços fundamentais um certo regulamento para a Casa Europeia:

A Acta Final de Helsínquia, que tem de ser concretizada universalmente de forma equilibrada. Isto significa, em primeiro lugar, o respeito da soberania e da integridade territorial de todos os Estados da Europa e, gostaria de mais uma vez acentuar, um alicerce seguro para uma boa vizinhança na casa europeia só pode ser a continuação do avanço na via do desarmamento. ■

Pontos Cardeais

Nomes

Álvaro Barreto, após, como ministro da Agricultura, ter desenvolvido ao longo dos anos uma aplicada política de destruição da agricultura portuguesa, de desertificação dos campos e ruína dos muitos milhares de pequenos e médios produtores, resolveu teorizar sobre a melhoria agrícola nacional. Como falou de cátedra, escolheu Salamanca para tribuna, donde perorou para um Conselho de Ministros da CEE dizendo que «é sobretudo no caso dos vinhos e dos queijos da Serra, entre outros, que a política portuguesa insiste mais no sentido da defesa da qualidade, através das denominações de origem». Pois. Arruinados, mas com bom nome.

Riscos

Falando na reunião do Comité Central da CICA – Confederação Internacional do Crédito Agrícola – o ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, avisou que a liberalização da actividade económica e financeira será «um processo que levantará problemas e envolverá riscos e oportunidades, particularmente complexos, cujo alcance não é possível avaliar».
Nem vale a pena. Com o jeito que Miguel Cadilhe e o seu Governo têm demonstrado para as avaliações, mais vale estarem calados. Quanto aos «problemas» e aos «riscos», também não é necessário este esforço do ministro em reconhecê-los: em qualquer decisão deste Governo, o problema e o risco são sempre um pressuposto.

Preços

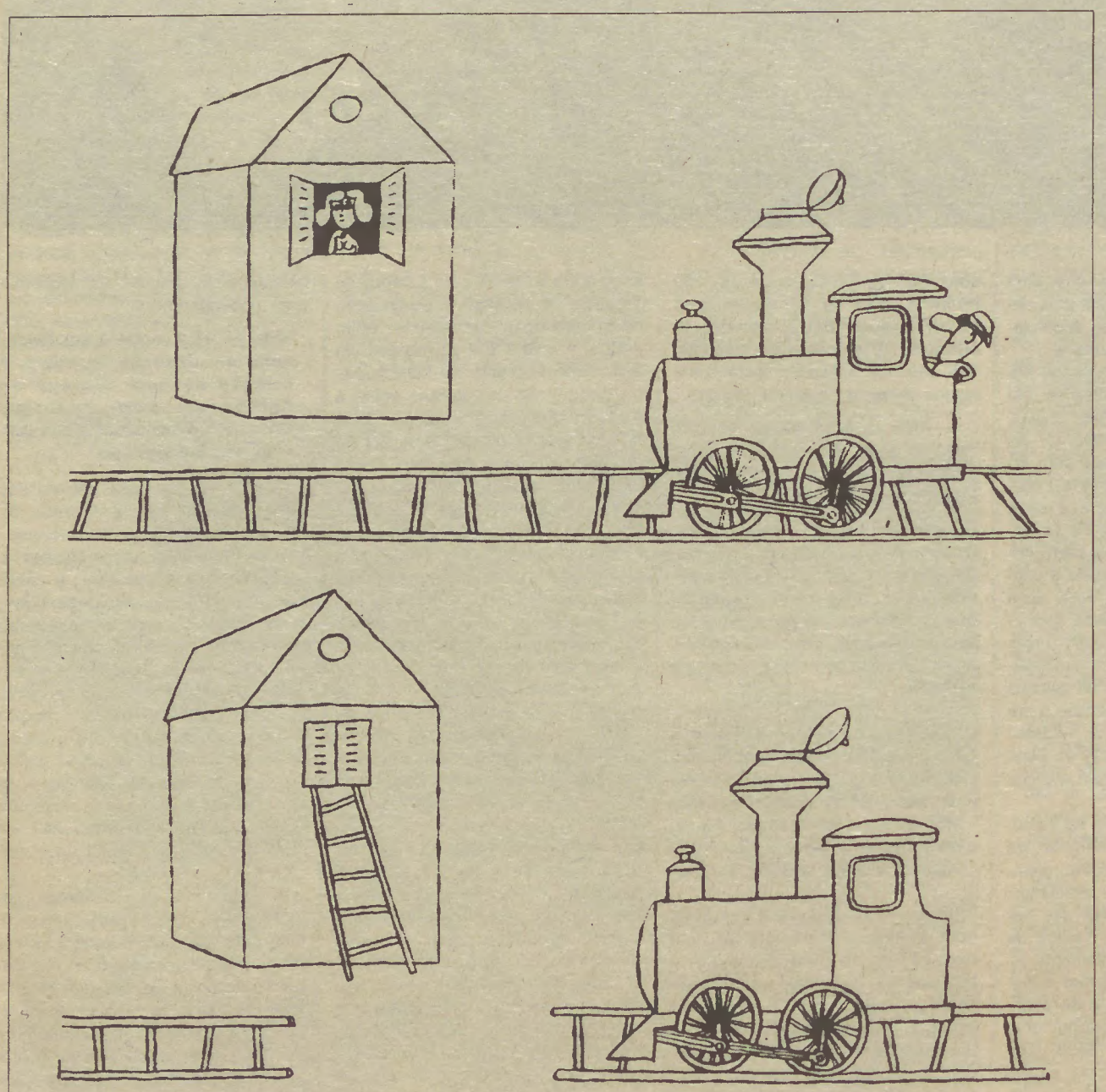
Entretanto o ritmo de crescimento dos preços aumentou 12,5% nos primeiros quatro meses deste ano, quando comparado com igual período do ano passado, segundo revelou o Instituto Nacional de Estatística (INE).
É altura para o ministro Miguel Cadilhe mandar instaurar novo inquérito ao INE. Como se sabe, para este Governo não são os números que têm razão, mas quem lida com eles.
Desde que esse alguém pertença ao Governo, é claro.

Mobilidades

Bagão Félix, secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, advogou em Vilamoura, no Algarve, no encerramento do seminário «Os recursos humanos e a Europa de 1992» promovido pelo PSD, que «a realização de uma Europa sem fronteiras elevará substancialmente as exigências de polivalência, de adaptabilidade e de mobilidade dos cidadãos, em geral, e dos trabalhadores em particular».
Tem, de certeza, Sua Excelência toda a razão. A prova está nos próprios elementos do PSD que pensaram e realizaram este seminário, demonstrando formidáveis capacidades de «polivalência, adaptabilidade e mobilidade» ao escolherem, para debater os recursos humanos e as questões laborais da Europa da CEE... uma estância de lazer de alto luxo.

Mantas

Um tal Virgílio de Carvalho, que por misteriosas razões a televisão considera um especialista em geoestratégia e que, por isso, chamava sempre a perorar quando estava na moda a «ameaça russa», debitou há dias, na secção «Opinião» do «Diário de Notícias», uma engraçada advertência que não resistimos em transcrever. Sempre obcecado com «o perigo vermelho» e indiferente às espectaculares alterações dia a dia verificadas no mundo desde o aparecimento da «Perestroika», o senhor Carvalho avisa que «o que está acontecendo (com o desarmamento na Europa) pode pôr em risco o futuro da CEE e da NATO e colocar Portugal em séria encruzilhada, entre uma Europa mais atlântica e outra mais eurocêntrica. É que a curta "manta" de defesa do Velho Mundo, se puxada para cobrir a Europa Central, pode destapar os arquipélagos portugueses».
Não se aflija, senhor! Com a política cavaquista, está a instalar-se a moda em Portugal de «pôr os bens ao luar»!



Gazetilha

por Ignotus Sum

A ignorância

Suborno, corrupção?
Cara fechada
Cavaco diz que não
não sabe nada...

Todos vêem aqui e além
grande descontentamento.
Pois o Cavaco não tem
não tem conhecimento...

E demitiu-se agora
alguém, por discordar?
O Cavaco ignora.
Não, não ouviu falar...

A ignorância assombrou
o homem da rua.
Vive na Terra, este Cavaco, ou
vive na Lua?...

Na Lua, sim, com as
miragens do instante.
Na Lua, mas
em quarto minguante...

O lixo

Não se constrói a vida de ilusões.
Não obedece a História a algum capricho.
Assim, cada vez mais preocupações
Portugal tem e com respeito ao lixo.

Também aí minha alma é sofredora
mas não nos poderemos enganar:
enquanto não se for Cavaco embora
vai o lixo aumentar...

Oposição?

O PSD traçou
uma revisão assim?
O PS concordou
e disse logo que sim...

O PSD mais quer
reforço na autarquia?
Larga o PS a correr
para lhe encher a maquia...

Baixar direito à Saúde?
O PSD encaixa.
PS esquece a virtude
diz que sim, que também acha...

Mais nisto e naquilo, enfim,
quando o passado regressa
o PSD diz que sim
logo o PS vai nessa...

Eu cá, poeta marau,
penso com o PS à mão
que não senhor, não está mau
pra quem é oposição...

Agenda

Avante!
Ano 59 – Série VII
N.º 803
18 de Maio de 1989
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Quinta 18

• **LISBOA**

Debate promovido pela CDU com a participação de **Carlos Carvalhas, Barros Moura, Maria Santos e Ulpiano Nascimento**: «Portugal e o Mercado Único de 1992». Às 21.00 no Hotel Berna.

«Funcionamento do Parlamento Europeu» — debate em que participa **Barros Moura**, na Escola Secundária Passos Manuel — às 11.30.

• **SACAVÉM**

Sessão de esclarecimento com a participação de **José Bernardino**. Às 21.00.

• **RIO DE MOURO**

Sessão no Centro de Dia dos Reformados, Pensionistas e Idosos — às 21.30, com a participação do almirante **Rosa Coutinho**.

• **COLARES**

Plenário de militantes no Centro de Trabalho de Mucifal — às 21.30.

• **SANTARÉM**

O Sistema Desportivo em Debate, com a participação de Melo de Carvalho, co-autor do Projecto de Lei Quadro do PCP sobre Cultura Física e Desporto — às 21.30, no Centro Cultural Regional de Santarém.

Sexta 19

• **LISBOA**

«A nossa posição sobre a próxima votação no Parlamento Europeu das **Quotas de Produção Nacional e Europeia das Televisões**» — debate promovido pela Comissão de Artistas de apoio à CDU, com a participação de **Artur Ramos, Mário Jacques, Mário de Carvalho, Rosa Ventura, Dulce Rebelo, Manuela Cunhã** — no Centro de Trabalho Vitória, às 9.30.

Sessão de esclarecimento com a participação de **Luís Sá** na Junta de Freguesia da **Ameixoeira** — às 21.00.

Sessão de esclarecimento com a participação de **Barata Moura** na Escola Primária n.º 36/**Olivais** — às 21.00.

Sessão de esclarecimento com a participação de **Jorge Cordeiro** na colectividade «Sempre Unidos»/**Santa Engrácia** — às 21.30.

• **MOSCAVIDE**

Sessão de esclarecimento, às 21.30, com a participação de **Aboim Inglez.**

• **CARENQUE**

Sessão de esclarecimento, às 21.30, com a participação de **José Casanova**, na Associação de Reformados de Carenque.

• **CARNAXIDE**

Jantar-debate, às 19.00, com a presença do general **Vasco Gonçalves.**

• **BARCARENA**

Sessão de esclarecimento com a participação do gen. Vasco Gonçalves — às 21.30, na colectividade de Leceia.

• **S. PEDRO O ESTORIL**

Sessão-debate com a participação de **António Abreu**, às 21.00, na Escola Primária.

• **S. JOÃO DAS LAMPAS**

Plenário da CDU, às 21.00, com a participação do camarada **António Cordeiro.**

• **ALCABIDECHE**

Debate sobre as eleições para o PE com a participação de **Joaquim Judas** — às 21.30, no salão do Montepio.

• **MONTELAVAR**

Plenário de militantes às 21.00 no Centro de Trabalho.

• **BELAS**

Plenário de militantes no Centro de Trabalho — 21.30.

• **AVEIRO**

Sessão sobre eleições para o PE com a participação de **Carlos Carvalhas** — às 21.30, na Escola Secundária Homem Cristo (junto à Câmara).

• **COUÇO**

Em **Santa Justa**, debate com a participação do camarada **Francisco Lancinha**: «O PCP e as eleições para o PE». Às 21.30, no Centro Social.

• **S. JOÃO DA MADEIRA**

Sessão de esclarecimento sobre as eleições para o PE com a participação do camarada **Sérgio Teixeira** — às 21.30, na Biblioteca Municipal.

• **LOUSÃ**

Debate sobre desenvolvimento económico e integração na CEE, no salão nobre da Câmara Municipal — às 21.30, com a participação de **Barros Moura**, em visita ao concelho neste dia.

• **COIMBRA**

Ambiente e Centro Histórico — debate promovido pela CDU, com a participação de **Maria Santos** e do prof. **Jorge Alarcão**. Às 21.30 no Hotel Avenida.

• **PORTO**

O Sistema Desportivo em debate: na Cooperativa Árvore, às 21.30, com a participação do prof. **Melo de Carvalho** e de **Rogério Mota**, também professor de Educação Física.

Sábado 20

• **PONTE DE SOR**

Comício, às 16.00, no Largo 25 de Abril, com a participação do camarada **Álvaro Cunhal** e ainda dos camaradas **José Amante**, presidente da CM, e **Joaquim Manuel.**

• **ÉVORA**

Sessão-debate no Palácio D. Manuel, às 21.30, com a participação dos camaradas **Álvaro Cunhal, Abílio Fernandes** (presidente da CM) e **João Saraiva** e **António Murteira**, candidatos ao PE.

• **QUELUZ**

Comício — às 21.30, nos Bombeiros — com a participação dos camaradas **Octávio Pato** e **Lino Paulo.**

• **PENACOVA**

Jantar de activistas e apoiantes da CDU, às 20.00, no Restaurante-Bar Municipal, seguindo-se debate sobre Desenvolvimento Regional, com a participação de **Carlos Fraião**.

• **FIGUEIRA DA FOZ**

Debate em **Vila Verde**, às 21.30, sobre «Poder Local e Desenvolvimento». Participa **Santos Cardoso**, candidato ao PE.

• **SEIXAL**

Encontro Concelhio da CDU sobre as eleições de 1989 — a partir das 14.30, no Ginásio Clube de Corroios.

• **AMADORA**

Plenário de activistas da CDU da **Reboleira** para constituição da comissão coordenadora local — às 15.00, no salão da Junta de Freguesia, com a participação do camarada **Jaime Serra**, da Comissão de Controlo e Quadros, e de eleitos da CDU no concelho.

Sessão de esclarecimento no salão da Junta de Freguesia de **Reboleira** às 15.00.

• **LISBOA**

Debate sobre «Circulação de Quadros na CEE» — às 16.00, no Hotel Berna, com a participação de **Barros Moura**.

Encontro com a população do **Bairro Alto** (na Rua da Atalaia, junto ao mercado) de **Barros Moura** e **Rui Godinho** — às 10.00.

Sessão na **Mouraria**, com a participação dos mesmos candidatos. Às 15.00.

Encontro com a população de **Alfama**, também com Rui Godinho e Barros Moura. Às 18.15.

Plenário de activistas da CDU no Sport Lisboa e Amoreiras — às 21.00.

Festa de reformados da CDU no Atlético de Alvalade.

• **SACAVÉM**

Encontro da Juventude CDU, com a participação do gen. **Vasco Gonçalves:** às 16.30, na Quinta de S. José.

• **PAREDE**

Sessão-debate sobre as eleições para o PE — na colectividade do **Murtal**, às 21.30.

• **ALGUEIRÃO**

Plenário de activistas da CDU, com a participação de **António Cordeiro** — às 15.00, no Centro de Trabalho.

• **SOBRALINHO**

Encontro de activistas da CDU — às 21.00.

• **ALFRAGIDE**

Encontro de activistas da CDU, com a participação de **Alexandre Teixeira** — às 10.00.

• **VENTEIRA**

Encontro de activistas da CDU, com a participação de **Jorge Cordeiro** — às 10.00.

• **BARCARENA**

Sessão de esclarecimento, com a participação de **António Cordeiro** — nos Bombeiros Voluntários, às 21.30.

• **TRAJOUCE**

Sessão-debate com **Abílio Martins** — às 21.00.

• **LIVRAMENTO**

Sessão-debate sobre as eleições para o PE com a participação de **Armindo Miranda** e **Carlos Sota** — às 21.00, na colectividade.

• **MURTAL**

Sessão-debate sobre as eleições para o PE, com a participação de **Júlio Filipe** — às 21.00, na colectividade.

• **SETÚBAL**

A Agricultura e a CEE — debate conduzido pelo camarada **Carlos Amaro**, economista. Às 21.00, na SIMBA, em Azeitão.

O problema da Habitação — debate conduzido pela camarada **Odete Santos**, deputada da AR e membro da Ass. Munic. de Setúbal — às 15.00, na sala de convívio da Cooperativa de Azeda.

• **ALMADA**

Encontro Concelhio de Activistas da CDU — na Academia Almadense, a partir das 15.00, com a participação do camarada **Luís Sá.**

Encontros concelhios

• ALMADA
Academia Almadense — sábado, 15.00
Com **Luís Sá**

• SEIXAL
Ginásio de Corroios — sábado, 14.30

Álvaro Cunhal *em comícios e debates:*

• **PONTE DE SOR**
sábado, 16.00, Largo 25 de Abril

• **ÉVORA**
sábado, 21.30, Palácio D. Manuel

• **BALEIZÃO**
domingo, 15.30

• **FARO**
domingo, 21.30, Cinema St.º António

• **LOURES**
quinta-feira, 25, 17.00, Cabeço de Montachique

Na Rádio:
sábado às 12.00 no «Grande Júri» da TSF

Domingo 21

• **BALEIZÃO**

Comício de homenagem a Catarina Eufémia — às 15.30, com participação e intervenções de **Álvaro Cunhal** e **António Murteira**. Romagem às 15.00.

• **FARO**

Comício com Álvaro Cunhal. Às 21.30, no Cinema Santo António.

• **SETÚBAL**

As Pescas e a CEE — debate com a participação do candidato ao PE **João Andrade Santos**, às 10.00, na sala do Clube Desportivo e Recreativo de Palhavã.

• **SOURE**

Debate sobre «Agricultura e Integração na CEE», com a participação de **Joaquim Miranda** — às 16.00, na Junta de Freguesia de **Figueiró do Campo.**

• **CANTANHEDE**

Debate sobre «Produção Vitivinícola e integração na CEE», com a participação de Joaquim Miranda — às 20.30, na sede do Ançã, em Ançã.

• **CARTAXO**

Almoço-convívio com a participação de **Sérgio Ribeiro**, candidato ao Parlamento Europeu — a partir das 13.00, na escola secundária do Cartaxo.

• **LISBOA**

Almoço-convívio com a participação de **Carlos Carvalhas** e **Rego Mendes** no CT de Marvila — às 12.00.

Espectáculo da CDU, com o «Fado de Abril» — Quinta da Calçada, às 15.00.

Plenário de militantes da Penha de França — no CT Arroios, às 21.30.

• **ZAMBUJAL**

Almoço aberto à população, com a participação de **Barros Moura.**

• **BUCELAS**

Encontro com a população de Bucelas — às 15.30.

• **ESTORIL**

Piquenique e tarde de convívio, a partir das 13.00, no Pinhal de Atibá, com a participação de **Aboim Inglez.**

• **CARCAVELOS**

Sessão de esclarecimento, às 16.30, com a participação de **Aboim Inglez.**

• **BRANDOA**

Encontro-convívio da Juventude CDU da Brandoa, a partir das 15.00, no Polivalente da Brandoa, com a participação de **António Filipe.**

• **Stº ANTÃO DO TOJAL**

Encontro de **Barros Moura** com a população, no salão da Junta de Freguesia, às 17.30.

• **St.ª IRIA DE AZÓIA**

Almoço-convívio com a participação do gen. **Vasco Gonçalves** e de **Severiano Falcão**, presidente da CM Loures — às 21.45.

• **BOBADELA**

Jantar-convívio com os mesmos convidados — às 19.00.

• **SACAVÉM**

Comício, às 21.30, com a participação de **Vasco Gonçalves, Severiano Falcão** e **Francisco Pereira.**

• **AMADORA**

Encontro de **Maria Santos** com a população da Amadora, no Parque Central da Amadora — às 17.00. De manhã — às 11.00 — Maria Santos participa num encontro com a população da **Damaia**, seguido de almoço-convívio na Associação do Alto do Moinho (Buraca).

Segunda 22

• **TORRES NOVAS**

A CEE e a Cultura — debate conduzido por José Barata Moura. Na sala 6 da Biblioteca, às 21.00.

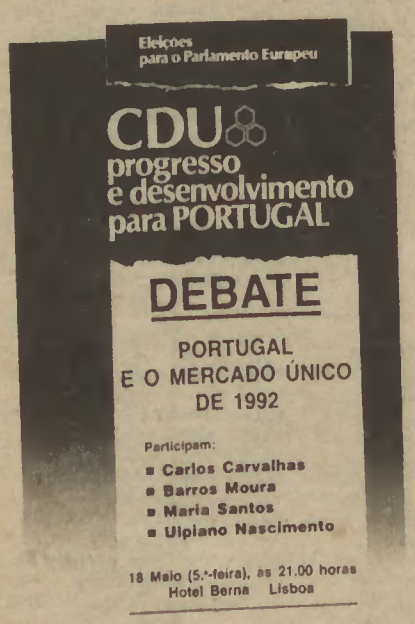
Terça 23

• **ALGUEIRÃO**

Comício nos Bombeiros Voluntários, às 21.30, com a participação de **Maria Santos**, que às 18.00 tem um encontro com estruturas juvenis.

• **COIMBRA**

Reunião de militantes do concelho, com a participação de **Carlos Fraião** — às 21.30, no Centro de Trabalho.



ANTOLOGIA

ANGELIS, Marco de, *Itália.* in *«Selecção de Cartoons Anti-Apartheid», editado pelas Nações Unidas — Nova Iorque, 1989*

TV O Programa

Quinta 18

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Brega & Chique** (132.º epis.)
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Um Anjo na Terra** (6.º epis.)
14.15 – **SAJ Serviço de Auxílio aos Jovens** (9.º epis.)
14.40 – **Os Anos que Contam** «Porto»
15.05 – **Autograph**
16.05 – **Os Roberts**
16.30 – **Ponto por Ponto**
17.25 – **Brinca Brincando**
18.20 – **P'ra Variar**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.45 – **Sassaricando** (43.º epis.)

21.15 – **Elvis e Eu** (3.º epis.)
22.15 – **Circomúsica**
23.55 – **24 Horas**
00.25 – **Remate.**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas** (213.º epis.º)
15.25 – **O Grande Sertão Veredas)** repetição, 6.º epis.)
16.30 – **Lá em Casa Tudo Bem**
16.55 – **Sinhá Moça** (63.º epis.)
17.30 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **TV 101** (3.º epis.)
19.00 – **Music Box**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Glória para Todos** (1.º epis.)
22.40 – **Hitchcock Apresenta...**
23.05 – **Primeiro Andamento**

Sexta 19

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Brega & Chique**
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Chateauvallon** (23.º epis)
14.25 – **Imagen e Imagens**
15.05 – **La Folia**
16.05 – **Os Roberts**
16.30 – **Ponto por Ponto**
17.25 – **Brinca Brincando**
18.20 – **P'ra Variar**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.20 – **Sassaricando**
21.15 – **Telemundo**
21.50 – **Teatro** «Há Petróleo no Beato»
23.40 – **24 Horas**
00.10 – **Remate**

00.20 – **Pela Noite Dentro** «Terror na Casa Isolada», real. But Kennedy (EUA/1974, 78 min.).

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Agora, Escolha**
16.55 – **Sinhá Moça**
17.35 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **A Guerra de Tróia** (4.º epis.)
19.00 – **Haja Música**
19.55 – **Os Intocáveis**
20.45 – **Cem Grandes Quadros**
21.00 – **Jornal das Nove**

21.30 – **Glória para Todos**
23.00 – **Entre Barreiras**
23.25 – **Rotações.**

Sábado 20

RTP1

09.00 – **Juventude Família** (Era uma vez a vida, O safari do João Valentão, Turbo Ten, As Aventuras de Teddy Ruxpin, Get Smart)
12.05 – **A Grande Aventura**
13.00 – **Notícias**
13.10 – **Recordes Guiness**
13.35 – **Parlamento**
14.05 – **Sessão da Tarde** «Benji», real. Joe Camp (EUA/1974 86 min.)
15.45 – **Vivamúsica**
16.40 – **Crime, Disse Ela**
17.30 – **As Estrelas** (série 1.º prog.)
19.10 – **Sete Folhas**
19.45 – **Totoloto**
20.00 – **Telejornal**
21.35 – **Harlem Story** (homenagem aos grandes autores, cantores e instrumentistas negros norte-americanos)

23.15 – **Praia da China** (série, 2.º epis.)
00.50 – **Cinema da Meia Noite** «Alta Tensão em Nova Iorque», real, Joseph Sargent (EUA/1974, 97 min.)

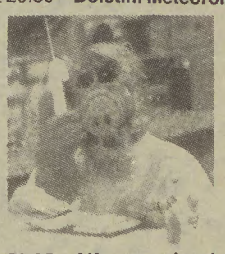
RTP2

09.00 – **Music Box**
09.55 – **A Malta de Bronx** (repetição, 3.º epis.)
10.45 – **A Nossa Turma**
11.50 – **Compacto Brega e Chique**
14.50 – **Estádio**
19.30 – **Quem Sai aos Seus**
19.55 – **Music Box Especial** Marvin Gay
20.55 – **Elogio da Leitura**
21.15 – **Glória para Todos**
22.45 – **Segredos e Mistérios**
00.15 – **Basquetebol Internacional.**

Domingo 21

RTP1

09.00 – **Juventude e Família**
11.15 – **Missa**
12.05 – **70×7**
12.30 – **TV Rural**
13.00 – **Notícias**
13.10 – **Fórmula 1** (série, 11.ª epis.)
13.55 – **Allô Allô**
14.25 – **Terra X (série, 3.º epis.)**
15.15 – **Primeira Matinée** «Irmão contra Irmão», real. Robert Parrish (EUA/1958, 84 min.)
17.00 – **Clube Amigos Disney**
19.00 – **Jornal de Domingo**
20.30 – **Boletim Meteorológico**



20.35 – **Alf, uma coisa do outro mundo**
21.15 – **O Barco e o Sonho** (série, 1.º epis.)
22.15 – **Filmezinho**
22.20 – **Domingo Desportivo.**

RTP2

09.00 – **Music Box**
10.00 – **Troféu**
13.00 – **Caminhos**
13.50 – **Veterinário da Província**
14.45 – **Ontem e Hoje**
16.00 – **Troféu**
18.00 – **Derrick** (série, 4.º epis.)
18.50 – **O Mundo em Extinção**

19.45 – **17 Obras de Grande Autores** — «The Blue Hotel», de Stephen Crane
20.30 – **Lusitânia Expresso** (6.º prog.)
21.00 – **Artes e Letras**
22.30 – **Cineclube** «Os Amantes de Salzburgo», real. Douglas Sirk, (EUA/1957, 100 min.).

Segunda 22

RTP1

9.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Brega e Chique**
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **O Império de Carson** (20.º epis.)
14.15 – **A Brigada Falcão** (série, 8.º epis.)
14.40 – **Pescadores** — Sines
15.05 – **James Brown**
16.00 – **Os Roberts**
16.35 – **Ponto por Ponto**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.20 – **P'ra Variar**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**

20.20 – **Sassaricando**
21.20 – **Anzacs: Heróis da Guerra** (série, 1.º epis.)
23.15 – **Portugal – Passado e Presente** (série, 6.º epis.)
23.45 – **24 Horas**
00.15 – **Remate**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Agora Escolha**

16.55 – **Sinhá Moça**
17.30 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **Os Jovens e a Lei**
19.00 – **Music Box**
19.55 – **Os Intocáveis**
24.45 – **Cem Grandes Quadros**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Acerto de Contas** (Magazine de Economia)
22.00 – **Teatro**

Terça 23

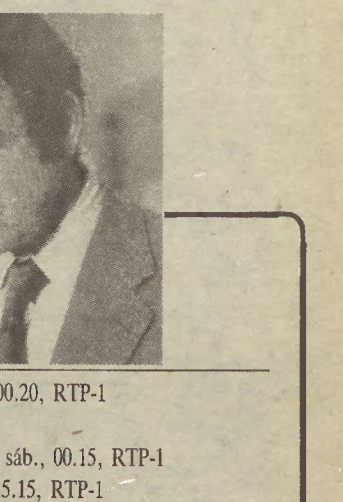
RTP1

9.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Brega e Chique**
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Dallas**
14.15 – **Os Filhos dos Flintstones**
14.40 – **Um Certo Sorriso**
15.15 – **Bruce Springsteen**
16.00 – **Os Roberts**
16.30 – **Ponto por Ponto**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.20 – **P'ra Variar**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.20 – **Sassaricando**

21.15 – **Jogo Duplo** (2.º epis.)
22.20 – **Primeira Página**
23.15 – **Armadilhas** (8.º epis.)
23.45 – **24 Horas**
00.15 – **Remate**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Século XX – A História de Hollywood**
16.25 – **Primeiro Andamento**
16.55 – **Sinhá Moça**
17.30 – **Trinta Minutos Com**
18.00 – **Music Box**
19.00 – **Music Box** (Off the wall)
19.55 – **Os Intocáveis**
20.45 – **Cem Grandes Quadros**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Cine Magazine**
22.00 – **Cinemadois:** «Fim-de-semana no Ascensor», real. Louis Malle (França/1956, 86 min.)



Filmes

«Terror na Casa Isolada» – 6.ª, 00.20, RTP-1
«Benji» – sáb., 14.05, RTP-1
«Alta Tensão em Nova Iorque» – sáb., 00.15, RTP-1
«Irmão Contra Irmão» – dom., 15.15, RTP-1
«Os Amantes de Salzburgo» – dom., 22.00, RTP-2
«Fim-de-Semana no Ascensor» – 3.ª, 22.00, RTP-2
«Piquenique» – 4.ª, 22.10, RTP-1

Música

Quinta

15.05, RTP-1: Autograph
23.05, RTP-2: Primeiro Andamento

Sexta

15.05, RTP-1: Orquestra La Folia

Sábado

09.00, RTP-2: Music Box
15.45, RTP-1: Vivámúsica
19.55, RTP-2: Marvin Gay
21.35, RTP-1: Harlem Story

Segunda

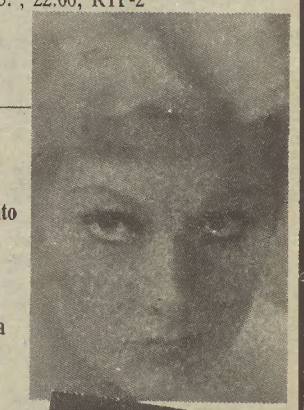
15.05, RTP-1: James Brown

Terça

15.05, RTP-1: Bruce Springsteen
16.25, RTP-2: Primeiro Andamento

Quarta

15.05, RTP-1: Paul McCartney
23.15, RTP-2: Música Country



Desporto

Remate – RTP-1, 5.ª (00.25), 6.ª (00.10), 2.ª (00.15), 3.ª (00.15) e 4.ª (00.30)
Rotações – RTP-2, 6.ª, 23.25
Estádio – RTP-2, sáb., 14.50
Troféu – RTP-2, dom. (10.00 e 16.00)
Domingo Desportivo – RTP-1, 22.30
Basquetebol – RTP-2, sáb., 23.45

Quarta 24

RTP1

9.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Brega e Chique**
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Fama** (41.º epis.)
14.15 – **Os Campbells** (série, 1.º epis.)
14.45 – **O Homem e a Cidade** — Faro
15.05 – **Paul McCartney**
16.00 – **Os Roberts**
16.30 – **Ponto por Ponto**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.20 – **Futebol** — Final da Taça dos Clubes Campeões Europeus
20.15 – **Telejornal**
20.55 – **Boletim Meteorológico**
21.15 – **Sassaricando**
21.45 – **Vamos Jogar no Totobola**
22.10 – **Lotação Esgotada:** «Piquenique», real. Joshua Logan (EUA/1955, 109 min.)
24.00 – **24 Horas**
00.30 – **Remate**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Agora, Escolha**
16.55 – **Sinhá Moça**
17.35 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **O Rio Amarelo**
19.00 – **Music Box**
19.55 – **Os Intocáveis**
20.45 – **Cem Grandes Quadros**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Grande Sertão: Veredas** (11.º epis.)
23.15 – **Música n'América**

Teatro O Cartaz

• LISBOA

Casa da Comédia, R. S. Francisco Borja, 24. De 5.ª a dom. às 21 e 15, sáb. e dom. às 17. **O Irmão**, de David Mourão-Ferreira, enc. João Ávila.

Casa dos Tabuenses, Rua dos Poiais de S. Bento, 75. De 4.ª a sáb. às 21 e 30, dom. às 16. **Um Demónio na Vitrine**, de Fialho de Almeida, dramat. Manuel João Gomes, enc. Silvina Pereira, pelo Teatro Maizum (estreia prevista dia 17).

1.º Acto, Rua Eduardo Pedroso, Algés. 6.ª e sáb. às 21 e 30. **Tão Bom! A Nossa Filha Vai Casar Com Um Conde!**, de Labiche, e **Não Andes Nua Pela Casa**, de Feydeau, enc. de Artmando Caldas, pelo grupo Intervalo.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21 e 30, dom. às 16. **A Marmita de Papin**, de Clara Pinto Correia, enc. Fernando Gomes.

Teatro da Comuna, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **Os Recrutas**, de Neil Simon, enc. João Mota, pela Comuna (até 21/5).

Teatro Ibérico, R. de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb. às 21.30; dom. às 17. **A Castro**, de António Ferreira, enc. Blanco Xil.

Teatro D. Maria, Rossio – *Sala Gil Vicente*. De 3.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.30. **África**, de Isabel Medina, enc. Luís Filipe Costa (até 31/5).

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a 6.ª às 21.30; sáb. às 20.30 e 23.00; dom. às 16 e 21.30. **Quem Tramou o Comendador?**

Teatro Variedades (Parque Mayer). De 3.ª a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16. **A Prova dos Novos!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e N. Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Leitinho do Nené**, de Alfonso Paso, encen. Francisco Nicholson.

• ESTORIL

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto Figueiredo, Monte Estoril. De 3.ª a sáb. às 21 e 30, dom. às 17. **Lisístrata**, de Aristófanes, enc. Carlos Avilez, pelo TEC.

• PORTO

Os Comediantes, R. Gonçalvo Cristovão. De 5.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16. **Possessos de Amor**, de Sam Shepard, enc. Peter Field.

Sala do Povo Portuense, R. de Camões. De 3.ª a dom. às 21.45, dom. também às 16. **As Criadas**, de Jean Genet, enc. Júlio Cardoso, pelo Seiva Trupe.

Cinema

A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	A Comissária	★★★★	★★★	★★★★	★★★
B	Encontro de Irmãos	—	★★	★★★	★★★
C	Gente Estranha	★★★★	—	★★★★	★★★★
D	Gorilas na Bruma	—	★	—	—
E	O Grito do Mocho	—	★★★★	—	—
F	O Fugitivo da Selva	—	★	—	—
G	Um Peixe Chamado Wanda	—	★★★	★★★	★★★
H	O Turista Acidental	★★★★	★★★	—	★★★★

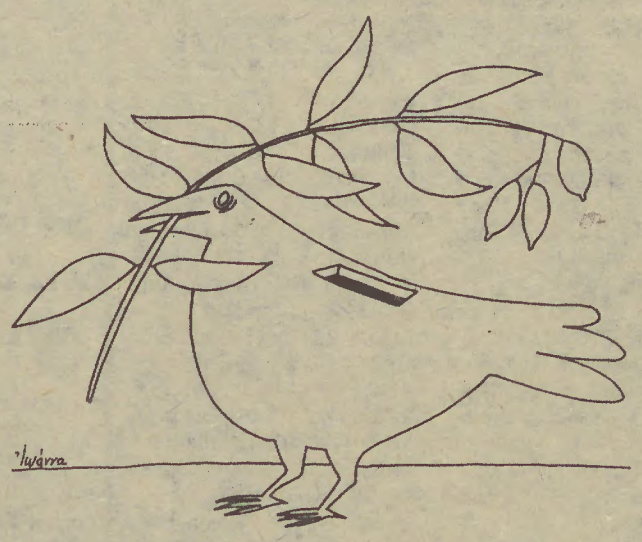
Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Aleksandr Askoldov – **Quarteto 2** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30).
B — Real. Barry Levinson – **Alfa 3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Amoreiras 6** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Apolo 70** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **S. Jorge 1**(15.30, 18.30, 21.30) – **Lisboa**.
C — Real. Andrei Konchalovsky – **King/3** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) – **Lisboa.**
D — Real. Michael Apted – **Amoreiras 5** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) – **Lisboa.**
E — Real. Claude Chabrol – **Alfa Clube** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Amoreiras 3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) – **Lisboa.**
F — Real. Peter Markle – **Condes** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Las Vegas 2** (15.30, 18.45, 21.45) – **Lisboa.**
G — Real. Charles Crichton — **S. Jorge/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) – **Lisboa**
H — Real. Lawrence Kasdan – **Quarteto 1** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**

...e ainda

Música, debates, etc.

Um comboio chamado cultura

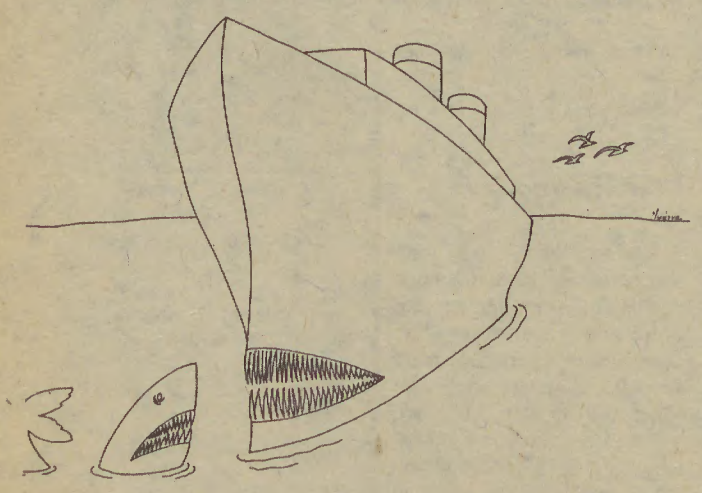


Artistas de todos os países da CEE vão promover no próximo dia 22 um comboio especial de Paris a Estrasburgo, designado «Um comboio chamado Cultura», como forma de luta a favor das quotas de produção europeia de televisão.

Na origem desta manifestação está a Directiva do Conselho de Ministros da CEE sobre televisão sem fronteiras, que recusou fixar quotas de difusão de produções europeias propostas pelo Parlamento Europeu. Os artistas europeus manifestam assim (segundo o Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos, que citamos) a sua oposição à supressão das quotas e a sua preocupação pela supremacia oferecida a subprodutos norte-americanos, propondo, em alternativa, a cooperação europeia e internacional, no respeito das identidades nacionais.

Em Estrasburgo realizar-se-á no Teatro Nacional uma assembleia com artistas de todos os países europeus, coincidindo com a discussão da directiva e sua votação no Parlamento Europeu nos dias 23 e 24.

Em Portugal, a Comissão de Artistas de apoio à CDU promove, a propósito e em apoio desta luta, um debate — a realizar na sexta-feira, no Centro de Trabalho Vitória, como consta da nossa «Agenda Política» — em que anuncia a participação de artistas e intelectuais portugueses prestigiados.



Excursões

A DORS relembra por nosso intermédio as excursões que agendou para este Verão — excursões organizadas de forma a proporcionar boas condições de viagem aos seus utilizadores, contribuindo ao mesmo tempo para o cumprimento da grande tarefa a que a organização distrital de Setúbal meteu ombros: recolher fundos para a edificação do novo Centro de Trabalho do Partido.

Eis as propostas:

RDA: de 8 a 14 de Agosto, 87 mil escudos, viagem de avião, excursões diárias (Berlim, Dresden, Karl Marx Stadt); informações em qualquer centro de trabalho do distrito de Setúbal.

Madeira: de 16 a 22 de Set., 38 mil escudos por pessoa (transporte, alojamento, seguro e bagagem), excursões facultativas; concelhias de Almada — 275 27 77 e 275 39 39.

Bulgária: de 30 de Set. a 13 de Out., 76 mil escudos, viagem de autocarro, possível paragem em Milão e Andorra, 7 dias na Bulgária com pensão completa (Sofia e montanha); informações em qualquer centro de trabalho do distrito de Setúbal.

Construção em crescimento

Uma jovem organização — a do Sector da Construção Civil do Comité Local de Lisboa — experimenta as suas forças para atrair camaradas e amigos num jantar-convívio que tem programado para o dia 3 de Junho no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé. Dão naturalmente atenção ao que nestas coisas é sempre o primeiro factor de êxito: o prato — que no caso será bacalhau com grão, batatas e ovos, devidamente acompanhados por bom vinho. Dada a qualidade anunciada, o preço — 600$00 — é módico.

O jantar conta com a colaboração de um conjunto musical — os Terra Viva — e terá a participação do camarada Vítor Castro, que fará uma intervenção sobre a importância dos actos eleitorais de 1989.

Inscrições podem ser feitas até 29 de Maio pelo telefone 52 80 23 (Vítor Mendes).

Amigos da Checoslováquia

Dois nomes do teatro português — **João Lourenço** e **Vera Sampaio Lemos** — vão intervir no início do 3.º Encontro de Amigos da Checoslováquia, marcado para o próximo dia 27 (sábado), na Casa do Ribatejo (Rua do Salitre, 136, 1.º). João Lourenço e Vera Lemos estiveram recentemente naquele país socialista, onde contactaram diversas companhias de teatro.

Destinado também a assinalar o Dia Nacional da Checoslováquia (9 de Maio), o encontro do próximo dia 27 — em animada fase de preparação — contará com a presença do embaixador da Checoslováquia acreditado em Lisboa.

O programa incluirá um almoço típico ribatejano (atenção à sopa de peixe e ao cabrito à moda de Torres Novas) e canções por Pedro Barroso.

As inscrições, ao preço de 1500 escudos, podem ser feitas pelo telefone para a sede da Associação, entre as 15 e as 20 horas até ao próximo dia 24 (telef. 77 50 92).

Exposições...

• LISBOA

António Carmo – Pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167. De 2.ª a sáb. das 1 às 13 e das 15 às 19.

António Leitão Marques – Fotografia. Clube Cinquenta. Rua S. Mamede ao Caldas, 9-1.º. De 3.ª a 6.ª das 7 às 20; sáb. das 15 às 20 (até 31/5).

Ascânio MMM (Brasil) – Escultura. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13 (até 27/5).

Carlos Afonso Dias – Fotografia. Galeria Ether, Rua Rodrigo da Fonseca, 25. De 2.ª a sáb. das 15 às 20.

Carlos Calvet – Pintura. Centro de Arte Soctip, R. D. Estefânia, 195. De 2.ª a sáb. das 10 às 20 (até 22/5).

Chino — Aguarelas. Gravura, Trav. do Sequeiro, 4, r/c. De 2.ª a 6.ª das 10.30 às 13.30 e das 15 às 19 (até 31/5).

Colectiva de tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

«Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro» – no Museu Nacional do Teatro. (Estrada do Lumiar, 10). De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17 horas.

Eduardo Luiz – Pintura. Gal. Ygrego, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C. De 2.ª a 6.ª das 9.30 às 20.

Gerardo Burmester e **Pedro Tudela** – Escultura e pintura. Galeria Diferença, R. S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15 às 20; sáb. e dom. das 16 às 19 (até 28/5).

Graça Costa Cabral – Escultura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a sáb. das 15 às 19 e 30 (até 18/6).

Helena San Payo – Pintura. Galeria de Arte dos CTT, Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo (até 27/5).

Jean Miotte – Pintura. Galeria Triângulo, Av. Vasco da Gama, 48-A. De 3.ª a sáb. das 14 às 20 (até 21/6).

António Carmo

João Salema – Desenhos. Módulo-Centro Difusor de Arte, Calçada dos Mestres, 34-B. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 31/5).

João Paulo Ferro – Pintura. Galeria Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a sáb. das 10 às 19 (até 6/6).

Jorge Martins – Pintura. Galeria EMI-Valentim de Carvalho. Rua Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a sáb. das 15 às 19.

José Aragão – Pintura (guaches). Espaço Alliance, Rua Braamcamp, 13, 1.º. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30.

José Escada – Pintura. Galeria Lambertini, Av. Liberdade, 166. De 3.ª a sáb. das 15 às 19.30 (até 12/6).

Maria Bela Garnel – Pintura. Galeria de Santa Justa, 98-2.º. De 2.ª a 6.ª das 15 às 19 e 30 (até 5/6).

Maria Keil – Azulejos. Museu Nacional do Azulejo, Rua da Madre Deus, 4. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Martinez – Pintura. Galeria de Arte Moderna da SNBA, Rua Barata Salgueiro, 36. De 3.ª a dom. das 14 às 2 (até 28/5).

Martins Pereira – Pintura. Galeria Ícaro, Rua Presidente Arriaga, 70. De 2.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (31/5).

Molina Sanchez – Pintura. Galeria Príncipe Real, 32, r/c. De 2.ª a sáb. das 14 às 20 (31/5).

Maria Bela Garnel

Pedro Calapez – Desenhos. Galeria Alda Cortez, Largo de Santos, 1 F. De 2.ª a sáb. das 15 às 20.

Peter Caulfield – Serigrafia. Fundação Gulbenkian, Av. de Berna. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Projectos para o Centro Cultural de Belém – Palácio Nacional da Ajuda (Galeria do Rei D. Luís), Calçada da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (até fim de Maio).

Rui Sanches – «A Marat», desenhos. Loja do Desenho, Rua Academia das Ciências, 2-B. De 2.ª a sáb. das 15 às 19 e 30.

Ruth Rosengarten – Pintura. Galeria Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 31/5).

Ruy Leitão – Pintura. Galeria S. Mamede, Rua da Escola Politécnica, 167 (até 12/5).

Toulouse-Lautrec – Desenhos e aguarelas (Colecção T. de Celeyran). Museu Nacional de Arte Antiga, Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 9.30 às 17 (até 31/5).

• PORTO

Alechinski – Pintura. Galeria Fluxus, R. do Rosário, 125-129. De 2.ª a sáb. das 15 às 19 e 30.

Ana Moreira – Pintura. Árvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1 (até 24/5).

José Pedro Croft – Escultura. Gal. Atlântica, R. Galeria de Paris, 67. De 2.ª a 6.ª das 10 às 12.30 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.

Manuel Casal Aguiar – Pintura. Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 68.

Pedro Sousa Vieira – Pintura. Galeria Módulo, Av. Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 9/6).

Raquel Oliveira – Pintura. Ávore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1 (até 24/5).

Victor Palla e **Costa Martins** – «Lisboa Tejo e Tudo», pintura. Casa de Serralves, Rua de Serralves. De 3.ª a dom. das 14 às 19.

• OUTRAS LOCALIDADES

Património Artístico Municipal do Barreiro. Até 21/5, Biblioteca Municipal BARREIRO.

Colectiva (Colecção Fernando Nunes Ribeiro). Museu Regional de BEJA.

Rui Matos – Escultura. Galeria de Colares, Rua Fria, 2. Sáb. e dom. das 14.30 às 19.30 (28/5) COLARES.

José Cabrita Nascimento – Fotografia. Até 25/5, Palácio D. Manuel ÉVORA.

Carlos Amaral – Pintura. Sala de Exp. Temporárias do Museu Municipal/Casa do Adro. De 3.ª a 6.ª das 9.30 às 12.30 e das 14 às 17.30; sáb. e dom. das 10 às 17.30 (até 4/6) LOURES.

Louro Artur – Pintura. Gal. Arte Roca MARINHA GRANDE

Carlos Calado – Gravura. Galeria Espiral, Rua Cândido dos Reis, 90. De 2.ª a 5.ª das 10 às 14 e das 15 às 19; 6.ª e sáb. das 20 e 30 às 23 e 30 (até 6/6) OEIRAS.

«Artistas Africanos» – Colectiva de artes plásticas de artistas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. De dom. a 5.ª das 10 às 12.30 e das 14 às 17.30, até 4/6, Sala de Exposições Temporárias do Museu Municipal de SANTIAGO DO CACÉM.

João Ventura – Pintura, colagens. Até 21/5, Moinho de Maré de Corroios SEIXAL.

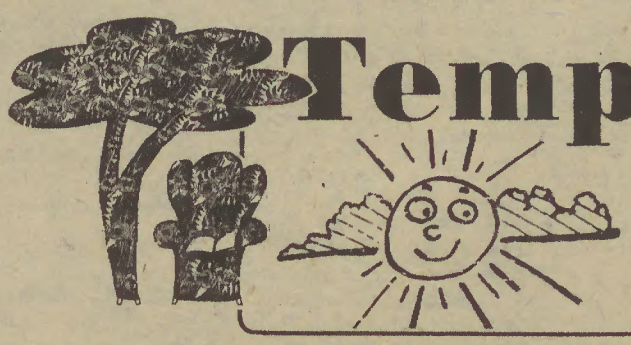
Luís Andrade – Pintura. Gal. O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14, SINTRA.

Colectiva de pintura – Gal. Neupargama (Rua Mig. Bombarda, 15). De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, sáb. das 10 às 13 e das 16 às 19. TORRES VEDRAS.

Jean Miotte

Tempo

Fim de Semana



Segundo o INMG, no Sábado, períodos de céu muito nublado, vento fraco, aguaceiros em especial nas regiões do interior. No Domingo o céu mantém-se nublado, com vento geralmente fraco, aguaceiros e possibilidade de trovoadas.

a TV

Muita parra...

Jorge Sampaio esteve na «Primeira Página». Foi a sua vez. Agora, adeus até ao meu regresso...

A entrevista foi constituída por uma interminável sucessão de monólogos, debilmente entrecortados de tímidas intervenções de pequena cirurgia por parte dos entrevistadores. Estes tinham perdido agressividade. Navegaram sempre em mar chato, quer dizer, em mar chão. Nunca barbearam a contrapêlo. A força para escanhoar reservam-na eles para outras ocasiões...

Com um pormenor curioso: não fizeram uma única pergunta de carácter internacional! Claro que matéria não faltava. Mas os entrevistadores lá acham que não devem meter-se em assuntos escabrosos. Gente simpática!

Quanto à entrevista em si mesma, pouco há a dizer. Jorge Sampaio é uma autêntica enfardadora. Maneja as palavras com uma espantosa velocidade, tem um fôlego danado.

Se as palavras foram muitas, não se pode dizer o mesmo das ideias. Estas orientaram-se em dois eixos principais: nada de entendimento com os comunistas, disponibilidade para «dialogar» com o PSD...

Parece não o incomodar muito a defeituosa imagem pública que o seu partido está assumindo nos sectores da esquerda. Envergonhadamente confessa que fará alianças com o PSD em algumas autarquias, lá onde se justificar benefício para as populações...

Quanto à disponibilidade para dialogar com o PSD, ela justificar-se-á, segundo Jorge Sampaio, por razões de Estado. Ou seja: há coincidência entre as concepções de Estado do PS e da direita!

Ah, como esta linguagem difere daquela que lhe ouvimos na campanha para sucessor de Constâncio...

Pensem nisto!

Carlos Brito foi entrevistado para o Programa Parlamento, a propósito das jornadas parlamentares do PCP.

Tivemos oportunidade de conhecer as linhas de força da actuação do grupo comunista na Assembleia da República. E quem tem olhos para ver, **viu** que essa actuação se pauta **unicamente** pelos interesses dos trabalhadores.

Diga-se, em abono da verdade, que nenhum dos jornalistas pôs em causa a linha política sem desvios do PCP. Puseram, sim, a tónica da «ineficácia» desses propósitos, do género: de que servirá ao Partido Comunista lutar contra um PSD e um PS mancomunados?

Carlos Brito mostrou que era demasiado pessimismo partir do princípio de que o combate estava perdido e que aos trabalhadores nada mais restava do que levantar a bandeira branca.

Carlos Brito mostrou ainda que, ao contrário do que alguns pretendem, o PCP não se encontra isolado. As suas teses e propostas estão em absoluta consonância com os interesses de cada vez mais vastas áreas da sociedade portuguesa. É inevitável que este facto venha a ter consequências na alteração do xadrez político.

Depois, é necessário que alguns jornalistas saibam que o PCP não é um partido nascido pela e para a conjuntura. Ele corresponde a necessidades essenciais da evolução da sociedade. Nascido por imperativos históricos, à História terá de prestar contas. Um partido comunista que deixasse de lutar, nas condições mais adversas, seria um absurdo, porque seria a negação de si próprio, como instrumento de transformação histórica.

Seria possível (por exemplo...) o 25 de Abril, se o PCP, durante a ditadura tivesse deixado de lutar? Se tivesse deixado morrer a esperança, por força dos inenarráveis sacrifícios?

Pensem nisto o Cândido de Azevedo, o Vasco Trigo e tantos outros trabalhadores da Comunicação Social.

Alucinante!

A pré-campanha do PSD, encabeçada por Cavaco Silva, já começou e em grande. Ele está em todas. E em **todos** os boletins de informação de cada dia, **todos** os dias. Alucinante! Nem o 13 de Maio em Fátima lhe escapou.

Mas o mais descarado programa de propaganda foi aquele documentário sobre a Segurança Social, abusivamente transmitido antes do **Sassaricando** e que terminou com a presença do ministro respectivo. Alucinante!

Por ele soubemos nós (nós e todo o mundo, pois o documentário será exportado para destinos vários) que os velhos em Portugal gozam de excepcionais regalias: são Centros, lares, carinho, assistência médica, tudo. Ah, como é bom ser velho em Portugal!

E as crianças? Isso nem se fala. Pululam os infantários, as creches, o pão e o leite são à discrição, as crianças são transportadas, assistidas, amadas. Ah, como é bom ser criança em Portugal, principalmente nos bairros de lata...

Não, não, leitores, não é alucinante: é alucinantíssimo! Ainda há quem diga que o Cavaco é mau. Ele faz todos os portugueses felizes...

... Como se pode ver pelo sistema de segurança social...

■ ***Ulisses***

Síntese semanal da IMPRENSA

Vamos à bola!

Os juniores são outra vez campeões, o Benfica já o era, o Sporting já não poderia ser, os *hooligans* voltaram a atacar, os negócio continua a dar, os estádios continuam a encher aos domingos para a festa do futebol. E os jornais, naturalmente, vão à bola.

Outra vez campeões

«E pronto! Tal como se desejava e quase adivinhava nem a força do futebol alemão democrático foi suficiente para travar os «BB» juniores do futebol português, que conquistaram a glória de ser campeões europeus, em Vejle, na Dinamarca.

Começaram há um ano os pequenos e grandes êxitos da dupla dirigente técnica constituída por Carlos Queirós e Nelo Vingada. Tanto os sub-16 como os sub-17 começaram por conseguir qualificações para as fases finais dos campeontos. A verdadeira ascensão exprimiu-se o ano passado com a presença em duas finais e, sub-campeões europeus, os jovens que foram à Arábia conseguiram aquele feito extraordinário de serem campeões do mundo! Porém, sem o terem sido da Europa!

Eis assim porque assume tanta importância este título dos juniores mais novos. Nas duas categorias, têm andado na senda do triunfo e conseguiram o máximo (no escalão dos mais velhos) mas ainda não tinham sido campeões da Europa, suplantados respectivamente por espanhóis e soviéticos.

O nosso futebol juvenil já andava nos píncaros, o mundo do futebol sentindo que em Portugal existe uma forja capaz de dar atletas de primeira estirpe, a prazo mais ou menos curto.»

(«o diário», 15 de Maio)

As «equipas de combate»

Na nossa investigação, interessou-nos particularmente aquilo que os próprios "hooligans" do futebol e outros jovens adeptos chamam de **"equipas de combate"**, em especial aquelas dos grupos de "super-hooligans" que se desenvolveram nos anos recentes em alguns dos maiores clubes. Os membros desses grupos — tais como o Inter City Firm do West Ham, o Service Grew do Leeds, e grupos semelhantes de clubes como Newcastle United e o Chelsea — frequentemente apoiam oranizações racistas e de extrema-direita tais como o British Movement e a National Front.

Desenvolveram também formas de organização bastante sofisticadas e tornaram-se conhecidos a nível nacional. Uma das suas marcas distintivas é o facto de não se deslocarem para os encontros nas excursões organizadas pelos clubes mas tenderem, em vez disso, a utilizar as carreiras regulares de comboios e autocarros ou carrinhas alugadas.

Evitam igualmente as formas de vestuário — os cachecóis e bonés (e também as bandeiras dos clubes) — que ainda continuam geralmente a ser associadas na opinião popular ao "hooliganismo" do futebol. Um dos seus principais objectivos ao assistirem aos jogos é confrontarem e lutarem com adeptos rivais e conquistarem as suas bancadas. Os adeptos desta espécie viajam sem distintivos identificadores de modo a evitarem identificar-se cedo de mais aos adeptos rivais e à polícia. (...)

Vale a pena sublinhar que hoje em dia muito poucos adeptos que vão ao futebol em parte ou principalmente por causa da "acção" exibem tais marcas de identificação. Nem muitos deles seguem o estilo "cabeça rapada" que foi tão popular na década de 60 e na de 70. Em vez disso, e embora haja variações regionais e específicas, tendem a vestir-se segundo os ditames da moda juvenil do momento.»

(«Expresso», 13 de Maio)

Mais violência

«Mais de 250 "hooligans" britânicos foram presos este fim-de-semana, numa série de violentos distúrbios em jogos de futebol ao longo da Grã-Bretanha, escassas quatro semanas após a tragédia de Sheffield.

Autoridades policiais disseram que os incidentes causaram dezenas de feridos, dois dos quais estão em estado grave, e que dois jogos tiveram que ser interrompidos devido a invasões de campo.

As desordens alastraram às ruas, invadidas por centenas de "hooligans", que partiram montras de estabelecimentos comerciais e destruíram a mobília de vários bares e de um restaurante numa auto-estrada.

Os actos de violência, que ocorrem quatro semanas depois de 95 adeptos do Liverpool terem morrido em Sheffield, deverão conduzir ao reforço dos planos do governo britânico para combater a violência nos estádios de futebol.»

(«Europeu», 15 de Maio)

Receitas e despesas

«Se, em termos de receitas, a 26.ª jornada do Campeonato Nacional de Futebol da I Divisão foi ocupar o terceiro pior lugar de quantas já se realizaram, já no capítulo de frequência de espectadores pagantes ela deixa cinco para trás de si.»

(...)

«Estas diferenças, quando comparativas, e quanto às receitas brutas, podem ter justificação nos valores dos escalões adoptados para a venda de bilhetes, e que são três: "normal", "intermédio" e "máximo", aos quais correspondem determinados preços obrigatórios (referindo, por exemplo, o preço de uma "geral": 300, 400 e 450 escudos, respectivamente) e que, logo, condicionam os totais recebidos em cada jornada.

Por vezes referimos aqui, também, a magreza de determinados saldos, que são o que resta depois de feitas todas as contas, mas então há que contar com os "encargos", que a receita ilíquida paga e que também são variáveis, porque, para além dos descontos percentuais, obrigatórios, para os diversos organismos do futebol, há ainda que contar com os valores devidos à entidade organizadora dos jogos, valores que variam, em algumas rubricas, como policiamento e pessoal, na razão da importância do encontro e ou do estádio onde se realiza — o Estádio do Restelo requer, normalmente, muito mais pessoal (bilheteiros, porteiros, fiscais e outro), que o do Fontelo, por exemplo.»

(...)

«Números totais do Campeonato, após a 26.ª jornada: 816 136 094$00, de receitas ilíquidas; 58 372 116$00, de IVA; 757 763 978$00, de receitas líquidas; 230 621 145$00, de encargos; 527 322 288$00, de sldos positivos; 179 455$00, de saldos negativos. Venderam-se 979 585 bilhetes.

Posição geral dos clubes quanto a saldos arrecadados: Benfica, 106 305 181$00; Sporting, 46 483 206$00; Futebol Clube do Porto, 39 580 447$00; Académico de Viseu, 33 864 736$00; Beira Mar, 31 393 410$00; Vitória de Guimarães, 30 934 344$00; Sporting de Braga, 28 265 669$00; Sporting de Espinho, 22 258 272$00; Leixões, 20 331 771$00; Penafiel, 18 777 440$00; Portimonense, 18 616 789$00; Farense, 18 288 657$00; Chaves, 16 920 765$00; Belenenses, 16 389 450$00; Marítimo, 16 001 157$00; Fafe, 14 517 992$00; Estrela da Amadora, 14 166 170$00; Boavista, 12 983 185$00; Nacional, 10 707 208$00; Vitória de Setúbal, 10 535 638$00.»

(«Diário Popular», 13 de Maio)

Confiança

«Jorge Gonçalves regressou ontem a Lisboa trazendo na bagagem um acordo com o PSV, mas confessando que, quanto a dinheiro, nada de novo. Contudo, em conferência de imprensa improvisada, nas exíguas instalações do aeroporto da Portela, o presidente do Sporting declarou que os problemas financeiros imediatos vão ser resolvidos.

"Logicamente! Foi para isso que fui à Holanda", afirmou quando interrogado sobre a possibilidade de o Sporting poder responder aos problemas financeiros imediatos.

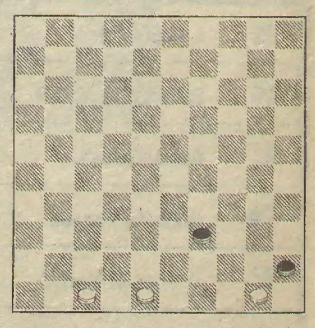
Em vésperas de *derby* de Alvalade, Gonçalves admitiu não ter garantido mais do que acordos, que ainda terão de ser asinados. "Eu hoje não trouxe nada para o Sporting , disse, mas mostrou-se confiante quanto ao futuro do clube.»

(«Diário de Notícias», 14 de Maio)

Damas

CCIII — 18 de Maio de 1989
Proposição N.º 203
Por: J. H. H. Scheijen — Holanda, 1940

Pr.: [2]: 39-45
Br.: [3]: 47-48-50

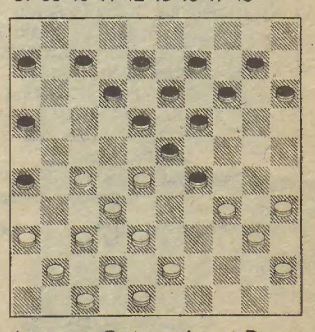


Jogam as Brancas e ganham

*
**

Golpe N.º 203
Por: Bergelin, 1978 — Ezanville, Fr.

Pr.: [15]: 6-7-8-9-10-12-13-14--15-16-18-19-23-26-29
Br.: [15]: 27-28-32-34-35-36--37-38-40-41-42-43-45-47-48



Jogam as Pretas e fazem Dama

*
**

Soluções do N.º CCIII

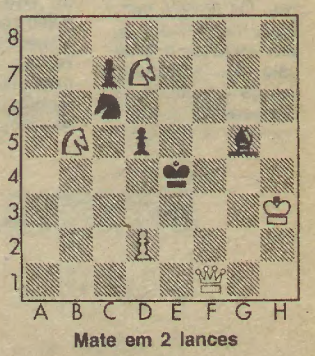
Miniatura N.º 203 (J. H. H. S.): 48-42 (39-44) **[Se (39-43); 42-38 (43x32); 47-42+]**; 50x39 (45-50); 42-38+

Golpe N.º 203 (B.): (26-31); 32x26 (19-24); 28x30 (13x19); 34x23 (19x46=D)+

A. de M. M.

Xadrez

CCIII – 18 de Maio de 1989
Proposição N.º 203/A
Por: Charles Planck
«Jll, Sporting and Dramatic», 13/XII/1884
Pr.:[5]: Ps.ç7,d5-Cç6-Bg5-R64
Br.: [5]: Pd2-Cs.b5,d7-Df1-Rh3

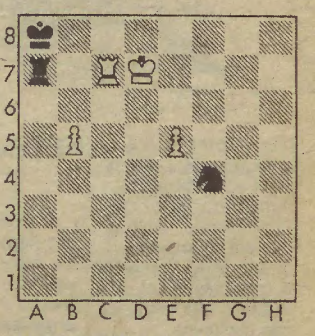


Mate em 2 lances

* * *

Proposição N.º 203/B

Por: I. Fritz
«Svobadne Slovo», 1950
Pr.: [3]: Cf4-Ta7-Ra8
Br.: [4]: Ps.b5,é5-Tç7-Rd7



Jogam as Brancas e ganham

* * *

N.º 203/A (C.P.): Chave: 1. Rg2 (ameaça: 2.Df3++)
1. ..., Bf4; **2. Db1++**
1. ..., Bé3; **2.** d3++
1. ..., Cé5; **2.** Cç5++
1. ..., Cd4; **2.** Cç3++
N.º 203/B (I.F.): 1. b6,Tb7; **2.** Rç6,Cg6; **3.** T:b7 **(e não: 3.é6, Cé7+; 4.Rd6, Cg6 e=)** C:é5+; **5.** Rç7,Cç6; **5.** Ta7+ **(e não: 5. Rç8,Cé7+; 6. Rç7,Cd5+; 7. Rc6,Cb4+; 8. Rç7,Cd5+),** C:a7; **6.** b7++

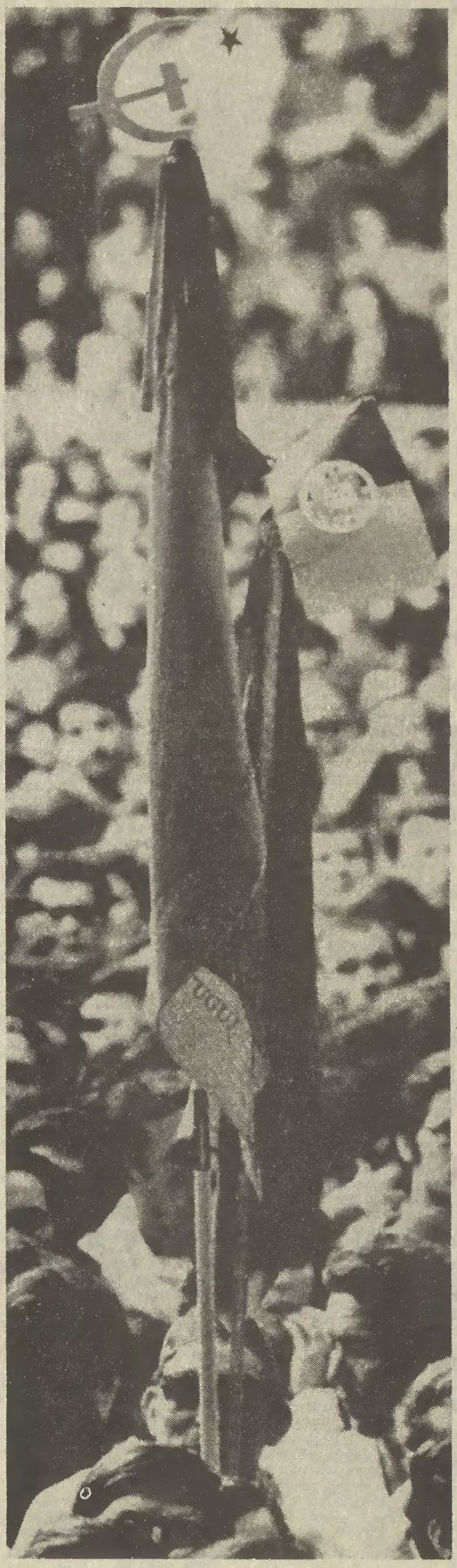
A. de M.M.

18 JUNHO

ELEIÇÕES
PARA
O PARLAMENTO
EUROPEU

PROGRAMA ELEITORAL DO PCP PARA O PARLAMENTO EUROPEU

PCP


UGTT

I

INTRODUÇÃO

1. A integração plena de Portugal nas Comunidades, com o termo da generalidade dos períodos de transição ainda em vigor e a concretização do mercado interno até finais de 1992 marcarão os próximos tempos e condicionarão de forma sensível o futuro do País e em especial a sua economia.

Com o mais baixo nível de desenvolvimento do conjunto de países que integram a CEE; desprotegido em virtude de uma errada negociação e de um mau Tratado de Adesão; e perante a perspectiva de concretização de um espaço económico aberto, assumem o mais elevado alcance a acção a desenvolver e as orientações e as medidas a adoptar nos próximos anos, aos níveis interno e comunitário.

Tal acção seria hoje menos difícil e menos complexa se o Governo tivesse aproveitado os factores externos extremamente favoráveis para modernizar o aparelho produtivo e se tivesse reivindicado as medidas concretas e calendarizadas para a efectivação da coesão económica e social que são definidas como objectivos da CEE.

2. Os atrasos e as vulnerabilidades da economia não se atenuaram:

- o PIB per capita em Portugal é o mais baixo dos 12 países membros da CEE, cerca de metade da média comunitária;
- com 3% da população, Portugal tem apenas 0,7% dos investigadores científicos da CEE e gasta em Investigação e Desenvolvimento apenas 0,5% do PIB, ou seja 1/4 da média comunitária;
- Portugal tem a Segurança Social mais baixa de toda a CEE, gastando nela apenas cerca de 15% do PIB, quando a média é superior a 27%;
- Portugal tem os mais baixos salários e poder de compra da CEE: para adquirir um mero «cabaz de compras», um português tem de trabalhar o triplo da média da CEE;
- apesar do défice agro-alimentar crescente, o investimento agrícola é em Portugal cerca de 6 vezes inferior à média comunitária;
- a Balança Comercial de 1985 a 1988 aumentou o seu défice 2,5 vezes e só de 1987 para 1988 aumentou mais de 50%
- a Balança de Transacções Correntes deverá ter atingido em 1988 um défice de cerca de 90 milhões de contos.

Não se modernizou o aparelho produtivo nacional, agravando-se os riscos do Mercado Único de 1991.

3. A preparação do País para fazer face às novas e complexas situações decorrentes do processo de integração e de construção do mercado interno é, entretanto, a questão prioritária.

O País necessita para tanto e antes de mais de um **projecto de desenvolvimento** que, devidamente alicerçado na participação activa e na mobilização das forças sociais e económicas, das autarquias, dos agentes culturais, se oriente para a modernização da economia e o progresso do País, o liberte de quaisquer peias que tendam a amarrá-lo a modelos de periferia e de subalternidade e que tenha como primeiro objectivo a melhoria das condições de vida e de trabalho do povo português.

Um projecto de desenvolvimento que, tendo em conta o processo de integração, seja efectivamente definido em Portugal e de acordo com os interesses nacionais e que garanta no quadro da divisão internacional do trabalho, uma posição equitativa para a nossa economia.

A preparação do País para enfrentar o que muitos chamam o «desafio de 1992» não se resume, pois, à questão dos fundos comunitários. Passa antes de tudo pela correcta definição de uma política nacional tendo por base os interesses portugueses e do **papel de Portugal no processo global de integração.** E passa também, naturalmente, pela aplicação daqueles fundos de acordo com os objectivos centrais que forem traçados no País, no quadro daquela definição.

4. As propostas do PCP contidas neste Programa Eleitoral têm em conta e visam dar satisfação às exigências do País no actual momento e no presente contexto; procuram dar resposta aos anseios e reclamações dos trabalhadores;

encerram o propósito de concretizar uma intervenção activa e profícua nas instituições das Comunidades; e têm em conta o momento favorável que se vive actualmente no mundo, apontando, por isso, para o reforço do desanuviamento, em particular na Europa, continente que se deseja de cooperação e paz.

As propostas do PCP têm subjacente a concretização em Portugal de uma democracia avançada no limiar do Séc. XXI, o efectivo e rápido desenvolvimento do País, a melhoria das condições de vida e de trabalho do povo português, a construção de um Portugal moderno, democrático, progressista e independente.

II

PREPARAR PORTUGAL PARA 1992

A realização do Mercado Interno da CEE até ao fim de 1992, procurando fazer da Comunidade um espaço único onde circulam livremente mercadorias, serviços, capitais e pessoas, é uma nova etapa da integração que coloca a Portugal e à sua frágil economia novas e complexas questões a exigirem medidas atempadas.

O Mercado Único da CEE significa uma concorrência acrescida, quer no mercado financeiro e serviços, quer para os produtos portugueses em praticamente todos os sectores. O poder de decisão nacional, a nossa posição na divisão internacional do trabalho e o nosso perfil de especialização são assim questões fulcrais para o nosso futuro. O aumento da capacidade competitiva é desde logo uma questão essencial, quer em relação ao nosso mercado interno, quer em relação à abertura dos mercados externos.

Acresce que a realização do Mercado Único coincide com o fim de períodos transitórios e com o termo de derrogações e de uma boa parte das protecções à nossa economia previstas no Tratado de Adesão. Este facto releva ainda mais a importância do horizonte 89/93, como tempo de preparação da economia portuguesa para o embate do «Grande Mercado sem Fronteiras».

É ainda necessário ter em atenção que o Acto Único foi inspirado pela ideologia neoliberal. A defesa das actividades nacionais que antes era feita através das barreiras alfandegárias fiscais, com a sua supressão rápida e com a derrogação, desloca a relação de forças para outros campos dominados ou favoráveis às transnacionais e aos «países ricos»: a investigação, a tecnologia e a inovação, as economias de escala, os recursos financeiros, a influência política nas decisões.

É neste quadro que têm de se encarar as principais vulnerabilidades da economia portuguesa e que necessitam de medidas urgentes de atenuação e correcção:

1.º A que decorre de um perfil de especialização desvalorizado e de um padrão de exportações bastante concentrado e composto de produtos de baixo valor unitário e de baixo valor nacional acrescentado.

2.º A que se manifesta nos principais défices estruturais da economia portuguesa: défice agro-alimentar, energético e tecnológico-bens de equipamento.

3.º A que resulta do afunilamento das relações económicas externas, com a concentração do comércio externo num reduzido número de países capitalistas desenvolvidos.

4.º A que se situa nas elevadas dívidas pública e externa, dois constrangimentos objectivos a uma política de expansão e ao consumo de elevados recursos no pagamento das amortizações e juros.

5.º A que advém do reforço e alargamento das posições das transnacionais, quer no sistema produtivo, quer no sistema financeiro e de distribuição.

6.º A que resulta dos frágeis e desadaptados subsistemas de educação, formação profissional, investigação e desenvolvimento, bem como da burocrática Administração Pública.

★ ★ ★

Qualquer política dé desenvolvimento que tenha por pressupostos a defesa da independência nacional, o bem-estar material e cultural do povo português e a modernização e eficiência da nossa economia, terá de potenciar o aproveitamento racional dos nossos recursos — a começar pelos recursos humanos — e dar resposta às principais vulnerabilidades.

Ao contrário, o Governo não tem aproveitado os períodos transitórios para preparar a economia para o embate de 1992.

Passaram três anos sobre a adesão, estamos a esgotar alguns períodos de transição, estamos a aproximarmo-nos de 1992, tendo-se desbaratado muitos meios, nomeadamente os provenientes dos Fundos Estruturais.

Os principais sectores económicos mantêm as suas debilidades.

No **sector agrícola**, cujo investimento é cerca de seis vezes inferior ao comunitário e em que o rendimento médio dos agricultores corresponde a 1/3 do rendimento médio da CEE, **a nossa produção agro-alimentar encontra-se estagnada e o défice da balança destes produtos tem vindo a acentuar-se**.

Às portas do século XXI reconstitui-se o latifúndio e as velhas relações de produção, em vez de se apoiar a Reforma Agrária e outras formas avançadas e criativas da exploração da terra. A três anos de 1992 não dispomos ainda de um levantamento nacional dos recursos naturais e das suas potencialidades, nem de um ordenamento agro-florestal.

O aumento da produção agrícola e da produção agro-industrial é uma necessidade objectiva da nossa economia.

Na **indústria**, continuamos a apresentar índices muito baixos. Somos um país altamente carenciado em infra-estruturas básicas e tecnológicas (número de investigadores, laboratórios de investigação e meteorológicos, centros de ligação da investigação-aplicação industrial). **Com um PIB/per capita e uma produtividade, respectivamente com metade e 1/4 da média comunitária**, assentamos uma boa parte da nossa produção e exportação em produtos de tecnologia relativamente banalizada, em perda na procura mundial e sujeitos a uma concorrência acrescida dos países exteriores à comunidade.

Necessitamos de melhorar a competitividade industrial designadamente através da qualidade e da inovação, reduzir o coeficiente importado e o coeficiente energético do produto industrial apoiando as acções de conservação e utilização racional de energia e de diversificação energética em relação ao petróleo.

Importa ainda dar prioridade à valorização racional dos nossos recursos e matérias-primas, algumas das quais tornam possível e desejável uma estratégia de «fileira» — aproveitamento desde a matéria-prima até ao produto final, estando neste caso os sectores da madeira, cortiça, cerâmica, metalurgia.

A aprovação do PEDIP para o qual o PCP durante a difícil fase de negociações desenvolveu inúmeras acções com vista a que a CEE reconhecesse a situação de atraso estrutural da indústria portuguesa, possibilita a Portugal verbas que, se bem aplicadas, poderiam contribuir para o lançamento de um «Programa de Desenvolvimento Industrial» que levasse o País a uma especialização produtiva menos periférica, menos dependente e menos vulnerável. A sua concretização realiza-se sem que o Governo defina uma política industrial, com uma distribuição das verbas pelos diversos eixos desadequada, e sem que esteja assegurada a transparência na concessão dos incentivos, nem é facilitado o acesso a estes.

Nas **pescas**, não foi acautelada a nossa Zona Económica Exclusiva (ZEE), nem conseguidas compensações significativas pela sua utilização. Temos perdido por má negociação governamental pesqueiros tradicionais. As embarcações nacionais têm vindo a ser compradas por armadores estrangeiros, nomeadamente espanhóis. No Governo não se vislumbra uma política estratégica para a valorização e defesa das pescas. A frota costeira tem uma idade média superior a 20 anos, no arrasto existem barcos com mais de 25 anos e na pesca de cerco a idade média das traineiras situa-se acima dos 25 anos. No entanto, apesar desta situação, em 1992, mais de 70% da frota nacional estará ainda por renovar!

Nos **transportes**, o Governo tem mantido uma surda passividade aceitando as medidas da Comissão de carácter «liberalizador» ou «desregulador», sem que manifeste qualquer oposição ou negoceie períodos derrogatórios a fim de viabilizar a necessária adaptação dos nossos operadores e do nosso sistema de transportes. Mais, tem-se servido do pretexto da integração para adoptar medidas de desintervenção e de desmantelamento do sector público, sem acautelar sequer os objectivos de natureza social, ou salvaguardar as potencialidades de natureza económica e estratégica que o sector pode prosseguir.

No **comércio e serviços**, as grandes superfícies têm-se instalado sem critérios de utilidade social. Não tem havido apoio à modernização do comércio tradicional, nem às cooperativas de consumo, nem às várias formas associativas de comerciantes. Hoje é cada vez mais urgente legislação que discipline a expansão das grandes cadeias e superfícies de comércio e estabeleça normas de concorrência que salvaguarde o comércio tradicional independente.

Importa adequar o aparelho comercial às necessidades das populações e ao desenvolvimento urbanístico, a constituição de circuitos de distribuição menos pesados e mais transparentes.

Importa uma nova política. Não é com *slogans* do tipos «vamos vencer 1992» que se prepara a economia para o chamado desafio do Mercado Único.

O Plano de Desenvolvimento Regional, preparado no segredo dos gabinetes, não dá garantias mínimas de transparência e eficiência na aplicação dos Fundos. **Impõe-se por isso que pelo menos na primeira revisão** se inverta todo o processo de modo a corrigir o que ainda é possível.

O aparelho produtivo português tem vindo a acentuar a sua dependência externa em bens intermédios e de capital.

A utilização dos Fundos Estruturais e Específicos e os diversos sistemas de incentivos tem de ter em conta esta tendência negativa.

A penetração crescente das importações na estrutura produtiva, quer a ligada ao sector exportador, quer a ligada à substituição da oferta interna, tem estruturado um aparelho produtivo caracterizado por uma elevada dependência, de tal modo que a relação das importações com o crescimento do Produto se mantém numa crescente **pressão sobre a Balança de Transacções Correntes**.

As diversas medidas tendentes a desmantelar e destruir as formações económicas criadas com o 25 de Abril, levando à sua desestabilização e à sua desorganização e ao desaproveitamento dos seus centros de investigação e das suas experiências de internacionalização. A esta situação junta-se o não aproveitamento dos factores externos favoráveis para melhorar gradativamente o nosso perfil de especialização, quer a nível de produto quer de sector revelam-se, agora que se atenuam aqueles factores positivos, nos défices externos, num contexto de concorrência agravada.

Aliás, a estrutura e o padrão do nosso sector exportador composto basicamente por bens de consumo final é por isso mais dependente do rendimento disponível dos mercados importadores e sujeitos a quebras que poderão ser significativas com o aumento das taxas de abertura da economia ao exterior. Paralelamente é reduzida a margem de manobra no sentido da reorientação da oferta para o nosso mercado interno, nos períodos de contracção da procura externa, devido à pequena dimensão do nosso mercado tanto quantitativa como qualitativa (nível de rendimento/perfil de consumo).

★

Esta realidade mostra os perigos, as injustiças e as contradições dos modelos de crescimento fundados na pressão e degradação dos salários reais para atingir níveis de competitividade externa e conseguir quotas de mercado.

O crescimento económico tem de ter subjacente uma alteração tendencial da estrutura da produção quer no interior do padrão tradicional, quer em novos ramos, produtos e serviços, conjugado com a defesa do emprego e a formação profissional.

Nós recusamos os modelos de crescimento que excluem milhares de cidadãos de um nível de vida digno, em que a pobreza prolifera a par do crescimento da prosperidade de alguns.

Nós recusamos os modelos de crescimento que agravam cada vez mais as injustiças sociais: disparidades de rendimentos, desigualdades perante a cultura, a habitação, a saúde, a justiça, a fruição dos tempos livres.

Nós recusamos uma CEE a duas velocidades, ou de «geometria variável» condenando-nos à velocidade menor, a uma divisão internacional do trabalho subalterna e dependente, fornecedores de matérias-primas e minerais com baixa transformação nacional e mão-de-obra barata.

Em Portugal e na CEE **lutamos contra a política e a ordem imposta pelo grande capital, lutamos pelos interesses dos trabalhadores e dos portugueses**.

A política de preparação da economia portuguesa para fazer face aos embates do «Mercado Único» tem de assentar numa estratégia de mudança, modernização e desenvolvimento, tendo em atenção as interdependências e a acentuação dos factores dimensão e internacionalização como elementos de concorrência.

Tem que dirigir meios e recursos destinados a melhorar a especialização produtiva e a actualizar os sectores tradicionais, procurando a obtenção de gamas mais elevadas de produtos — maior complexidade tecnológica, maior valor acrescentado, maior qualidade. Esta estratégia de mudança no sentido de promover e potenciar o ajustamento do tecido económico às grandes linhas da dinâmica mundial deverá ter como eixos a valorização dos recursos nacionais; a modernização e a inovação das produções e do aparelho produtivo dos sectores tradicionais tendo em atenção as vantagens que o País detém; o lançamento de um núcleo de indústrias de bens de equipamento articulado com os sectores a modernizar (têxtil, telecomunicações,...), a identificação, apoio e desenvolvimento de tecnologias de ponta, assente na constituição de uma base científico-técnica para o processo de modernização da economia.

Nós exigimos uma resposta eficaz à estratégia do «dumping social» que o capital financeiro transnacional quer pôr em prática em grande escala. O «Mercado Único e a livre circulação de capitais comandado pelas decisões e escolhas convergentes ou concorrenciais dos grupos financeiros europeus ou extra-europeus, não conduzirá à diminuição das assimetrais essenciais e sociais.

O combate das forças progressistas, no quadro da internacionalização da economia, exige o reforço da cooperação

internacional procurando um desenvolvimento que tome plenamente em conta as necessidades sociais dos trabalhadores e dos povos, um desenvolvimento equilibrado, integrando as necessidades específicas dos países e respectivas regiões, tendo por eixo uma cooperação mutuamente vantajosa entre Estados, centrado numa estratégia de crescimento e criação de emprego, e uma contribuição positiva da Europa dos Doze na solução dos problemas da humanidade contemporânea.

Face à estratégia transnacional do capital financeiro é necessário a actuação conjunta ou coincidente das forças do progresso das Comunidades, e desenvolver uma estratégia para lhe procurar fazer face.

No plano nacional e face ao crescente domínio das transnacionais e à intensificação das alianças ou fusões entre os principais gigantes da finança e da indústria, num acentuado processo de concentração e centralização de capitais, readquire ainda maior importância **o papel do Sector Empresarial do Estado.**

A estruturação e dinamização do SEE, onde se inscrevem empresas básicas estratégicas e de grande liquidez e onde se encontram alguns núcleos empresariais de investigação, é fundamental para **garantir o poder de decisão nacional na estratégia de desenvolvimento**, facilitar com êxito a internacionalização de empresas portuguesas e não permitir que as alavancas fundamentais da economia caiam nas mãos das transnacionais. O SEE estruturado e gerido de maneira diferente pode desempenhar um importante papel no desenvolvimento tecnológico e no apoio ao sector privado.

Particular importância adquire a **Banca nacionalizada**, sobretudo em face da criação do mercado interno financeiro (ou espaço financeiro comunitário), que tem implicações, e coloca riscos a todos os países membros da CEE, nomeadamente aos países menos desenvolvidos, como é o caso de Portugal:

— exposição das políticas monetária e cambial nacionais à evolução conjuntural dos mercados financeiros internacionais, da gestão de tesouraria das multinacionais ou dos fluxos de capitais especulativos;

— possível agravamento dos desequilíbrios regionais e estruturais no seio da CEE, e deslocação das poupanças nacionais para os países mais ricos;

— perda de autonomia das políticas e das autoridades monetárias nacionais, devido à livre mobilidade de capitais e à fungibilidade das moedas nacionais (dependência em relação ao marco, ao Banco Central e política monetária da RFA).

Perante este quadro é nosso entendimento que devemos procurar obter o alargamento do prazo para a completa liberalização dos movimentos de capitais até 1995 e para além dele, e aproveitar esse tempo para estruturar e fortalecer o sistema financeiro português.

Isto passa pela constituição de instituições financeiras de maior dimensão através da associação e eventualmente fusão de bancos (seguradoras) nacionalizados; a melhoria da solidez das instituições de crédito; apetrechamento técnico e tecnológico e diversificação da gama de produtos; o impedimento ao estabelecimento de novos bancos em Portugal, pelo menos até ao fim do período derrogatório da entrada em vigor do mercado financeiro (1995).

Com o encaminhamento da integração financeira e a liberdade de circulação de capitais, torna-se ainda mais necessária uma estreita articulação entre a política monetária e a política de taxa de câmbio.

Quanto à chamada **harmonização fiscal**, esta tem que atender às particularidades da nossa economia e do nosso sistema fiscal. Não pode ser um factor de agravamento da nossa carga fiscal, de fuga da poupança nacional para o exterior. Ela deve ter em atenção a debilidade da nossa economia e a extensão da economia paralela.

É conhecido também que a **elevadíssima dívida pública** exige medidas de contenção do défice orçamental. As previsões oficiais sobre os fluxos financeiros vindos da CEE permitem estimar que a comparticipação nacional do Sector Público Administrativo deverá atingir até 1992 algumas centenas de milhões de contos.

Por outro lado, os projectos não susceptíveis de comparticipação comunitária tenderão a perder peso no conjunto das despesas do SPA em benefício dos projectos comparticipáveis. Por tudo isto, **exige-se que o Governo Português venha a obter da Comunidade um diferente sistema de financiamentos e um menor esforço de comparticipação nacional.**

Este quadro requer ainda uma apurada selectividade dos projectos e critérios transparentes, democráticos e de eficácia económica e social na distribuição das verbas dos Fundos.

Paralelamente importa também diminuir os constrangimentos da enorme **dívida externa**.

Particular cuidado e defesa merece também o livre acesso aos **«mercados públicos»**, bem assim como o acesso das transnacionais a áreas sensíveis e a campos de elevada tecnologia e altamente lucrativos, como as **telecomunicações**, de fácil domínio para aquelas empresas.

A associação das telecomunicações à informática — Telemática — tornou as comunicações num elemento integrante das forças produtivas e do desenvolvimento das téc-

nicas de produção e, ele próprio, gerador de novas necessidades de comunicação.

A importância das Comunicações e Telecomunicações neste domínio deverá ser ultrapassado com uma política que integre o desenvolvimento tecnológico desta área numa perspectiva de desenvolvimento do País, sem prejuízo, nomeadamente, das condições de vida dos trabalhadores do sector e do povo português.

O desenvolvimento das Comunicações e Telecomunicações poderá dar um contributo importante para a renovação do parque industrial português. A reconversão das empresas a montante permitirá a fabricação local de produtos para os quais o nosso mercado é rentável e, desse modo, contribuirá para o equilíbrio da balança de pagamentos, diminuição da dependência externa, e consequentemente para o reforço da independência nacional.

Uma política nacional de Comunicações e Telecomunicações obrigará a negociações com as empresas detentoras das tecnologias de informação de forma a serem instalados em Portugal sucursais de centros produtores de tecnologia de que dependem, em particular, laboratórios de investigação e desenvolvimento.

★ ★ ★

O reconhecimento, na prática, traduzido em medidas concretas, **da especificidade da economia portuguesa é outra exigência negocial que deverá ultrapassar o horizonte de 1992.**

Aliás, no quadro negocial, Portugal tem de fazer valer todas as suas prerrogativas, quer como Estado independente, quer como Estado membro da CEE. Importa ainda que se reforce a cooperação com os chamados países do Sul nomeadamente nas negociações de reformas de políticas estruturais em curso PAC de interesse comum a estes países. Mas não basta uma estratégia negocial externa que muitas vezes ultrapassa a dicotomia simplista e redutora da clivagem Norte/Sul. É necessário também que internamente o Governo informe e procure consensos, o que não tem feito, nomeadamente no plano institucional — Assembleia da República e Parlamento Europeu — de modo a potenciar o seu poder de negociação. Aliás o Governo não procedeu a qualquer estudo aprofundado — contrariamente aos de outros países — sobre as consequências sectoriais e globais do Mercado Interno, de modo a atenuar os pontos fracos e a potenciar os pontos fortes da economia portuguesa.

No processo de preparação e recuperação da economia importa ainda ter presente a necessidade de elevadas taxas de crescimento do Produto, que deverão situar-se acima da média comunitária e até acima da média dos quatro países do Sul. Neste sentido adquire ainda significativo relevo as reformas dos subsistemas, de educação, formação profissional, investigação e desenvolvimento, bem como da Administração Pública.

Mas elevadas taxas de crescimento não podem ser obtidas à custa da diminuição dos salários reais, do aumento do trabalho precário, da diminuição da participação dos «rendimentos do trabalho» no Rendimento Nacional. Pelo contrário, o necessário aumento da produção industrial e agrícola deve ser acompanhado pela melhoria material e cultural dos trabalhadores.

A preparação para o embate de 1992 não passa por uma regressão social, tal como se desenha nas medidas do Governo e nas suas posições ambíguas, no que respeita à «dimensão social» do desenvolvimento.

★ ★ ★

Mas a preparação para o embate de 1992 não passa também pela instalação em Portugal de indústrias poluentes que os países mais desenvolvidos da Comunidade rejeitam.

A protecção e valorização do ambiente é para nós uma tarefa de primeiro plano que exige uma forte participação das populações. A comunicação social deve também ser motivada para criar uma opinião atenta e activa, capaz de sensibilizar as respectivas instâncias governamentais. Opomo-nos a uma política de indiscriminada eucaliptização ao serviço das transnacionais das celuloses.

A circulação de resíduos tóxicos, a segurança em indústrias de alto risco, nomeadamente as situações em regiões fronteiriças como é o caso das centrais nucleares, são problemas que devem ser estudados e resolvidos a nível de uma estreita cooperação internacional. Nós consideramos insuficiente a dotação do Orçamento da CEE para este sector (0,7 do Orçamento Comunitário global) e lutaremos para contrariar a tendência que vai no sentido de reduzir este valor.

O facto de Portugal ser um país marítimo reforça o nosso interesse por uma política de defesa dos mares e oceanos, pelo que agiremos com vista a aperfeiçoar as directivas comunitárias e a aprofundar as convenções internacionais na defesa dos patrimónios marítimos.

25 pontos do PCP para preparar Portugal para 1992

Importa preparar, com seriedade, o chamado «desafio de 1992». É urgente e decisivo para o futuro próximo de Portugal corrigir as consequências da incapacidade negocial do Governo e da ligeireza e falta de rigor com que este Governo tem vindo a encarar o embate do «Mercado Único».

O PCP, em luta por uma democracia avançada no limiar do século XXI — propõe 25 pontos aos portugueses para fazer face a 1992, sobre os quais se deverá articular urgentemente uma política nacional, capaz de responder com êxito às novas realidades de 1992. Sendo certo que a sua concretização implica a intervenção, a iniciativa e a luta não só nos órgãos de soberania, em especial do Governo português, mas também de todas as forças sociais e políticas vinculadas à defesa do desenvolvimento económico, do progresso social e da soberania e independência nacionais.

Entre os 25 pontos, referem-se uns às relações de Portugal com a própria CEE, outros à política interna do Estado português, e outros ainda à sua política externa.

Intervenção na CEE

No plano das relações do Estado português com a CEE e na sua intervenção junto das instituições comunitárias, o PCP propõe:

1 — a renegociação ou a readaptação do clausulado dos Tratados no sentido da eliminação das restrições às exportações dos produtos nacionais, da obtenção de derrogações, do alargamento de prazos de transição e de preferências comunitárias para produtos nacionais, bem como o reconhecimento do maior número de especificidades para actividades do País;

2 — a invocação do prejuízo de um «interesse vital» do País, ao abrigo do chamado «Compromisso do Luxemburgo» — que o Acto Único não excluiu — para evitar a adopção por maioria de deliberações contrárias aos interesses nacionais;

3 — a exigência de alterações aos regulamentos dos Fundos, a par da reclamação e obtenção dos mesmos; o enquadramento do Fundo Social Europeu num sistema integrado e coordenado de educação/formação/emprego, a extensão da utilização dos Fundos estruturais à saúde e habitação, a sua maior coordenação e utilização;

4 — a recusa à total liberalização do movimento de capitais e à eventual adesão total do escudo ao Sistema Monetário Europeu (SME) que, quando muito, só poderiam ser aceites depois de conseguida uma correcção estrutural consolidada do défice da balança de transacções correntes e nunca antes da entrada da libra, do dracma e da peseta e sem uma margem de garantia pelo menos idêntica à que tem a lira;

5 — a exigência da garantia de que a implantação de empresas estrangeiras em Portugal deverá ter como pressuposto a efectiva transferência da sua tecnologia;

6 — a recusa para Portugal de modelos de economia semiperiférica, com uma especialização apendicular, baseada em indústrias e actividades altamente poluentes assente nos baixos salários e na situação geográfica, e a definição como orientação nacional a ligação do crescimento económico ao melhoramento das condições de vida materiais e culturais do Povo português;

7 — a invocação de princípios apregoados pela própria CEE, tais como (entre outros) a «coesão económica e social», a «igualização no progresso das condições de vida e de trabalho», não só para impedir a acentuação dos desequilíbrios existentes, mas para procurar reduzi-los, e assegurar a defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses de forma a não serem «mão-de-obra excedentária, desqualificada e barata da Europa»;

8 — o reconhecimento efectivo da especificidade da agricultura portuguesa acompanhada de uma política de desenvolvimento agrícola assente nas diversas formações estruturais (reforma agrária, pequenas e médias explorações, empresas capitalistas) e tendo como eixo não a redução mas o aumento da produção agrícola, a diminuição do défice agro-alimentar e a melhoria da vida nos campos;

9 — a exigência de novos apoios financeiros tanto para regiões em declínio como para as indústrias em crise (naval, siderúrgica, mineira, metalomecânica pesada, etc.), sem exigências ligadas a limitações de produção e para sectores de elevado valor acrescentado nacional;

10 — a negociação com vista à obtenção de novos subsídios destinados à frota pesqueira e à indústria conserveira, justificada inclusive pela utilização da nossa Zona Económica Exclusiva pelas frotas da CEE sem qualquer compensação, e tendo em conta as nossas potencialidades e necessidades pesqueiras;

11 — a negociação com a CEE de soluções que tenham em conta a realidade do sector dos transportes e o apoio ao desenvolvimento dos operadores nacionais, com a elaboração de um programa de desenvolvimento e modernização dos transportes aéreos, ferroviários e marítimos tendo em vista uma efectiva intervenção face à liberalização do mercado de transportes;

12 — a concretização de Planos Integrados das Regiões Autónomas com ampla participação das organizações dos trabalhadores e dos agentes económicos. Negociação para conseguir a «preferência comunitária» com vista ao escoamento dos produtos de economia tradicional dos Açores e da Madeira.

Política interna

No plano da política interna, designadamente no que respeita à acção governativa, o PCP propõe:

13 — a adopção de critérios democráticos de justiça e igualdade no acesso aos fundos da CEE, combatendo a corrupção e a insuficiente divulgação das condições de acesso a estes pelos interessados, em particular pelos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, cooperativas, autarquias e organizações de trabalhadores;

14 — a criação de normas técnicas que durante o período de transição defendam a produção nacional e a limitação do direito de estabelecimento, como aliás fazem outros países da CEE nomeadamente em relação ao solo arável;

15 — o aproveitamento racional dos nossos recursos e o desenvolvimento de novas actividades, a produção de produtos de elevado valor acrescentado nacional e de tecnologia mais complexa, a substituição de produções estrangeiras por produção nacional, como condições para combater os défices estruturais e para a concretização de uma economia portuguesa mais sólida e competitiva;

16 — a promoção das alterações necessárias ao sistema produtivo nacional de modo a que as suas escpecializações venham a permitir uma favorável inserção da economia portuguesa na divisão internacional do trabalho;

17 — a defesa da existência e dinamização de um forte Sector Empresarial do Estado, adequado à modernização e desenvolvimento da economia portuguesa e defesa da independência nacional;

18 — a defesa e o desenvolvimento do sector das telecomunicações, mantendo no sector público nacional os serviços modernos e rentáveis;

19 — a criação de programas e incentivos à modernização do comércio e serviços nomeadamente em relação às pequenas e médias empresas e a serviços especializados (consultadoria, engenharia, informática, auditoria tecnológica, serviços financeiros);

20 — a concretização dos Planos Integrados das Operações Integradas de Desenvolvimento do Continente, com a directa intervenção das autarquias, a participação das populações e a definição de uma política de desenvolvimento regional, o que exige a criação de um sistema de planeamento descentralizado e a instituição das regiões administrativas;

21 — a garantia do diálogo e participação dos trabalhadores, agricultores e empresários na definição das posições do Estado português nas instituições da CEE e de uma informação ampla, pronta e não discriminatória sobre as orientações e deliberações adoptadas ou a adoptar pelos seus órgãos.

Política externa

No plano da política externa do Estado português, o PCP defende:

22 — a cooperação internacional em investigação e desenvolvimento procurando liderar projectos e colaborar em projectos tendo em conta os interesses nacionais, e assegurar uma correlação entre a investigação e as necessidades da produção e especialização;

23 — a cooperação cultural procurando, por um lado, e, por outro, promover a irradiação no estrangeiro da cultura portuguesa;

24 — a concretização de estratégias com outros países, nomeadamente com a Espanha, visando, numa base mutuamente vantajosa, o desenvolvimento das regiões interiores e fronteiriças sublinhando-se, nomeadamente das regiões transfronteiriças, a política em relação às infra-estruturas;

25 — a diversificação das relações económicas externas, incluindo, a exploração de possibilidades de acordos e sistemas de compensação e o empenhamento no sentido da adopção por Estados da CEE de uma política externa, a favor do desanuviamento e da paz na Europa e no Mundo, da cooperação, da circulação e dos intercâmbios humanos, culturais e de todo o tipo entre os povos e os Estados de toda a Europa.

III

NA COMUNIDADE LUTAR PELO PROGRESSO E A COOPERAÇÃO MUTUAMENTE VANTAJOSA, PELA DEMOCRACIA E PELA PAZ

— **O progresso e o interesse dos povos exige a luta para que a coesão económica e social e a dimensão social do desenvolvimento** não sejam meras políticas de «acompanhamento», mas **presidam prioritariamente à realização do mercado interno**, para que este não seja um espaço para a actuação sem entraves das empresas transnacionais na busca do máximo lucro, à custa do atropelo das necessidades específicas de desenvolvimento nacionais, do acentuar das disparidades regionais, do agravamento das desigualdades sociais, da ruína das pequenas e médias empresas, do desemprego e da precarização do trabalho, do alastrar da pobreza.

— **A preocupação primeira da nossa intervenção será a coesão económica e social no progresso da Comunidade**, implicando necessariamente a acção persistente.

a) não apenas no sentido da intervenção eficaz dos **fundos estruturais**, instrumento privilegiado da política regional, cuja prevista duplicação em 1993 relativamente a 1987 é desde logo manifestamente insuficiente, mas

b) pela adopção de uma **política multilateral planificada, quantificada e calendarizada**, dirigida ao ataque eficaz ao desemprego, às assimetrias regionais e nacionais de desenvolvimento, à correcção das desvantagens da «periferia»;

c) pela **subordinação da definição de todas as medidas relativas ao mercado interno** à prévia consideração das suas consequências para os países, regiões e camadas sociais desfavorecidas, introduzindo-lhes as modificações devidas para impedir efeitos negativos;

d) pela promoção de uma **política de educação humanística e formação profissional**, que garanta o enriquecimento integral da pessoa humana e a valorização contínua da sua capacidade de trabalho mais produtivo, e de uma **política de ciência e tecnologia** que assegure um progresso constante, não apenas nos sectores de ponta e nos países mais avançados, mas no desenvolvimento acelerado do potencial científico e tecnológico dos países mais atrasados, adequado às suas necessidades e recursos — o que tudo requer um aumento qualitativo das respectivas dotações orçamentais.

O mercado interno não pode ser considerado como um fim em si mesmo (artigo 2.º do Tratado CEE), nem a data de 31 de Dezembro de 1992 como um prazo imperativo automático, carácter que aliás lhe é negado pelo próprio Acto Único (declaração relativa ao Art.º 8-A).

Por isso, o **mercado interno**, além de dever subordinar-se à coesão económica e social (artigos 130.º-B, 130.º-A e 8.º-C) e à dimensão social do desenvolvimento (artigos 48.º a 51.º e 117.º e 121.º), **não deverá prejudicar qualquer país membro**, o qual deverá poder sempre, quando estejam em causa interesses vitais do seu povo, não aplicar medidas que os afectem ou adoptar disposições que os defendam (artigos 100.º-A, n.º 4 e 5 e compromisso do Luxemburgo).

— **A internacionalização da vida económica**, que não se limita aliás ao quadro dos 12 Estados membros da CEE, abarca toda a Europa e tem mesmo uma dimensão mundial, é um processo objectivo que conduz a uma maior interdependência dos países e povos; mas interdependência não pode significar dependência unilateral dos mais fracos em relação aos mais poderosos, antes exige uma **nova ordem económica mais justa** e uma **equitativa divisão internacional do trabalho**.

Por isso, **a liberalização de circulação de mercadorias, serviços e capitais** não deve provocar o desequilíbrio das balanças comerciais, o domínio financeiro de um país

por poderes que lhe são estranhos, o atrofiamento ou deformada especialização do aparelho produtivo de qualquer país, mas antes **tem de visar a utilização racional das vantagens da cooperação internacional articulada com a reestruturação produtiva das economias nacionais, de acordo com as potencialidades e necessidades de todos e de cada um.**

— A criação de um mercado interno único não deve resultar da imposição de directivas e regulamentos pretensamente «harmonizadores», que fazem tábua rasa das desigualdades efectivamente existentes e da sua só gradual superação, mas antes **cada nova medida no sentido do mercado interno só dever ser tomada após consideração e salvaguarda dos interesses de cada país.**

Por isso, **lutaremos para que não seja a decisão supranacional**, mutiladora das especificidades e soberanias nacionais, **mas uma cooperação em pé de igualdade e respeitadora da vantagem mútua que deve presidir ao processo de avanço para um mercado interno ao serviço dos povos e do seu desenvolvimento harmonioso.**

— Defenderemos uma **política de concorrência** que, protegendo os consumidores, apoie positivamente as pequenas e médias empresas, combata a concentração monopolista ou oligopolista e o domínio do mercado de qualquer país por empresas ou consórcios comunitários, permita a intervenção do Estado para a viabilização de empresas e sectores estratégicos e o auxílio a regiões desfavorecidas, garanta uma generalizada preferência comunitária face a países terceiros. Não se pode permitir que, em nome do exercício da chamada livre concorrência, as grandes empresas ditem as suas leis às pequenas empresas.

— É urgente lutar para **inverter o sentido da Política Agrícola Comum** (PAC) e da sua reforma, ora em curso, viradas para uma política restritiva de preços e de intervenção nos mercados agrícolas (quotas e estabilizadores), para uma política estrutural de extensificação de culturas, de reconversões a favor da floresta industrial e de pousio forçado (mesmo em países com défices agro-alimentares), com o objectivo de reduzir drasticamente os volumes de produção agro-pecuária. Esta política tem significado nos últimos anos uma contínua e sucessiva baixa dos rendimentos da imensa maioria dos agricultores comunitários e um agravar de fenómenos sociais e ecológicos (desertificação) no mundo rural.

A PAC e a sua reforma defendem no essencial a agro-pecuária dos países do Norte em detrimento dos países do Sul; as multinacionais das agro-indústrias e da fileira florestal à custa da agricultura e das organizações de produtores agrícolas (cooperativas); uma minoria de grandes e ricas empresas agrícolas capitalistas em prejuízo das explorações agrícolas familiares. Com esta PAC, 75% dos dinheiros da comunidade destinam-se a 25% dos seus agricultores!

A necessária reforma da PAC deverá atender à situação específica dos países mais débeis onde, como é o caso de Portugal, existe um grave défice estrutural agro-alimentar e promover o crescimento dos rendimentos dos agricultores e assalariados agrícolas. Não poderá aceitar-se que em nome de critérios tecnocráticos de eficiência ou de ganhos de produtividade se arruínem as pequenas e médias explorações agrícolas. Deve igualmente ter em conta que os possíveis excessos de activos agrícolas resultantes de transformações nos sistemas de produção agro-pecuários e florestal exigem a criação de emprego alternativo na indústria e serviços, e o desenvolvimento da formação profissional necessária à transferência de actividade.

— Após cerca de um década de neoliberalismo, deteriorou-se fortemente a relação entre **crescimento económico e progresso social**, tal como entre **crescimento económico e ambiente**. Não se trata de fenómeno passageiro ligado à chamada transição tecnológica, mas de uma característica estrutural do actual tipo de crescimento, uma contradição que está sufocando a própria economia real, degradando o bem-estar e a qualidade de vida, comprometendo o futuro ecológico. **O desemprego** constitui o desperdício do mais precioso dos recursos, precisamente do homem. Os **atentados ambientais** destroem recursos naturais essenciais à vida da própria humanidade. A isto temos de contrapor a defesa de **estratégia racional e humanista de desenvolvimento, que integre e compatibilize o crescimento económico com o progresso social e a defesa do ambiente.** O progresso social e a conservação do ambiente devem ser pressupostos necessários do crescimento económico.

— Lutaremos por uma autêntica **dimensão social do desenvolvimento** o que implica, nomeadamente:

a) a luta pela **harmonização dos padrões sociais mínimos**, visando e impedindo a exploração da mão-de-obra barata e o «dumping» social, e propugnando pela imediata elaboração de uma **carta dos direitos sociais fundamentais**, vinculativa, harmonização encarada como um processo contínuo segundo o **princípio de igualização no progresso** (artigos 117.º e 118-A do Tratado de Roma), não prejudicando as condições favoráveis aos trabalhadores já alcançadas em cada país;

b) por uma tendente à **aproximação real dos salários, da segurança social e das condições de vida e de tra-**

balho, que é incompatível com a imposição de maior contenção dos aumentos salariais nos países e regiões em atraso, que isso agravaria o fosso já existente, não incentivaria o seu necessário progresso tecnológico;

c) pelo reforço da **influência dos trabalhadores nas decisões a todos os níveis** o que implica, nomeadamente, medidas de carácter institucional, como a reforma e aumento dos poderes do Comité Económico e Social; o reconhecimento e garantia da intervenção democrática (informação, consulta, parecer prévio, gestão, fiscalização, etc.) dos trabalhadores nas empresas transnacionais e a negociação colectiva também a esse nível;

d) pelo **aumento da quota-parte do trabalho na distribuição do rendimento**, invertendo a tendência que se vem verificando do seu acréscimo a favor do aumento da quota-parte dos lucros;

e) por uma **efectiva liberdade de circulação dos trabalhadores**, acabando-se com as discriminações que afectam os **emigrantes**, combatendo-se o racismo e a xenofobia cujo recrudescimento favorece o ascenso de ideologias e organizações fascistas na Europa, consagrando-se meios de participação dos imigrados na vida social e política dos países de residência, nomeadamente pela efectivação do direito de voto nas eleições autárquicas;

f) por uma **efectiva igualdade homem-mulher** em toda a vida laboral, social, política e cultural, com a implementação sempre que necessário de medidas de diferenciação e acções positivas a favor da mulher, nomeadamente em matéria de segurança social e nas áreas de formação e de criação de emprego e promoção profissional;

g) por uma **política de juventude** que, promovendo o desenvolvimento e modernização do sistema de ensino e sua acessibilidade a todos os jovens, proporcione uma ampla cultura geral a par de habilitações profissionais adequadas ao incessante desenvolvimento tecnológico, assegure emprego em condições dignificantes, crie condições para uma ocupação criativa dos tempos livres, facilite o acesso à habitação própria e à constituição de família.

— **A protecção do ambiente**, bem comum de toda a humanidade, tem de passar das palavras aos actos, exigindo o reforço das dotações orçamentais, a prossecução da investigação ecológica, a inclusão da dimensão ambiental a todas as políticas comunitárias, a sensibilização da opinião pública e a participação activa das populações, uma ampla cooperação internacional. Especial atenção merecem as normas relativas à poluição industrial e ao uso de produtos químicos e biológicos eventualmente tóxicos na agricultura, pecuária e indústria alimentar; a busca constante de processos tecnológicos e produtos «limpos»; o combate à poluição originária nos meios de transporte; o estrito condicionamento da circulação e destruição de resíduos tóxicos; a segurança em indústrias de alto risco, nomeadamente químicas e nucleares. Devem preservar-se as reservas naturais físicas e biológicas e impedir a disseminação de culturas, a promoção anárquica da floresta industrial ou mesmo a liquidação da actividade agrícola que conduzam à desertificação e destruição dos solos agrícolas. A solução dos problemas ambientais e de ordenamento do território nos grandes centros urbanos deverá tornar-se uma questão de actualidade. As normas de prevenção da poluição fluvial e marítima deverão tornar-se mais contringentes, defendendo o património natural dos rios, mares e oceanos. Deve prevalecer o princípio «poluidor-pagador», mas sobretudo devem desenvolver-se políticas activas de prevenção que impeçam os atentados ecológicos, os riscos de degradação e catástrofes da Natureza.

— Lutaremos na CEE pelo controlo do poder económico pelo poder político; pelo reforço dos poderes do Parlamento Europeu sobre a Comissão Executiva e pelo aprofundamento do processo de cooperação com o Conselho; pelo reforço do papel dos parlamentos nacionais, desde logo no acompanhamento e controlo do processo de cisão do Conselho; uma efectiva regionalização e a participação das autoridades regionais e locais e dos agentes sociais na elaboração e aplicação das políticas regionais; por uma real influência dos trabalhadores na definição das políticas e na tomada de decisões sectoriais que lhes respeitem.

— Uma **cooperação de novo tipo** está estreitamente ligada a uma diferente via de desenvolvimento e ao estabelecimento de uma nova ordem económica internacional. Sem descurar os interesses dos países membros, em particular os menos desenvolvidos, lutaremos para que a CEE não se feche ao exterior, mas pelo contrário, amplie a sua cooperação com a EFTA e com os países socialistas e abrir-se aos países do Terceiro Mundo.

Defendemos que a CEE desenvolva as suas relações de cooperação mutuamente vantajosa, económica, financeira, técnica e cultural que já existem com grandes áreas do globo, em especial com os países ACP, do Mahgreb e Mashreta, do Mediterrâneo em geral, do Sueste Asiático e da América Latina.

A CEE e os seus Estados membros deveriam assumir, nas relações com os países do Terceiro Mundo e nas grandes organizações e instituições financeiras internacionais (FMI, Banco Mundial, Grupo dos 7, etc.), posições de defesa de uma nova ordem económica internacional e de resolução do problema da dívida externa que não suponham a imposição das políticas ditas de ajustamento estrutural.

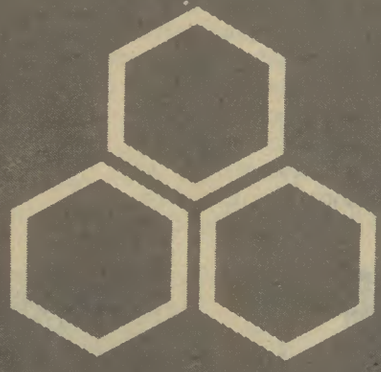
— Defenderemos activamente que a CEE promova o avanço para **uma Europa inteira de cooperação, paz e segurança colectiva**, do Atlântico aos Urais, o que implica combater o reforço da vertente militar da UEO, pugnar a exploração determinada e consequente das novas perspectivas de desanuviamento, com vistas a um efectivo e equilibrado desarmamento convencional e nuclear, ao desmantelamento e superação dos blocos político-militares por um sistema de segurança colectiva e confiança mútua, à eliminação das barreiras que dificultam o desenvolvimento de uma ampla e multilateral cooperação económica, tecnológica, científica, cultural e humanitária em todo o continente europeu.

Só uma Europa inteira de paz e cooperação pode exercer um papel efectivo na construção de um mundo inteiro de progresso e justiça social no limiar do século XXI.

16 Maio 1989

18 JUNHO
ELEIÇÕES

CDU



PORTUGAL
de progresso e justiça
numa EUROPA
de paz e cooperação

é melhor para Portugal!